



DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Assembleia da República

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros 19 257

Presidência do Conselho de Ministros

Gabinete da Secretária de Estado da Presidência do Conselho de Ministros 19 257
Gabinete do Secretário de Estado do Desporto e Reabilitação 19 257
Secretaria-Geral 19 257

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Administração Interna

Despacho conjunto 19 258

Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho

Instituto Português da Qualidade 19 258

Ministério da Defesa Nacional

Secretaria-Geral 19 258
Marinha 19 259
Exército 19 259

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Gabinete do Ministro 19 260
Gabinete da Secretária de Estado da Administração Pública 19 261
Caixa Geral de Aposentações 19 263
Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo 19 278
Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros 19 278
Inspeção-Geral de Finanças 19 278

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Secretaria-Geral 19 278
Departamento Geral de Administração 19 280

Ministério da Administração Interna**Portaria n.º 1346/2004 (2.ª série):**

Reconhecimento da Fundação Republicana	19 281
Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna	19 281
Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana	19 281
Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública	19 281
Governo Civil do Distrito de Viseu	19 281
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	19 281

Ministério da Justiça

Gabinete do Ministro	19 282
Direcção-Geral da Administração da Justiça	19 282
Direcção-Geral dos Serviços Prisionais	19 282
Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça	19 282

**Ministério das Cidades, Administração Local,
Habitação e Desenvolvimento Regional**

Inspecção-Geral da Administração do Território	19 283
--	--------

Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas

Gabinete do Ministro	19 284
Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola	19 285

Ministério da Educação

Direcção Regional de Educação do Centro	19 285
Direcção Regional de Educação de Lisboa	19 286

**Ministério da Ciência, Inovação
e Ensino Superior**

Inspecção-Geral da Ciência e do Ensino Superior	19 286
Observatório da Ciência e do Ensino Superior	19 286

Ministério da Saúde

Administração Regional de Saúde do Centro	19 286
Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento	19 287

**Ministério da Segurança Social,
da Família e da Criança**

Instituto da Segurança Social, I. P.	19 289
--	--------

**Ministério das Obras Públicas,
Transportes e Comunicações**

Gabinete do Ministro	19 289
--------------------------------	--------

Ministério da Cultura

Instituto Português de Conservação e Restauro	19 290
---	--------

**Ministério do Ambiente e do Ordenamento
do Território**

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território	19 290
Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desen- volvimento Urbano	19 290
Instituto da Água	19 291

Universidade dos Açores	19 291
--	--------

Universidade do Algarve	19 291
--	--------

Universidade da Beira Interior	19 291
---	--------

Universidade de Évora	19 291
--	--------

Universidade de Lisboa	19 293
---	--------

Universidade do Minho	19 296
--	--------

Universidade Nova de Lisboa	19 296
--	--------

Universidade do Porto	19 296
--	--------

Universidade Técnica de Lisboa	19 298
---	--------

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	19 298
--	--------

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa	19 299
--	--------

Instituto Politécnico da Saúde de Lisboa	19 299
---	--------

Instituto Politécnico de Portalegre	19 300
--	--------

Instituto Politécnico do Porto	19 301
---	--------

Instituto Politécnico de Viseu	19 301
---	--------

Aviso. — Com base no disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 328/87, de 16 de Setembro, foi publicado o apêndice n.º 158/2004 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 303, de 29 de Dezembro de 2004, inserindo o seguinte:

Ministério da Saúde

Administração Regional de Saúde do Alentejo.
Administração Regional de Saúde do Algarve.
Administração Regional de Saúde do Centro.
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.
Administração Regional de Saúde do Norte.
Direcção-Geral da Saúde.
Centro Hospitalar de Coimbra.
Hospitais Cívicos de Lisboa.
Hospitais da Universidade de Coimbra.
Hospital Distrital de Águeda.
Hospital Distrital de Lamego.
Hospital Distrital do Montijo.
Hospital Distrital de São João da Madeira.
Hospital Doutor José Maria Grande.
Hospital do Espírito Santo — Évora.
Hospital de Nossa Senhora da Conceição de Valongo.
Hospital de Reynaldo dos Santos.
Hospital de Santa Maria.
Hospital de São João.
Hospital de São Marcos.
Hospital de Sousa Martins.
Maternidade de Júlio Dinis.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros

Despacho n.º 27 107/2004 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Dezembro de 2004 da secretária-geral da Assembleia da República:

Maria Filomena Aveiro Alves — nomeada, precedendo concurso, técnica superior parlamentar principal (área jurídica) do quadro de pessoal da Assembleia da República (1.º escalão, índice 525). (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Dezembro de 2004. — A Directora de Serviços, por delegação da Secretária-Geral, *Maria Teresa Fernandes*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete da Secretária de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho n.º 27 108/2004 (2.ª série). — Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Maria Filomena Fernandes Fevreiro Assunção para prestação ao meu Gabinete de trabalhos de natureza técnico-administrativa e de apoio ao processo legislativo, nos seguintes termos:

1 — A presente nomeação é feita pelo prazo de um ano, renovando-se automaticamente por iguais períodos de tempo, salvo comunicação em contrário.

2 — A remuneração anual é equiparada ao vencimento anual ilíquido do cargo de secretária pessoal de gabinete e paga em 14 prestações.

3 — Para efeitos do cálculo do vencimento referido no número anterior, consideram-se incluídos os valores remuneratórios correspondentes aos subsídios de Natal e de férias, refeições e telefone, legalmente estabelecidos.

4 — O presente despacho produz efeitos desde 24 de Novembro de 2004.

25 de Novembro de 2004. — A Secretária de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Sofia de Sequeira Galvão*.

Despacho n.º 27 109/2004 (2.ª série). — Considerando as atribuições e competências do meu Gabinete no domínio do procedimento legislativo do Governo;

Considerado as necessidades informáticas, administrativas e documentais na gestão e permanente actualização do sistema integrado de gestão de diplomas que permite a disponibilização em formato electrónico dos projectos de diplomas legislativos e das agendas das reuniões de Secretários de Estado e do Conselho de Ministros;

Considerando que importa garantir a segurança e a confidencialidade do procedimento legislativo do Governo;

Considerando o significativo acréscimo que tais tarefas implicam no trabalho prestado pelo meu Gabinete:

1 — Nomeio, ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, Carla Cristina Letras Baptista para o desempenho de funções de natureza técnica e de apoio administrativo do meu Gabinete, no âmbito do procedimento legislativo e do sistema integrado de gestão de diplomas.

2 — A presente nomeação é feita pelo prazo de um ano, renovando-se automaticamente por iguais períodos de tempo, salvo comunicação em contrário.

3 — A remuneração anual é equiparada ao vencimento anual ilíquido do cargo de secretária pessoal de Gabinete e paga em catorze prestações.

4 — O presente despacho produz efeitos desde 24 de Novembro de 2004.

25 de Novembro de 2004. — A Secretária de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Sofia de Sequeira Galvão*.

Despacho n.º 27 110/2004 (2.ª série). — Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Sónia Helena Barbosa Monteiro de Macedo Godinho Gomes para prestação ao meu Gabinete de trabalhos de natureza técnico-administrativa e de apoio ao processo legislativo, nos seguintes termos:

1 — A presente nomeação é feita pelo prazo de um ano, renovando-se automaticamente por iguais períodos de tempo, salvo comunicação em contrário.

2 — A remuneração mensal é equiparada ao vencimento anual ilíquido do cargo de secretária pessoal de Gabinete e paga em 14 prestações.

3 — Para efeitos do cálculo do vencimento referido no número anterior, consideram-se incluídos os valores remuneratórios correspondentes aos subsídios de Natal, de férias, de refeições e de telefone, legalmente estabelecidos.

4 — O presente despacho produz efeitos desde 24 de Novembro de 2004.

25 de Novembro de 2004. — A Secretária de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Sofia de Sequeira Galvão*.

Despacho n.º 27 111/2004 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 2.º, 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Maria Antónia Pereira Leite Freitas Moura Anes, especialista superior da Polícia Judiciária, para exercer as funções de adjunta do meu Gabinete, em regime de requisição.

2 — Ao abrigo do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, designo a adjunta Dr.ª Maria Antónia Pereira Leite Freitas Moura Anes para substituir a chefe do Gabinete nas suas ausências e impedimentos.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 6 de Dezembro de 2004.

6 de Dezembro de 2004. — A Secretária de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Sofia de Sequeira Galvão*.

Gabinete do Secretário de Estado do Desporto e Reabilitação

Despacho n.º 27 112/2004 (2.ª série). — Considerando que a Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, a Federação Portuguesa de Pesca Desportiva no Alto Mar e a Federação Portuguesa das Actividades Subaquáticas são co-organizadoras dos Mundiais de Pesca Desportiva — Portugal 2006, evento que comportará 19 campeonatos do mundo no período de 9 a 18 de Setembro de 2006;

Considerando que a Federação Internacional de Pesca Desportiva em Água Doce (FIPS-e. d.), a Federação Internacional de Pesca Desportiva — Pluma (FIPS-mouche), a Federação Internacional de Pesca Desportiva no Mar (FIPS-m.), membros da Confederação Internacional de Pesca Desportiva (CIPS) e a Confederação Mundial de Actividades Subaquáticas (CMAS) assegurarão a supervisão dos respectivos campeonatos;

Considerando que a comissão organizadora dos Mundiais de Pesca Desportiva — Portugal 2006 assegurará o controlo organizacional e financeiro do evento;

Considerando que o interesse e a oportunidade do evento, o qual se enquadra no Programa do XVI Governo Constitucional, designadamente quando se assinala como prioridade o reforço da dimensão internacional do desporto em Portugal;

Considerando que para a melhor organização possível do evento se exige especial empenho e disponibilidade dos agentes envolvidos na organização do evento, torna-se necessário garantir a aplicação das medidas de apoio previstas nos artigos 12.º, 13.º, 19.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 125/95, de 31 de Maio, aos agentes desportivos a que alude o n.º 3 do artigo 39.º do referido diploma;

Deste modo, nos termos e para os efeitos da legislação acima indicada, reconhece-se o interesse público dos Mundiais de Pesca Desportiva — Portugal 2006, que se realizará de 9 a 18 de Setembro de 2006.

7 de Dezembro de 2004. — O Secretário de Estado do Desporto e Reabilitação, *Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 27 113/2004 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 23 de Março de 2004, por delegação:

Sérgio Paulo Feliciano Viegas, técnico de informática do grau 1, nível 1, do INETI — Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial — prorrogada a comissão de serviço, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 184/98, de 6 de Julho, pelo período de dois anos e por urgente conveniência de serviço, para exercer o cargo de consultor do quadro de pessoal do Centro de Gestão da Rede de Informática do Governo —

CEGER, índice 770, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Dezembro de 2004. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Despacho conjunto n.º 750/2004. — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 1, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com o artigo 6.º, n.ºs 1 e 3, do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março, é nomeado em comissão de serviço, pelo período de três anos, presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, precedendo audição da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Liga dos Bombeiros Portugueses, o Doutor Manuel João Morais Ribeiro, cujo *curriculum vitae* se publica em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

13 de Dezembro de 2004. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Miguel de Santana Lopes*. — O Ministro da Administração Interna, *Daniel Viegas Sanches*.

Curriculum vitae

I — Identificação:

Nome — Manuel João Morais Ribeiro;
Data de nascimento — 19 de Janeiro de 1958;
Naturalidade — Lisboa.

II — Habilitações literárias — licenciado em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), no ano de 1983, com a classificação final de 15 valores e qualificação de *Bom*.

III — Experiência profissional:

1983-1988 — professor do ensino secundário, tendo leccionado as disciplinas de Sociologia, Antropologia Cultural e Geografia;

1986-2003 — técnico superior (sociólogo) na Câmara Municipal de Lisboa:

1986-1993 — no Gabinete Técnico de Alfama — coordenador da área de intervenção sociológica e sector de serviço social — responsável pela caracterização sociológica da população e habitação das freguesias de São Miguel, Santo Estêvão, São Vicente (parcial), Sé, Santiago e Castelo;

1993-2003 — no Serviço Municipal de Protecção Civil:

Coordenador do Núcleo de Planeamento (1993-1996);
Chefe de divisão de Planeamento e Operações (1996-2003) — coordenador responsável pela elaboração dos seguintes planos de emergência: Plano Municipal de Emergência (1997); Plano de Emergência Expo 98 (protecção civil) (1998); Plano de Emergência do Bug Informático do Ano 2000 (1999); Plano de Emergência para o Risco sísmico (2002); Plano Especial de Emergência do Parque Florestal de Monsanto (2003) e Plano Especial de Emergência — Gymnastrada 2003 (2003).

Vice-presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil (2003-...).

IV — Qualificações profissionais — participou em diversos cursos, acções formativas e seminários, salientando-se:

Plano Municipal de Emergência, organizado pela CERTI-TECNA, 31 de Março de 1998, Lisboa;

Crisis management course, promovido por The NATO School (SHAPE), de 29 de Abril a 3 de Maio de 2002, Oberammergau, Alemanha.

V — Comunicações e trabalhos publicados:

Apresentou várias comunicações nos domínios temáticos da sociologia, reabilitação urbana, protecção civil, planeamento e gestão de emergência, em seminários, colóquios e conferências nacionais e internacionais, tendo diversos artigos publicados;

Formador nos cursos de pós-graduação de Gestão Municipal da Protecção Civil (anos de 2002-2003 e 2003-2004) da Universidade Independente e de Dinâmicas Sociais e Riscos Naturais (2003-2004) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

MINISTÉRIO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS E DO TRABALHO

Instituto Português da Qualidade

Despacho n.º 27 114/2004 (2.ª série). — *Organismo de verificação metrológica de sonómetros.* — 1 — Através da Portaria n.º 1069/89, de 13 de Dezembro, foi publicado o regulamento de controlo metrológico dos sonómetros.

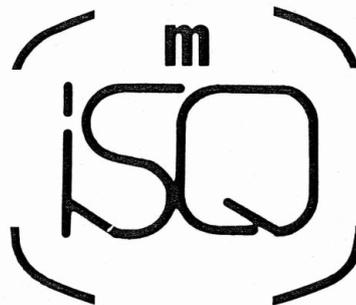
2 — Verifica-se a necessidade de descentralizar a realização das operações de controlo metrológico envolvidas, por forma a simplificar os procedimentos administrativos, sem prejuízo do necessário rigor metrológico.

3 — Assim, para efeitos de aplicação da Portaria n.º 1069/89, de 13 de Dezembro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de Setembro, determino:

- É reconhecida a qualificação ao ISQ — Instituto de Soldadura e Qualidade, com a morada na Avenida do Prof. Dr. Cavaco Silva, 33, Talaide, Taguspark, 2780-920 Porto Salvo, para a execução das operações de controlo metrológico a sonómetros;
- A referida empresa colocará, nos termos da legislação em vigor, a respectiva marca própria, anexa ao presente despacho, bem como o símbolo de operação de controlo metrológico, no esquema de selagem dos instrumentos de mediação abrangidos pelo regulamento atrás referido;
- Das operações envolvidas, serão mantidos em arquivo os relatórios dos ensaios correspondentes às operações de controlo metrológico, nos termos da lei.
- Mensalmente deverá a empresa enviar ao IPQ uma relação dos instrumentos que forem verificados, assim como efectuar o pagamento dos montantes correspondentes às operações de controlo metrológico realizadas, até ao dia 10 do mês seguinte, mediante cheque endossado ao Instituto Português da Qualidade, remetido ao Serviço de Metrologia Legal, Rua de António Gião, 2, 2829-513 Caparica.
- O valor da taxa aplicável às operações prevista no regulamento acima referido será definido por despacho e revisto anualmente.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005 e é válido até 31 de Dezembro de 2008.

9 de Dezembro de 2004. — O Vogal do Conselho de Administração, *M. Duarte Figueira*.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 27 115/2004 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Dezembro de 2004 do secretário-geral do Ministério da Defesa Nacional:

Maria Carminda Alves Ramos Morgado, técnica profissional principal do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional — nomeada, precedendo concurso, técnica profissional especialista do mesmo quadro de pessoal.

13 de Dezembro de 2004. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Jorge Correia Jacinto*.

MARINHA

Superintendência dos Serviços do Pessoal

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição de Recrutamento e Selecção

Aviso n.º 12 101/2004 (2.ª série). — *Concurso de admissão de voluntários de ambos os sexos para prestação de serviço militar nos quadros permanentes na categoria de praça e no posto de primeiro-marinheiro da classe de músicos.* — 1 — Faz-se saber que, até 21 de Janeiro de 2005, está aberto concurso nesta Repartição, nos termos estabelecidos na Lei do Serviço Militar e demais legislação em vigor, para admissão de cidadãos voluntários de ambos os sexos para a prestação de serviço militar nos quadros permanentes na categoria de praça e no posto de primeiro-marinheiro da classe de músicos, executantes em qualquer dos instrumentos que fazem parte da distribuição instrumental da Banda da Armada, a incorporar em 22 de Junho de 2005.

2 — Podem concorrer os cidadãos de ambos os sexos que satisfaçam as condições gerais de admissão estabelecidas nas normas do concurso e que se comprometam a servir na Marinha por um período mínimo de quatro anos após o ingresso nos quadros permanentes.

3 — Os documentos para admissão ao concurso deverão ser dirigidos ao almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de forma a darem entrada no Centro de Recrutamento da Armada até às 16 horas e 30 minutos do dia 21 de Janeiro de 2005.

4 — Nos termos do artigo 33.º do Regulamento de Incentivos (RI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de Maio, 30 % das vagas destinam-se aos candidatos que:

- a) Tendo prestado três anos de serviço em regime de contrato (RC), passaram à reserva de disponibilidade (RD) a partir de 19 de Novembro de 2000, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, ao estatuir que só beneficiam dos incentivos aplicáveis pelo Ministério da Defesa Nacional os militares que à data da entrada em vigor do RI estivessem na efectividade de serviço;
- b) Estando na efectividade de serviço e tendo prestado três anos em RC, se encontrem nos últimos seis meses da vigência do contrato a contar da data de fecho deste concurso, nos termos do artigo 49.º do RI.

5 — Na determinação das vagas afectas ao contingente de 30%, referidas no n.º 4, alíneas a) e b), o cálculo dos valores é arredondado para o inteiro superior se o decimal for maior ou igual a cinco e para o inteiro inferior se for menor que cinco.

6 — No preenchimento das vagas respeitar-se-á a seguinte sequência:

- a) Preenchimento das vagas do contingente de 30% pelos candidatos referidos no n.º 4, alíneas a) e b);
- b) Adição das vagas sobrantes da operação a que se refere a alínea anterior às vagas do contingente geral, constituído pelos restantes 70% das vagas;
- c) Inclusão no âmbito do contingente geral dos candidatos referidos no n.º 4, alínea b), que não preenchem as vagas do contingente de 30% e que reúnem as condições para concorrerem ao contingente geral;
- d) Preenchimento das vagas do contingente geral pelos candidatos que concorrem exclusivamente a este contingente e pelos candidatos referidos na alínea anterior.

7 — Para além das condições gerais constantes nas normas do concurso, os candidatos devem satisfazer as seguintes condições especiais:

- a) Ter idade mínima de 17 e máxima de 21 anos até 31 de Dezembro de 2005, para candidatos civis ou militares de outros ramos das Forças Armadas (excepto para candidatos militares abrangidos pelo artigo 47.º do RI);
- b) Ter idade não superior a 23 anos até 31 de Dezembro de 2005, para praças a prestar serviço efectivo em RC na Marinha, ou, estando na reserva de disponibilidade, oriundos da Marinha (excepto para candidatos abrangidos pelo artigo 47.º do RI);
- c) Possuir como habilitações literárias mínimas o 9.º ano de escolaridade do ensino básico ou habilitação legalmente equivalente, obtida por qualquer das vias de educação artística da área de música;

d) Satisfazer os requisitos especiais, estabelecidos em disposições próprias, constantes do aviso de abertura do concurso de admissão, designadamente os relativos a:

- Aptidão nas provas técnicas;
- Parâmetros médicos, físicos e psicológicos de selecção;
- Ter menor idade;
- Ter melhores habilitações literárias.

8 — O concurso é válido por dois anos a contar da data da publicação das classificações na *Ordem* da Direcção do Serviço de Pessoal, 2.ª série.

9 — As normas contendo as condições de admissão e outras informações podem ser obtidas nos seguintes locais:

- Centro de Recrutamento da Armada, Instalações Navais de Alcântara, Praça da Armada, 1350-027 Lisboa, telefone: 213945469; fax: 213945566;
- Número verde: 800204635 (chamada grátis);
- E-mail: cra@marinha.pt;
- Gabinete de Divulgação e Informação da Marinha, Praça do Comércio, 1100-048 Lisboa, telefone: 213429408;
- Capitanias e delegações marítimas;
- Câmaras municipais e juntas de freguesia.

15 de Dezembro de 2004. — O Chefe da Repartição, *António Gil Parente de Carvalho*, capitão-de-mar-e-guerra SEA.

EXÉRCITO

Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército

Portaria n.º 1340/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

COR INF (18627373) José Augusto Gonçalves Sequeira — passa à situação de reserva, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 27 de Setembro de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 3180,59. Conta 39 anos, 11 meses de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

2 de Novembro de 2004. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Ajudante-General, *Jorge Manuel Silvério*, tenente-general.

Portaria n.º 1341/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

COR INF (06544166) Joaquim António Pereira Moreira dos Santos — passa à situação de reserva, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de Outubro de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 3369,74. Conta 47 anos, 6 meses e 1 dia de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

5 de Novembro de 2004. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Ajudante-General, *Jorge Manuel Silvério*, tenente-general.

Portaria n.º 1342/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

TGEN (32255060) Raul Fernando Durão Correia — passa à situação de reserva, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Outubro de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 4220,92. Conta 57 anos e 27 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

15 de Novembro de 2004. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Ajudante-General, *Jorge Manuel Silvério*, tenente-general.

Portaria n.º 1343/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

MGEN (09326564) António Duarte Mendes Correia — passa à situação de reserva, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Outubro de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 3811,09.

Conta 51 anos, 2 meses e 3 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

15 de Novembro de 2004. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Ajudante-General, *Jorge Manuel Silvério*, tenente-general.

Portaria n.º 1344/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

COR CAV (17310572) Mário Rodrigues — passa à situação de reserva, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de Outubro de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 3369,74. Conta 42 anos, 5 meses e 7 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

15 de Novembro de 2004. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Ajudante-General, *Jorge Manuel Silvério*, tenente-general.

Comando do Pessoal

Direcção de Administração e Mobilização do Pessoal

Repartição de Pessoal Militar não Permanente

Portaria n.º 1345/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército promover ao posto de tenente desde 3 de Agosto de 2004, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, contando a antiguidade e efeitos administrativos desde a mesma data, o alferes em seguida mencionado:

ALF I SAP. Infantaria RC (12808399) Pedro Henrique Cavaleiro Rocha.

29 de Novembro de 2004. — Por subdelegação do Major-General DAMP, após subdelegação do Tenente-General AGE, por delegação do General CEME, o Chefe da Repartição, *Rui Garcia Simões*, TCOR INF.

Despacho n.º 27 116/2004 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Setembro de 2004 do chefe da RPMNP/DAMP, por subsubdelegação do MGEN DAMP, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do GEN CEME, foram promovidos ao posto de segundo-sargento, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, contando a antiguidade desde a data que se indica, a partir da qual têm direito ao vencimento do novo posto, os militares a seguir mencionados:

FUR RC 063 NIM 06927800, Maria de Lurdes Gomes dos Santos — 3 de Agosto de 2004.

FUR RC 108 NIM 13582098, Sérgio Manuel Ferreira de Pinho — 3 de Agosto de 2004.

3 de Dezembro de 2004. — O Chefe da Repartição, *Rui Garcia Simões*, TCOR INF.

Despacho n.º 27 117/2004 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Setembro de 2004 do chefe da RPMNP/DAMP, por subsubdelegação do MGEN DAMP, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do GEN CEME, foram promovidos ao posto de segundo-sargento, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, contando a antiguidade desde a data que se indica, a partir da qual têm direito ao vencimento do novo posto, os militares a seguir mencionados:

FUR RC 028 NIM 02290097, João Filipe Castanheira Leandro — 3 de Agosto de 2004.

FUR RC 028 NIM 09545098, Miguel Filipe Mendonça André — 27 de Janeiro de 2004.

FUR RC 031 NIM 15720796, Fernando Jorge Barros Ferreira — 27 de Janeiro de 2004.

FUR RC 031 NIM 16064295, Dinis Fernandes Rodrigues — 27 de Janeiro de 2004.

FUR RC 031 NIM 11477597, Tiago Alexandre Lagarto Barreiras — 27 de Janeiro de 2004.

FUR RC 031 NIM 12785096, Paulo Jorge Levita Ferreira — 27 de Janeiro de 2004.

3 de Dezembro de 2004. — O Chefe da Repartição, *Rui Garcia Simões*, TCOR INF.

Despacho n.º 27 118/2004 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Setembro de 2004 do chefe da RPMNP/DAMP, por subsubdelegação do MGEN DAMP, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do GEN CEME, foi promovido ao posto de segundo-sargento, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, contando a antiguidade desde a data que se indica, a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, o militar a seguir mencionado:

FUR RC 377 NIM 01724999, Luís Miguel Segurado da Silva — 3 de Agosto de 2004.

3 de Dezembro de 2004. — O Chefe da Repartição, *Rui Garcia Simões*, TCOR INF.

Despacho n.º 27 119/2004 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Setembro de 2004 do chefe da RPMNP/DAMP, por subsubdelegação do MGEN DAMP, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do GEN CEME, foram promovidos ao posto de segundo-sargento, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, contando a antiguidade desde a data que se indica, a partir da qual têm direito ao vencimento do novo posto, os militares a seguir mencionados:

FUR RC 466 NIM 06885196, Ana Catarina de Sousa Chulata — 3 de Agosto de 2004.

FUR RC 501 NIM 10791800, Sofia Sameiro Cunha Gonçalves — 3 de Agosto de 2004.

3 de Dezembro de 2004. — O Chefe da Repartição, *Rui Garcia Simões*, TCOR INF.

Despacho n.º 27 120/2004 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Setembro de 2004 do chefe da RPMNP/DAMP, por subsubdelegação do MGEN DAMP, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do GEN CEME, foi promovido ao posto de segundo-sargento, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, contando a antiguidade desde a data que se indica, a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, o militar a seguir mencionado:

FUR RC 031 NIM 17450196, Paulo Filipe Penedro — 3 de Agosto de 2004.

3 de Dezembro de 2004. — O Chefe da Repartição, *Rui Garcia Simões*, TCOR INF.

Despacho n.º 27 121/2004 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Outubro de 2004 do chefe da RPMNP/DAMP, por subsubdelegação do MGEN DAMP, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do GEN CEME, foram promovidos ao posto de segundo-sargento, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, contando a antiguidade desde a data que se indica, a partir da qual têm direito ao vencimento do novo posto, os militares a seguir mencionados:

FUR RC 609 NIM 19605399, Pedro José Rodrigues Correia — 3 de Agosto de 2004.

FUR RC 031 NIM 05222996, Alfredo Manuel Araújo Castro — 3 de Agosto de 2004.

FUR RC 031 NIM 13426999, César de Medeiros Farias — 3 de Agosto de 2004.

3 de Dezembro de 2004. — O Chefe da Repartição, *Rui Garcia Simões*, TCOR INF.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 27 122/2004 (2.ª série). — Considerando que o Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, que estabeleceu o regime do sector empresarial do Estado, previu, no n.º 1 do seu artigo 13.º, que as empresas públicas devem facultar ao Ministério das Finanças

um conjunto de informações visando o seu acompanhamento e controlo;

Considerando que, nos termos do n.º 2 do referido artigo 13.º do mesmo diploma, as informações a prestar pelas empresas públicas devem obedecer às condições que vierem a ser estabelecidas por despacho do Ministro das Finanças;

Considerando que o controlo financeiro que tem vindo a ser exercido pela Inspecção-Geral de Finanças, nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 558/89, de 17 de Dezembro, identificou como constrangimento relevante à economia, eficiência e eficácia da gestão das empresas públicas as insuficiências da gestão previsional de muitas das empresas, bem como a ausência, quase generalizada, de critérios que permitam a avaliação sistemática do desempenho da gestão;

Considerando que apenas algumas das empresas abrangidas pelo cumprimento dos deveres de informação à Inspecção-Geral de Finanças, estabelecidos pelo despacho n.º 2196/2001, de 2 de Fevereiro, do Ministro das Finanças, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, cumpriram satisfatoriamente essa obrigação;

Considerando que se torna necessário que alguns dos documentos que integram os deveres especiais de informação a que se refere o despacho n.º 2196/2001, de 2 de Fevereiro, do Ministro das Finanças, obedeçam a um conjunto de requisitos mínimos:

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 558/89, de 17 de Dezembro, determino às empresas públicas não financeiras:

1 — Para efeitos de acompanhamento e controlo financeiro, devem, nos casos aplicáveis, ser obrigatoriamente enviados à Inspecção-Geral de Finanças, os seguintes elementos:

- a) Planos de actividades anuais e plurianuais, a apresentar nos 30 dias subsequentes à sua aprovação;
- b) Orçamentos anuais, a apresentar nos 30 dias subsequentes à sua aprovação;
- c) Relatórios trimestrais de execução orçamental, a apresentar até 45 dias após o final do período a que respeitam;
- d) Relatórios trimestrais do órgão de fiscalização, a apresentar até 45 dias após o final do período a que respeitam;
- e) Documentos de prestação anual de contas, individuais e consolidadas, bem como os relatórios produzidos pelos auditores externos, quando disponíveis, e o relatório anual da fiscalização do revisor oficial de contas, com a antecedência mínima de 15 dias em relação à data da assembleia geral anual;
- f) Cópias das actas das assembleias gerais e das deliberações unânimes por escrito, a apresentar até 30 dias após a data da sua realização;
- g) Estatutos em vigor e respectivas actualizações;
- h) Quaisquer outros elementos ou documentos que a Inspecção-Geral de Finanças considere necessários para a adequada execução dos seus trabalhos no domínio do controlo financeiro, sempre que solicitados.

2 — Os documentos a que se referem as alíneas a) e b) do número anterior deverão ser aprovados de acordo com os respectivos estatutos e demais legislação aplicável até 30 de Novembro, com excepção do ano corrente, em que podem ser aprovados até 31 de Dezembro, devendo os mesmos ser acompanhados, designadamente, pelos seguintes elementos:

- i) Definição dos objectivos a alcançar e das opções estratégicas a implementar e respectiva fundamentação;
- ii) Explicitação das diferentes políticas a adoptar, designadamente em matéria económica e financeira e de recursos humanos;
- iii) Pressupostos que servem de base à elaboração dos planos de actividades, das demonstrações financeiras e dos planos de investimentos;
- iv) Indicadores de avaliação do desempenho aos níveis económico, financeiro, actividade, recursos humanos e satisfação dos clientes.

3 — O cumprimento do disposto nos números anteriores não prejudica as competências do ministro responsável pelo sector de actividade onde pertence a empresa.

4 — É revogado o despacho n.º 2196/2001, de 8 de Janeiro, do Ministro das Finanças.

30 de Novembro de 2004. — O Ministro das Finanças e da Administração Pública, *António José de Castro Bagão Félix*.

Gabinete da Secretária de Estado da Administração Pública

Despacho n.º 27 123/2004 (2.ª série). — Nos termos do disposto nos artigos 2.º, 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer as funções de assessor equiparado a adjunto do meu Gabinete o licenciado em Economia João Luís Pereira Miguel.

A presente nomeação fundamenta-se na necessidade de assessoria no domínio económico e financeiro e no acompanhamento permanente nas diversas áreas de actuação desta Secretaria de Estado que dificilmente pode ser satisfeito de forma plena sem o contributo de especialistas nas diversas áreas.

O nomeado tem a remuneração correspondente ao vencimento base de adjunto, incluindo as quantias correspondentes aos subsídios de férias, de Natal e de refeição, acrescida da quantia correspondente a despesas de representação.

O nomeado é, para os efeitos previstos no presente despacho, requisitado, nos termos legais, ao Banco Espírito Santo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 24 de Novembro de 2004.

29 de Novembro de 2004. — A Secretária de Estado da Administração Pública, *Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas*.

Despacho n.º 27 124/2004 (2.ª série). — Nos termos do disposto nos artigos 2.º, 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer as funções de assessor equiparado a adjunto do meu Gabinete o licenciado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores Paulo António Magro da Luz.

A presente nomeação fundamenta-se na necessidade de assessoria no domínio do processo de reforma da Administração Pública e no acompanhamento permanente nas diversas áreas de actuação deste Gabinete.

O nomeado tem a remuneração correspondente ao vencimento base de adjunto, incluindo as quantias correspondentes aos subsídios de férias, de Natal e de refeição, acrescida da quantia correspondente a despesas de representação.

O presente despacho produz efeitos a partir de 24 de Novembro de 2004.

29 de Novembro de 2004. — A Secretária de Estado da Administração Pública, *Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas*.

Despacho n.º 27 125/2004 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para o meu Gabinete, em regime de requisição, a assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Direcção de Gestão Habitacional de Lisboa do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado Maria Isabel Gigante Gonçalves para me prestar assessoria administrativa especializada, auferindo como remuneração mensal a remuneração estabelecida para o cargo de secretária pessoal, com direito à percepção dos subsídios de férias e de Natal, no montante correspondente ao daquele cargo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 24 de Novembro de 2004.

29 de Novembro de 2004. — A Secretária de Estado da Administração Pública, *Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas*.

Despacho n.º 27 126/2004 (2.ª série). — Nos termos do disposto nos artigos 2.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, para exercer as funções de chefe do meu Gabinete, a licenciada em Direito Raquel Dias Lopes Sabino Pereira.

O presente despacho produz efeitos a partir de 24 de Novembro de 2004.

29 de Novembro de 2004. — A Secretária de Estado da Administração Pública, *Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas*.

Despacho n.º 27 127/2004 (2.ª série). — Nos termos do disposto nos artigos 2.º, 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer as funções de assessor equiparado a adjunto do meu Gabinete o licenciado em Direito Miguel Sabino Franco e Abreu.

A presente nomeação fundamenta-se na necessidade de assessoria no domínio jurídico e no acompanhamento permanente nas diversas áreas de actuação desta Secretaria de Estado que dificilmente pode ser satisfeito de forma plena sem o contributo de especialistas nas diversas áreas.

O nomeado tem a remuneração correspondente ao vencimento base de adjunto, incluindo as quantias correspondentes aos subsídios de férias, de Natal e de refeição, acrescida da quantia correspondente a despesas de representação.

O presente despacho produz efeitos a partir de 24 de Novembro de 2004.

29 de Novembro de 2004. — A Secretária de Estado da Administração Pública, *Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas*.

Despacho n.º 27 128/2004 (2.ª série). — Nos termos do disposto nos artigos 2.º, 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, em regime de requisição, para exercer as funções de adjunta do meu Gabinete a licenciada em Gestão e Administração de Empresas Sofia Margarida Baptista Cruz de Carvalho de Campos Miranda, sendo, para o efeito, requisitada ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social do Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.

A nomeada opta pelo vencimento e outros abonos correspondentes ao seu lugar de origem, assegurando o orçamento do meu Gabinete as despesas de representação.

O presente despacho produz efeitos a partir de 24 de Novembro de 2004.

29 de Novembro de 2004. — A Secretária de Estado da Administração Pública, *Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas*.

Despacho n.º 27 129/2004 (2.ª série). — Nos termos do disposto nos artigos 2.º, 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer as funções de adjunto do meu Gabinete o licenciado em Gestão de Empresas Pedro Jorge Pereira Baptista de Almeida.

O nomeado é, para os efeitos previstos no presente despacho, requisitado, nos termos legais, ao Banco de Portugal, optando pelo vencimento e outros abonos correspondentes ao seu lugar de origem, assegurando o orçamento do meu Gabinete as despesas de representação.

O presente despacho produz efeitos a partir de 24 de Novembro de 2004.

29 de Novembro de 2004. — A Secretária de Estado da Administração Pública, *Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas*.

Despacho n.º 27 130/2004 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para o meu Gabinete, em regime de requisição, a assistente administrativa do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros Maria Manuela de Carvalho Pinto Rosa para exercer funções de apoio administrativo ao meu Gabinete, auferindo como remuneração mensal a remuneração estabelecida para o cargo de secretária pessoal, com direito à percepção dos subsídios de férias e de Natal, no montante correspondente ao daquele cargo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 24 de Novembro de 2004.

29 de Novembro de 2004. — A Secretária de Estado da Administração Pública, *Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas*.

Despacho n.º 27 131/2004 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para prestar apoio ao meu Gabinete o motorista de ligeiros do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo António Manuel Gonçalves Morgado.

O presente despacho produz efeitos a partir de 24 de Novembro de 2004.

29 de Novembro de 2004. — A Secretária de Estado da Administração Pública, *Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas*.

Despacho n.º 27 132/2004 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para prestar apoio ao meu Gabinete a auxiliar administrativa do quadro de pessoal da Secretaria-Geral deste Ministério Maria da Conceição Marques Gomes Ferreira.

O presente despacho produz efeitos a partir de 24 de Novembro de 2004.

29 de Novembro de 2004. — A Secretária de Estado da Administração Pública, *Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas*.

Despacho n.º 27 133/2004 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para o exercício de funções no meu Gabinete o motorista de pesados do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo Ibraim Ramos Domingues.

O presente despacho produz efeitos a partir de 24 de Novembro de 2004.

29 de Novembro de 2004. — A Secretária de Estado da Administração Pública, *Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas*.

Despacho n.º 27 134/2004 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, delego na chefe do meu Gabinete, licenciada em Direito Raquel Dias Lopes Sabino Pereira, a competência para a prática dos seguintes actos:

- a) Gestão do pessoal do Gabinete;
- b) Gestão do orçamento do Gabinete e autorizar, nos termos do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de Abril, as alterações orçamentais que se revelem necessárias à sua execução;
- c) Autorização da constituição do fundo de maneio, bem como as despesas por conta do mesmo, até ao montante máximo correspondente a um duodécimo da dotação orçamental, nos termos do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho;
- d) Autorização da prestação de trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados, bem como a realização da correspondente despesa, nos termos do Decreto-Lei n.º 259/98, de 28 de Julho;
- e) Autorização das despesas resultantes de deslocações em serviço, com ou sem abono antecipado de ajudas de custo, nos termos do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril;
- f) Autorização da requisição de passaportes de serviço oficial;
- g) Autorização da requisição de guias de transporte, incluindo via aérea, ou utilização de viatura própria por membros do Gabinete ou ainda a utilização em transportes públicos relativamente a deslocações em serviço oficial;
- h) Autorização de despesas cujas facturas, por motivo justificado, derem entrada nos serviços além do prazo regulamentar;
- i) Autorização da realização de despesas com a aquisição de bens e serviços, por conta das dotações do orçamento do Gabinete, até aos limites dos montantes atribuídos aos directores-gerais, como competência própria, nos termos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
- j) Autorização de despesas com refeições do pessoal do Gabinete, nos termos das disposições legais aplicáveis;
- k) Autorização e realização de actos correntes relativos às funções específicas do Gabinete.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da respectiva assinatura, ficando ratificados todos os actos que, no âmbito dos poderes delegados, tenham sido praticados desde 24 de Novembro de 2004 pela chefe do meu Gabinete.

9 de Dezembro de 2004. — A Secretária de Estado da Administração Pública, *Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas*.

Despacho n.º 27 135/2004 (2.ª série). — Nos termos dos artigos 35.º, 36.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo, delego no secretário-geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, licenciado João Inácio Ferreira Simões de Almeida, a competência para a prática dos seguintes actos, no âmbito do meu Gabinete:

- a) Autorizar alterações orçamentais, nos termos do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de Abril;
- b) Autorizar antecipação de duodécimos, total ou parcialmente, até ao limite da competência atribuída aos titulares de cargos de direcção superior de 1.º grau, nos termos das alíneas d) do n.º 1 e b) do n.º 3 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro;
- c) Autorizar a realização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite dos montantes atribuídos aos titulares de cargos de direcção superior de 1.º grau, com competência própria, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

Pelo presente despacho ficam ratificados todos os actos praticados até à presente data, no âmbito dos poderes acima delegados.

9 de Dezembro de 2004. — A Secretária de Estado da Administração Pública, *Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas*.

Caixa Geral de Aposentações

Aviso n.º 12 102/2004 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro (Estatuto da Aposentação), torna-se pública a lista dos aposentados e reformados a seguir identificados que, a partir do próximo mês de Janeiro, ou desde as datas que se indicam, passam a ser abonados da respectiva pensão pela Caixa Geral de Aposentações:

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

CARLOS ALBERTO CUNHA FERREIRA	MOTORISTA DE LIGEIOS		1159.18 €
-------------------------------	----------------------	--	-----------

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

CARLOS ELEUTÉRIO MARTINS SANTOS	CHEFE DE SECÇÃO	ESC NÁUTICA INFANTE D. HENRIQUE	1284.77 €
CARMINDA ROSÁRIO FREIRE LOUREIRO	SERVENTE DE LIMPEZA	ESC NÁUTICA INFANTE D HENRIQUE	413.13 €
MARIA ALICE JERÓNIMO RODRIGUES MARTINS	AUXILIAR ADMINISTRATIVA	INSTITUTO DESPORTO PORTUGAL	635.03 €
MARIA JOSÉ TAVARES C. VIEIRA ZOLA RIBEIRO	CHEFE DE SECÇÃO	INSTITUTO CONSUMIDOR	1033.40 €

MINISTÉRIO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS E DO TRABALHO

ANTÓNIO PALMA MARTINS	OPERÁRIO PRINCIPAL	INST NAC ENGENHARIA TECNOL INOVAÇÃO	808.53 €
ASDRÚBAL SANTOS ROMANO	INSPECTOR ADJUNTO PRINCIPAL	INSPECÇÃO-GERAL TRABALHO	1424.41 €
CELESTE DOMÍNGUES OLIVEIRA	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	DIRECÇÃO GERAL EMPRESA	882.58 €
FLORINDO EUGÉNIO CORREIA CAVACO	MOTORISTA DE LIGEIOS	INSPECÇÃO-GERAL TRABALHO	599.15 €
FRANCISCO ARLINDO RODRIGUES PEREIRA	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	DIRECÇÃO GERAL EMPRESA	882.58 €
ISALINA ROSA ALVES	AUXILIAR ADMINISTRATIVA	DIRECÇÃO GERAL EMPREGO E REL TRABALHO	237.92 €
JOAQUIM LUÍS TAPISSE DORES	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	INST NAC ENGENHARIA TECNOL INOVAÇÃO	758.09 €
JOSÉ AUGUSTO FERREIRA SANTOS	ASSESSOR PRINCIPAL	INST NAC ENGENHARIA TECNOL INOVAÇÃO	2513.63 €
JOSÉ HIPÓLITO COSTA MONTEIRO	INVESTIGADOR-COORDENADOR	INST NAC ENGENHARIA TECNOL INOVAÇÃO	4587.16 €
LÚCIA GIL GREGÓRIO	TÉCNICA PROFISSIONAL ESPECIALISTA	DIRECÇÃO GERAL EMPRESA	882.58 €
MARGARIDA CONCEIÇÃO P. ETERNO GIGA BARROS	ASSISTENTE ADMIN. PRINCIPAL	INSPECÇÃO GERAL ACTIVIDADES ECONÓMICAS	620.04 €
MARGARIDA MARIA PINTO MARTINS ALVES	TÉCNICA ESPECIALISTA	DELEGAÇÃO REGIONAL ECONOMIA NORTE	884.44 €
MARIA FERNANDA ASSUNÇÃO F. SIMÕES CORREIA	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	D GERAL EMPREGO E RELAÇÕES TRABALHO	882.58 €
MARIA LUZ CARDOSO	SECRETÁRIA	ICEP PORTUGAL	1427.32 €
MARIA MADALENA LEITE PERNES Ó	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	INSPECÇÃO-GERAL TRABALHO	1062.20 €
MARIANA MARIA SOUSA FIGUEIRA BARATA	CHEFE DE REPARTIÇÃO	INSPECÇÃO-GERAL TRABALHO	1526.68 €
RAFAEL FRANCISCO ASSIS PEREIRA	INSPECTOR TÉCNICO ESPECIALISTA	INSPECÇÃO-GERAL TRABALHO	1424.41 €

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL E DOS ASSUNTOS DO MAR

ESTADO-MAIOR DA ARMADA

ABEILARDO JOAQUIM GONÇALVES	OPERÁRIO ESPECIALIZADO NÍVEL 6	ARSENAL ALFEITE	898.26 €
ABÍLIO FRANCISCO GONÇALVES GUERREIRO	CABO	024567	1245.29 €
ALFREDO PEREIRA MATOS	SARGENTO-CHEFE	922662	1529.01 €
ÁLVARO MARIANO AIRES	PRIMEIRO-SARGENTO	195367	1302.03 €
ANTÓNIO COSTA AGAPITO	SARGENTO-MOR	913762	1755.99 €
ANTÓNIO PEREIRA	SARGENTO-CHEFE	064064	1529.01 €
ANTÓNIO SANTOS FERREIRA	SARGENTO-MOR	079964	1755.99 €
AUGUSTO CARDOSO JORGE	PRIMEIRO-SARGENTO	106164	642.84 €
CÂNDIDO HENRIQUE PEREIRA PEREIRA	SARGENTO-MOR	208764	1926.23 €
CARLOS JOÃO CONCEIÇÃO LOPES	PRIMEIRO-SARGENTO	162177	1253.03 €
DIAMANTINO MONIZ SILVA	FAROLEIRO 1ª CL. 36001381	QUADRO DE PESSOAL MILITARIZADO	1270.25 €
EMÍDIO ANJOS DIOGO	CABO	100770	1131.80 €
FERNANDO ANJOS	PRIMEIRO-SARGENTO	150467	1599.27 €
FRANCISCO FIDALGO PEREIRA	PRIMEIRO-TENENTE	704661	1841.11 €
FRANCISCO HORTA LANITA	SARGENTO-MOR	1008563	1907.15 €
ILÍDIO JESUS SILVA	SARGENTO-AJUDANTE	065267	1660.97 €
JOÃO COELHO RAMOS	CAPITÃO-DE-FRAGATA	684561	2408.56 €
JOÃO FLORINDO SIMÕES FRANCO	CABO DA ARMADA	037166	1245.29 €
JOÃO PINTO	SARGENTO-AJUDANTE	978363	1387.14 €
JOAQUIM ANTÓNIO AMARAL BATISTA	PRIMEIRO-TENENTE	558659	1926.23 €
JOAQUIM AUGUSTO SANTOS	CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA	082459	3315.65 €
JOSÉ ANDRADE ANTUNES	PRIMEIRO-TENENTE	554559	1841.11 €
JOSÉ ANTÓNIO CARNEIRO	SARGENTO-AJUDANTE	197964	1358.78 €
JOSÉ FLORÊNCIO NAVALHO BAPTISTA	OPERÁRIO NÍVEL 8	ARSENAL ALFEITE	551.85 €
JOSÉ JUSTINIANO BARTOLO	SARGENTO-MOR	1066163	1755.99 €
JOSÉ SANTOS JORGE	CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA	042263	3032.77 €
MANUEL HENRIQUES SANTOS RIBEIRO	PRIMEIRO-SARGENTO	247170	1302.03 €
MANUEL LUÍS SERRA FERNANDES	PRIMEIRO-TENENTE	919362	1670.87 €
MANUEL SANTOS MOTA MILEU	SARGENTO-AJUDANTE	200865	1358.78 €
MARIA LUCÍLIA ANJOS GABIRRO	ASSISTENTE ADMIN. PRINCIPAL	DIRECÇÃO SERVIÇO PESSOAL REP CIVIS	816.65 €
MARIA TERESA ESCÓRCIO BRITO	AUXILIAR DE SERVIÇOS	CHEFIA SERVIÇO APOIO ADMINISTRATIVO	301.85 €
MÁRIO ARMINDO CARDOSO SOUSA OLIVEIRA	TÉCNICO BACH. ESPEC. PRINC. N. 4	ARSENAL ALFEITE	2381.04 €
ÓSCAR EDGAR RODRIGUES SANTOS VALENTE	CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA	073458	3032.77 €
PEDRO MANUEL COUCEIRO SOUSA SANTOS	CAPITÃO-DE-FRAGATA	045364	2607.17 €
RUI COELHO CABRITA	CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA	043663	3110.33 €

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

ANTÓNIO JÚLIO PIEDADE COSTA	TÉCNICO FABRIL ESCALÃO 1	OFICINAS GERAIS MATERIAL ENGENHARIA	1028.13 €
ANTÓNIO RAFAEL SILVA	SARGENTO-CHEFE	03952664	1585.76 €
BEATRIZ FERNANDA FERNANDES SANTOS FRANCO	COZINHEIRA	REGIMENTO TRANSMISSÕES LISBOA	389.02 €
FERNANDO MANUEL MORAIS ALMEIDA	CORONEL	50446811	3032.77 €
HUMBERTO VARGAS SILVA	SEGUNDO-SARGENTO	00091359	1131.80 €
IDALINA MARIA SANTOS PALMA	COZINHEIRA	DIRECÇÃO ADMIN MOBILIZAÇÃO PESSOAL	608.87 €
JOÃO HENRIQUES BAPTISTA NETO	GUARDA VIGILANTE 1º CLASSE	QUADRO DE PESSOAL MILITARIZADO	1358.78 €
JOÃO JOAQUIM BELFO VARCHÉ	SARGENTO-MOR	51770811	2092.25 €
JOÃO PEREIRA ALVES	SARGENTO-CHEFE	08194464	1529.01 €
JOAQUIM LUZ QUERIDO	TÉCNICO FABRIL	OFICINAS GERAIS FARD EQUIPAMENTO	769.79 €
LICÍNIO FERNANDES MAIA	SARGENTO-MOR	01806868	2322.21 €
MANUEL JESUS TEIXEIRA	SARGENTO-MOR	44304862	2092.25 €
MARIA AMÉLIA FONSECA CABAÇO MANAÇA	AUXILIAR DE SERVIÇOS	ESC MILITAR ELECTROMECAÂNICA OEIRAS	405.70 €
MARIA ARLETE COSTA MARQUES	ASSISTENTE ADMIN. PRINCIPAL	COM LOGÍSTICA CHEFIA ABONOS TESOUREARIA	780.04 €
NUNO ANTÓNIO BRAVO MIRA VAZ	CORONEL	51413611	3859.92 €
SAMUEL MÁTIAS AMARAL	TENENTE-GENERAL	50447111	4457.97 €
SEMIÃO REIS MOURRAIA GERVÁSIO	MAJOR	46215262	2181.58 €
VITORINO GRILO ALMEIDA	SARGENTO-CHEFE	01600064	1585.76 €

ESTADO-MAIOR DA FORÇA AÉREA

ADOLFO VIRIATO SOARES LOPES RIBEIRO	CAPITÃO	005093	2068.10 €
AMÂNDIO COSTA BRAGA	SEGUNDO-SARGENTO	006024	783.26 €
ANÍBAL MARIA MATOS RIBEIRO	SARGENTO-CHEFE	006952	1900.82 €
ANTÓNIO MANUEL SEQUEIRA CARDOSO	CORONEL	000442	3032.77 €
ANTÓNIO PINTO CODEÇO	SARGENTO-CHEFE	010665	1529.01 €
CARLOS ALBERTO GRAÇA ALBUQUERQUE	CAPITÃO	004232	2571.13 €
CARLOS BATISTA BONITO	MECÂNICO	COMANDO LOGÍSTICO ADMINISTRATIVO	681.49 €
GRACINDO MAGALHÃES COSTA	SARGENTO-MOR	006091	1844.09 €
JOSÉ ANTÓNIO GERALDES PINTO	SEGUNDO-SARGENTO	044788	500.51 €
JOSÉ HENRIQUES PACHECO	CAPITÃO	000577	2068.10 €
MARGARIDA CARMO MONTEIRO BARRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS	COMANDO LOGÍSTICO ADMINISTRATIVO	682.43 €
MARIA EUGÉNIA VENTURA REBELO CORREIA	COZINHEIRA-CHEFE	COMANDO LOGÍSTICO ADMINISTRATIVO	492.45 €
MARIA EULÁLIA COUTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS	COMANDO LOGÍSTICO ADMINISTRATIVO	555.80 €
OCTÁVIO BORGES MELO TAVARES	CORONEL	000573	2862.53 €

DEFICIENTE DAS FORÇAS ARMADAS - ARMADA

DINIS GUERLIXA MARTINS	MARINHEIRO	02342680	950.43 €
------------------------	------------	----------	----------

DEFICIENTE DAS FORÇAS ARMADAS - EXÉRCITO

FORTUNATO FERREIRA MARTINS	FURRIEL	07551067	1164.83 €
----------------------------	---------	----------	-----------

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AMÉRICO NUNES SILVA OLIVEIRA	TÉCNICO ADMIN. TRIBUT. NÍVEL 1	DIRECÇÃO GERAL IMPOSTOS	1941.11 €
ANTÓNIO FERNANDES GOMES	MOTORISTA	INSTITUTO INFORMÁTICA	432.39 €
CARLOS LOPES	TESOUREIRO	DIRECÇÃO GERAL IMPOSTOS	1411.23 €
DANIEL AUGUSTO PINHEIRO	TÉCNICO SUP. ORÇ. CONTA ESPEC.	DIRECÇÃO GERAL ORÇAMENTO	1886.53 €
IDALINA ABREU SANTOS FEIJÓ	TELEFONISTA	DIRECÇÃO GERAL PATRIMÓNIO	652.96 €
JOÃO BAPTISTA LEITÃO	CHEFE DE FINANÇAS	DIRECÇÃO GERAL IMPOSTOS	2058.69 €
JOÃO BRITO SILVA VIANA	PERITO CONTABILIDADE 1º CLASSE	DIRECÇÃO GERAL ORÇAMENTO	1601.21 €
JOSÉ CARLOS MARTINS AUGUSTO	TÉCNICO ADMIN. TRIBUT. ADJUNTO	DIRECÇÃO GERAL IMPOSTOS	1452.35 €
LUÍS AUGUSTO CÂMARA PERESTRELO OLIVEIRA	ASSESSOR PRINCIPAL	SECRETARIA-GERAL	2513.67 €
MARIA ANABELA AMORIM CAUPERS NÓBREGA	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	DIRECÇÃO GERAL ORÇAMENTO	771.81 €
MARIA FÁTIMA SALVADOR CARVALHO HENRIQUES	TÉCNICA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	DIRECÇÃO GERAL IMPOSTOS	2013.95 €
MARIA JOSÉ GOUVEIA BRAZÃO	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	DIRECÇÃO GERAL IMPOSTOS	940.09 €
MARIA JOSÉ NUNES TEIXEIRA FRANCO RAMOS	TÉCNICA ADMIN. TRIBUT. ADJUNTA	DIRECÇÃO GERAL IMPOSTOS	1464.34 €
MARIA LURDES TAVARES COELHO	VERIFICADORA AUX. ADUAN. 1º CL.	D G ALFÂNDEGAS IMPOSTOS ESP S/ CONSUMO	1321.55 €
MARIA ODETE GÂNDARA RIBEIRO	TÉCNICA ADMIN. TRIBUT. ADJUNTA	DIRECÇÃO GERAL IMPOSTOS	1120.23 €
MARIA ROSÁRIO SANTOS ALMEIDA ROMBA	TÉCNICA DE FAZENDA 1º CLASSE	DIRECÇÃO GERAL TESOURO	1340.71 €
OLÍMPIO JOSÉ ALMEIDA LEITÃO	TÉCNICO ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	DIRECÇÃO GERAL IMPOSTOS	1417.78 €
OLÍNDIA JESUS BERNARDO	AUXILIAR ADMINISTRATIVA	DIRECÇÃO GERAL TESOURO	485.63 €
PERPÉTTUA MENDES PRAZERES	ASSISTENTE ADMIN. PRINCIPAL	DIRECÇÃO GERAL IMPOSTOS	809.71 €
TOLENTINO ANTÓNIO CRUZ	ESPECIALISTA INFORMÁTICA G. III/N 1	INSTITUTO INFORMÁTICA	2234.38 €

TRIBUNAL DE CONTAS

MARIA EMÍLIA RODRIGUES PINHO	TÉCNICA PROF. VERIF. ESPECIALISTA		1123.67 €
------------------------------	-----------------------------------	--	-----------

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

AFONSO MARIA TEIXEIRA MOTA	CONSELHEIRO DE EMBAIXADA	SECRETARIA GERAL	2296.39 €
HENNY ADÈLE VAL FADEN SILVA	DIRECTORA DE SERVIÇOS	DIRECÇÃO GERAL ASSUNTOS COMUNITÁRIOS	2707.83 €

JACINTO SEBASTIÃO RÊGO ALMEIDA	ADIDO ECONÓMICO	SECRETARIA GERAL	1242.87 €
MARIA ALICE SANTOS TEIXEIRA LEAL CUNHA	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	SECRETARIA GERAL	2360.10 €
MARIA ODETE PAIS BORRALHO	ASSESSORA PRINCIPAL	DIRECÇÃO GERAL ASSUNTOS COMUNITÁRIOS	2413.81 €

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

ANTÓNIO REIS SILVA RAMOS	TÉCNICO DE 2ª CLASSE	DIRECÇÃO GERAL VIAÇÃO	941.23 €
ELVIRA FERNANDA SCHONBERG FERREIRA	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	SECRETARIA GERAL	980.64 €

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

ABÍLIO NÉRCIO GONÇALVES COSTINHA	SOLDADO	780662	800.10 €
ACÁCIO LOPES NUNES	SOLDADO	830017	488.82 €
AFONSO ANTÓNIO ALMEIDA PEDREIRO	CABO	796013	1144.85 €
ALFREDO AGUIAR FERNANDES	CABO	761348	1511.93 €
ALTINO NASCIMENTO GABRIEL	CABO	770553	1512.89 €
ANTÓNIO FRANCISCO GONÇALVES	CABO	771879	1542.43 €
ANTÓNIO JOSÉ GOMES CALDAS	CABO	761131	1515.41 €
ANTÓNIO SILVA SANTOS	CABO CHEFE	771280	1520.78 €
ARLINDO CONCEIÇÃO COSTA	CABO CHEFE	771917	1562.16 €
ARTUR JOÃO GONÇALVES FERREIRA	CABO	800016	1313.53 €
ARTUR SOUSA SANTOS	CABO	770276	1546.85 €
AUGUSTO ANTUNES COELHO	CABO	782070	1529.65 €
CARLOS ALBERTO AFONSO	CABO	781581	1507.91 €
CARLOS MARIA ESPERANÇA FERNANDES	CABO	800359	1057.95 €
DOMINGOS RIBEIRO FÁRIA	CABO	782253	1454.97 €
JAIME ALMEIDA VIEIRA	SARGENTO-CHEFE	760972	1831.25 €
JOAQUIM JOSÉ ALVES SILVA	PRIMEIRO-SARGENTO	772126	1423.88 €
JOSÉ CARLOS SANTOS	CABO	740126	1424.73 €
JOSÉ DUARTE RAMADA	SARGENTO-CHEFE	710205	1825.00 €
JOSÉ MANUEL FIGUEIRA SOUSA	CABO	780523	1457.40 €
JOSÉ NASCIMENTO PATRÍCIO	SOLDADO	760050	1476.20 €
LICÍNIO MENDES OLIVEIRA	CABO-CHEFE	770241	1515.26 €
LUÍS FERNANDO GONÇALVES TEIXEIRA	CABO	780963	1369.50 €
MANUEL ALÇAÇARENHO SILVA	CABO	771899	1552.24 €
MANUEL FERNANDO CARVALHO	CABO-CHEFE	770524	1594.09 €
MANUEL GUEDES MOTA	CABO	801987	1441.81 €
MANUEL RODRIGUES PEREIRA	CABO-CHEFE	761305	1596.86 €
MANUEL SANTOS BARREIRA	CABO-CHEFE	770728	1600.04 €
MANUEL SANTOS FERREIRA	CABO	771956	1385.24 €
NÉLSON GOMES PAIVA	CABO	770757	1473.68 €
NORBERTO SANTOS	CABO	761121	1515.16 €
PAULO DINIS RODRIGUES GOUVEIA	SOLDADO	2010915	200.99 €

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ACÁCIO AGOSTINHO ASSUNÇÃO	AGENTE PRINCIPAL	130755	1105.01 €
ANTÓNIO ESTEVES PEDRO	CHEFE	136286	1266.93 €
ANTÓNIO MIGUEL MARTINS CORDEIRO	AGENTE PRINCIPAL	140275	541.35 €
AUGUSTO JOSÉ CORDEIRO ALEXANDRE	AGENTE PRINCIPAL	128282	1139.99 €
BERNARDINO MARTINS TEIXEIRA	AGENTE PRINCIPAL	124671	784.10 €
EZEQUIEL ANTUNES CARRIÇO	SUBCOMISSÁRIO	126604	1721.46 €
ISABEL MARIA CABRAL BORGES	ESPECIALISTA DE INFORMÁTICA		PSP DIRECÇÃO NACIONAL 2874.65 €
JOÃO LIMA ARAÚJO	AUXILIAR DE OFICINAS		PSP DIRECÇÃO NACIONAL 723.59 €
JOAQUIM BRÁS CRUZ AZADINHO	AGENTE PRINCIPAL	125303	1245.29 €
JORGE MANUEL DUARTE ARTILHEIRO	AGENTE PRINCIPAL	129292	1440.90 €
JOSÉ CARVALHO CUNHA	AGENTE PRINCIPAL	125291	1360.06 €
JOSÉ FRANCISCO MOURO CAVACA	AGENTE PRINCIPAL	126753	1216.92 €
JOSÉ PEDRO ARAÚJO LOURENÇO	AGENTE PRINCIPAL	131186	1236.69 €
MARIA CONCEIÇÃO P. CARVALHUÇO FONSECA	AGENTE PRINCIPAL	130698	983.00 €
MARIA EUGÉNIA REBELO RAMOS ROCHA CUNHA	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA		PSP DIRECÇÃO NACIONAL 1212.59 €
MÁRIO JORGE GONÇALVES SOUSA FREIRE	AGENTE PRINCIPAL	129577	1310.32 €

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

ANTÓNIO DANIEL CORREIA FONSECA	GUARDA PRINCIPAL		DIRECÇÃO GERAL SERVIÇOS PRISIONAIS 1268.82 €
ANTÓNIO JOSÉ GONÇALVES SENA	ESPECIALISTA AUXILIAR		POLÍCIA JUDICIÁRIA DIRECTORIA FARO 1222.01 €
AUGUSTO MARQUES SERRA	GUARDA PRINCIPAL		DIRECÇÃO GERAL SERVIÇOS PRISIONAIS 1290.96 €
AVELINO PIMENTA CERQUEIRA	COZINHEIRO		INST REINSERÇÃO SOCIAL 625.58 €
CARLOS ALBERTO FERNANDES COSTA	GUARDA PRINCIPAL		DIRECÇÃO GERAL SERVIÇOS PRISIONAIS 1105.99 €
ERNESTO AFONSO RÊGO BRITO	INSPECTOR-CHEFE		POLÍCIA JUDICIÁRIA DIR GERAL LISBOA 2675.79 €
JOAQUIM PEREIRA FERNANDES	GUARDA PRINCIPAL		DIRECÇÃO GERAL SERVIÇOS PRISIONAIS 1296.03 €
JORGE MANUEL BARATA VIDAL	GUARDA PRINCIPAL		DIRECÇÃO GERAL SERVIÇOS PRISIONAIS 538.41 €
JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA BARBOSA	GUARDA PRINCIPAL		DIRECÇÃO GERAL SERVIÇOS PRISIONAIS 1162.10 €
JOSÉ SANTOS MARTINS	JUIZ DESEMBARGADOR		CONSELHO SUPERIOR MAGISTRATURA 5380.20 €
LUÍSA CLAUDINA JORGE SOUSA GOMES	ESPECIALISTA AUXILIAR		POLÍCIA JUDICIÁRIA DIR GERAL LISBOA 1223.04 €

MARIA CARMO FERREIRA	AUXILIAR DE LIMPEZA	DIRECÇÃO GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	353.05 €
MARIA FILOMENA FERREIRA REBELO SOUTO MAIOR	TÉCNICA PROF. ESPEC. PRINCIPAL	SECRETARIA GERAL	1183.69 €
MARIA MANUELA ROSÁRIO ESTEVES LOPES	AUXILIAR ADMINISTRATIVA	SUPREMO TRIBUNAL JUSTIÇA	597.70 €
NUNO ALVES TORRES	GUARDA PRINCIPAL	DIRECÇÃO GERAL SERVIÇOS PRISIONAIS	1097.75 €
RUI ALBERTO PRIETO COSTA CORREIA	ASSISTENTE GRADUADO	DIRECÇÃO GERAL SERVIÇOS PRISIONAIS	2251.42 €

MINISTÉRIO DAS CIDADES, ADMINISTRAÇÃO LOCAL, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ABEL ALMEIDA	MOTORISTA DE PESADOS	CÂMARA MUNICIPAL MOIMENTA BEIRA	854.80 €
ALEXANDRE ALEGRIA MOITA	JARDINEIRO	JUNTA FREGUESIA LOURES	585.64 €
ALFREDO SILVA MARQUES	CONDUTOR MÁQ. PES. VEIC. ESPECIAIS	CÂMARA MUNICIPAL ESPOSENDE	564.90 €
ÁLVARO ANTUNES VERÍSSIMO	CANTONEIRO DE ARRUAMENTOS	CÂMARA MUNICIPAL MAFRA	496.88 €
ÁLVARO JESUS LIBÂNIO	PEDREIRO	JUNTA FREGUESIA ALJEZUR	438.67 €
AMÍLCAR ANTÓNIO TERLICA	OPERÁRIO FUNCIONÁRIO	CÂMARA MUNICIPAL ALMODOVAR	419.22 €
ANA CRISTINA OLIVEIRA SANTOS	FISCAL MUNICIPAL PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL ALMADA	448.70 €
ANA MATOZINHOS LOPES CABRAL	ASSISTENTE ADMINISTRATIVA	DIRECÇÃO GERAL AUTARQUIAS LOCAIS	848.52 €
ANÍBAL SOUSA PAULO	CONDUTOR MÁQ. PES. VEÍC. ESPECIAIS	CÂMARA MUNICIPAL LAGOA ALGARVE	370.77 €
ANTERO AUGUSTO ROXO	AGENTE DE TRANSPORTES COLECTIVOS	CÂMARA MUNICIPAL BRAGANÇA	823.92 €
ANTÓNIO ANTUNES	ENCARREGADO	CÂMARA MUNICIPAL OLEIROS	806.24 €
ANTÓNIO AUGUSTO GOMES MAGALHÃES	SUBCHEFE 1ª CLASSE	CÂMARA MUNICIPAL VILA NOVA GAIA	1517.93 €
ANTÓNIO COELHO RAMOS	OPERADOR PRINCIPAL CARREIRA	CÂMARA MUNICIPAL CORUCHE	596.11 €
ANTÓNIO DOMINGOS CASACA GENERAL	CANTONEIRO DE ARRUAMENTOS	CÂMARA MUNICIPAL MORA	200.99 €
ANTÓNIO EDUARDO	JARDINEIRO	CÂMARA MUNICIPAL SANTIAGO CACÉM	200.99 €
ANTÓNIO JOÃO	JARDINEIRO	JUNTA FREGUESIA S JOÃO TALHA	546.84 €
ANTÓNIO JOAQUIM MARQUES OLIVEIRA	CANTONEIRO DE LIMPEZA	CÂMARA MUNICIPAL ALMEIDA	748.86 €
ANTÓNIO JOSÉ COURELA VILARINHO	TÉCNICO PROF. ESPEC. PRINCIPAL	INSTITUTO NACIONAL HABITAÇÃO	1011.68 €
ANTÓNIO JOSÉ FERREIRA AFONSO	PRESIDENTE	CÂMARA MUNICIPAL TERRAS BOURO	2150.09 €
ANTÓNIO LOPES CARDOSO	PEDREIRO	CÂMARA MUNICIPAL NAZARÉ	308.48 €
ANTÓNIO LOURENÇO GUERREIRO	CONDUTOR MÁQ. PES. VEÍC. ESPECIAIS	CÂMARA MUNICIPAL ALJUSTREL	704.89 €
ANTÓNIO LOURENÇO MARTINS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	CÂMARA MUNICIPAL VILA NOVA BARQUINHA	612.69 €
ANTÓNIO LUÍS FRANCISCO COURELA	OPERÁRIO SEMIQUALIFICADO	JUNTA FREGUESIA BUCELAS	629.33 €
ANTÓNIO LUÍS PEREIRA	OPERÁRIO ALTAMENTE QUALIFICADO	ÁGUAS SADO SA	488.97 €
ANTÓNIO MARTINS MARAU	ENCARREGADO	CÂMARA MUNICIPAL CASCAIS	863.16 €
ANTÓNIO MOREIRA MARTINS	CANALIZADOR PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL GONDOMAR	709.42 €
ANTÓNIO RAPOSO PEREIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	CÂMARA MUNICIPAL MÉRTOLA	280.79 €
ANTÓNIO RIBEIRO BERNARDO JACINTO	ENCARREG. PESSOAL SEMIQUALIFICADO	CÂMARA MUNICIPAL SOBRAL MONTE AGRAÇO	353.05 €
ANTÓNIO RIBEIRO SILVA	CANTONEIRO DE LIMPEZA	CÂMARA MUNICIPAL PAÇOS FERREIRA	377.48 €
ANTÓNIO SANTOS	CANTONEIRO DE VIAS MUNICIPAIS	CÂMARA MUNICIPAL PENELA	561.61 €
ANTÓNIO SANTOS LOPES ANDRÉ	CONDUTOR MÁQ. PES. VEÍC. ESPECIAIS	SERV MUNICIPALIZADOS CASTELO BRANCO	799.03 €
ANTÓNIO TAVARES SILVA	CEHFE DE SECÇÃO	CÂMARA MUNICIPAL VALE CAMBRA	1117.19 €
ARMANDO VIEIRA COSTA GOMES	CANTONEIRO DE VIAS MUNICIPAIS	CÂMARA MUNICIPAL VALENÇA	200.99 €
ARMINDO ELIAS BORREGO SESIFREDO	CANTONEIRO DE LIMPEZA	CÂMARA MUNICIPAL REDONDO	545.21 €
AUGUSTO LEANDRO ALVES SANTOS	CANTONEIRO DE LIMPEZA	CÂMARA MUNICIPAL VENDAS NOVAS	200.99 €
AUGUSTO RAMALHEIRA ALVES	ENCARREGADO	CÂMARA MUNICIPAL OLIVEIRA BAIRRO	534.53 €
AUGUSTO SILVA	CONDUTOR MÁQ. PES. VEÍC. ESPECIAIS	CÂMARA MUNICIPAL BENAVENTE	778.14 €
AUGUSTO SOUSA	CANTONEIRO DE LIMPEZA	JUNTA FREGUESIA CUSTÓIAS	596.69 €
BEATRIZ FERNANDES FERNANDES	AUXILIAR ADMINISTRATIVA	D GERAL EDIFÍCIOS MONUMENTOS NACIONAIS	597.70 €
BERNARDINO LOUREIRO	ELECTRICISTA PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL MANGUALDE	695.97 €
BERNARDO FERNANDES SOUSA	ENCARREGADO PESSOAL AUXILIAR	CÂMARA MUNICIPAL VIANA CASTELO	779.20 €
CARMINDO GOMES MARCELINO	AUXILIAR	CÂMARA MUNICIPAL MARINHA GRANDE	425.11 €
CELESTE CONCEIÇÃO NEVES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	CÂMARA MUNICIPAL SETÚBAL	209.50 €
CELESTINO BERNARDO FERREIRA	FIEL DE ARMAZÉM	CÂMARA MUNICIPAL LOURES	429.60 €
DANIEL SANTOS DUARTE	CANALIZADOR	CÂMARA MUNICIPAL MAFRA	833.07 €
DONALDO SANTOS	FIEL DE ARMAZÉM	CÂMARA MUNICIPAL LAGOA ALGARVE	544.26 €
EDUARDO PIRES JACINTO	MOTORISTA DE LIGEIOS	CÂMARA MUNICIPAL BENAVENTE	200.99 €
ELIAS CHAÍNHU ALBINO	CONDUTOR MÁQ. PES. VEÍC. ESPECIAIS	SERV MUN ÁGUA SANEAM OEIRAS AMADORA	791.26 €
ELISABETE MATA RODRIGUES COSTA	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	CÂMARA MUNICIPAL OVAR	724.37 €
EMÍLIO MARQUES	CANTONEIRO	CÂMARA MUNICIPAL SILVES	200.99 €
EUGÉNIO FERNANDO PEDROSA SILVA	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	CÂMARA MUNICIPAL VILA NOVA GAIA	980.64 €
EUGÉNIO HIPÓLITO MEDEIROS	CANTONEIRO	CÂMARA MUNICIPAL VINHAIS	787.25 €
FERNANDO GONÇALVES LOPES	FISCAL DE ÁGUA E SANEAMENTO	CÂMARA MUNICIPAL GUIMARÃES	646.13 €
FRANCISCO ANTÓNIO COVAS	OPERADOR ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS	CÂMARA MUNICIPAL BORBA	283.61 €
FRANCISCO ANTÓNIO PORTO	ENGº TÉCNICO AGRÁRIO ESPEC. PRINC.	CÂMARA MUNICIPAL LISBOA	1564.07 €
FRANCISCO ANTÓNIO RAPOSO	OPERADOR ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS	CÂMARA MUNICIPAL ODEMIRA	595.63 €
FRANCISCO CARAPINHA FERREIRA	COBRADOR TRANSPORTES COLECTIVOS	CÂMARA MUNICIPAL BARREIRO	664.73 €
FRANCISCO DUARTE MARRAMAQUE	CANALIZADOR	CÂMARA MUNICIPAL BENAVENTE	289.87 €
FRANCISCO FERNANDO COSTA	CONDUTOR MÁQ. PES. VEÍC. ESPECIAIS	JUNTA FREGUESIA LOURES	352.31 €
FRANCISCO JOSÉ FERNANDES SEMEDO	CANALIZADOR PRINCIPAL	SERV MUN ÁGUA SANEAM OEIRAS AMADORA	357.05 €
FRANCISCO LOPES FRAGATA	CANALIZADOR PRINCIPAL	SERV MUNIC ÁGUA SANEAMENTO LOURES	709.42 €
FRANCISCO MAXIMINO FIGUEIREDO ORIOL PENA	ASSESSOR PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL ALMEIRIM	2640.65 €
GERMANO RIBEIRO	ASFALTADOR PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL CASCAIS	566.55 €
HÉLDER JESUS MONHO ROSINHA	CABOQUEIRO	CÂMARA MUNICIPAL CAMPO MAIOR	457.85 €
HÉLDER SOUSA VIEIRA	SERRALHEIRO PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL OURÉM	818.20 €
HENRIQUE OCTÁVIO FONSECA BONACHO	SERRALHEIRO CIVIL	CÂMARA MUNICIPAL LAGOA ALGARVE	200.99 €

HERMÍNIO HENRIQUES	ENCARREGADO	CÂMARA MUNICIPAL SEVER VOUGA	800.82 €
ISABEL MARIA NUNES JOAQUIM PIRES	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	CÂMARA MUNICIPAL FIGUEIRÓ VINHOS	452.25 €
JACINTO CIPRIANO PEREIRA	MOTORISTA DE PESADOS	CÂMARA MUNICIPAL CARTAXO	200.99 €
JAIME GOMES FERREIRA	CALCETEIRO PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL PORTO	400.64 €
JAIME MANUEL FERREIRA LIMA	MOTORISTA DE PESADOS	CÂMARA MUNICIPAL BARREIRO	400.33 €
JOÃO ANTÓNIO MESTRE GUERREIRO	TRACTORISTA	CÂMARA MUNICIPAL ALMODÔVAR	608.87 €
JOÃO ANTÓNIO ROQUE	CANTONEIRO DE LIMPEZA	CÂMARA MUNICIPAL PORTALEGRE	514.34 €
JOÃO ISIDORO CARMO CAMPOS	ELECTRICISTA	CÂMARA MUNICIPAL RIO MAIOR	488.98 €
JOÃO JACINTO MANGANÃO	CONDUTOR MÁQ. ESP. VEÍC. ESPECIAIS	CÂMARA MUNICIPAL LOURES	527.96 €
JOÃO JOSÉ RIBEIRO MACHADO	CHEFE DE SECÇÃO	CÂMARA MUNICIPAL CALDAS RAINHA	1035.74 €
JOÃO MACHADO SOUSA	TRACTORISTA	CÂMARA MUNICIPAL VILA VERDE	723.07 €
JOÃO MALHADO BARRADAS	ASSENTADOR DE VIAS	CÂMARA MUNICIPAL SINTRA	273.05 €
JOÃO SILVÉRIO OLEIRO BARROCAS	CANTONEIRO DE VIAS MUNICIPAIS	CÂMARA MUNICIPAL VIDIGUEIRA	284.36 €
JOAQUIM ANTÓNIO COELHO	MOTORISTA DE PESADOS	JUNTA FREGUESIA SILVES	549.22 €
JOAQUIM ANTÓNIO SILVA	OPERADOR DE REPROGRAFIA	CÂMARA MUNICIPAL LOULÉ	366.67 €
JOAQUIM ARMANDO SOARES CONCEIÇÃO	MOTORISTA DE PESADOS	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS SANTARÉM	585.80 €
JOAQUIM BESSA SOARES	OPERÁRIO DE ESPAÇOS VERDES	SERVIÇOS MUNIC PORTO ÁGUAS SANEAMENTO	223.90 €
JOAQUIM COSTA MIRANDA	JARDINEIRO PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL PÓVOA VARZIM	590.27 €
JOAQUIM ERNESTO PINTO MESQUITA	MOTORISTA TRANSPORTES COLECTIVOS	CÂMARA MUNICIPAL SALVATERRA MAGOS	488.63 €
JOAQUIM FERREIRA FERRAZ	ENCARREGADO	CÂMARA MUNICIPAL BARRANCOS	799.52 €
JOAQUIM FERREIRA PINTO	TROLHA PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL STA MARIA FEIRA	573.05 €
JOAQUIM GONÇALVES LUZ	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	CÂMARA MUNICIPAL SILVES	209.50 €
JOAQUIM MANUEL CAMILO	CONDUTOR MÁQ. PES. VEÍC. ESPECIAIS	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS FARO	794.47 €
JOAQUIM MARTINS RODRIGUES	OPERÁRIO QUALIFICADO	CÂMARA MUNICIPAL LOULÉ	399.13 €
JOAQUIM MENDES MORGADO	SAPADOR BOMBEIRO	CÂMARA MUNICIPAL LISBOA	1487.18 €
JOAQUIM MOUQUINHO ANACLETO	VIGILANTE JARD. PARQUES INFANTIS	CÂMARA MUNICIPAL CASCAIS	662.59 €
JOAQUIM VITAL NUNES SILVA	SERVENTE	CÂMARA MUNICIPAL PONTE SÔR	279.21 €
JORGE LINO FERREIRA	OPERÁRIO QUALIFICADO PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL MORTÁGUA	500.79 €
JORGE MANUEL COUCHINHO BATISTA	PEDREIRO	CÂMARA MUNICIPAL IDANHA NOVA	200.99 €
JOSÉ AGOSTINHO ARAÚJO RIBEIRO	CONDUTOR MÁQ. PES. VEÍC. ESPECIAIS	CÂMARA MUNICIPAL VILA NOVA FAMALICÇÃO	711.35 €
JOSÉ BARRADAS BATISTA	PEDREIRO PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL MARVÃO	602.79 €
JOSÉ BORGAS PIEDADE	CANTONEIRO	CÂMARA MUNICIPAL SANTARÉM	388.46 €
JOSÉ CALVINHO GRILLO	ELECTRICISTA PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL LISBOA	420.33 €
JOSÉ CARLOS COSTA LEMOS	PINTOR PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL GONDOMAR	476.57 €
JOSÉ CARLOS CRUZ TAVARES	COBRADOR TRANSPORTES COLECTIVOS	CÂMARA MUNICIPAL BARREIRO	953.21 €
JOSÉ CIPRIANO PEDRO	MOTORISTA DE PESADOS	CÂMARA MUNICIPAL SANTARÉM	382.47 €
JOSÉ DOMINGOS SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	CÂMARA MUNICIPAL LISBOA	770.12 €
JOSÉ FELÍCIO NUNES GUIOMAR	LEITOR-COBRADOR DE CONSUMOS	CÂMARA MUNICIPAL LOULÉ	232.09 €
JOSÉ FILIPE	MARTELEIRO PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL ESTREMOZ	209.50 €
JOSÉ FILIPE NUNES SOUSA AZEVEDO	ENGENHEIRO TÉCNICO PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL PAREDES	1012.13 €
JOSÉ INÁCIO SILVA JOSÉ	CANTONEIRO DE LIMPEZA	CÂMARA MUNICIPAL SINTRA	704.66 €
JOSÉ JESUS TORRES	CANTONEIRO DE VIAS MUNICIPAIS	CÂMARA MUNICIPAL BATALHA	556.29 €
JOSÉ JOÃO LEITE ANTUNES	ENCARREGADO PESSOAL AUXILIAR	CÂMARA MUNICIPAL BRAGA	837.50 €
JOSÉ JOAQUIM CÊPA AFONSO	JARDINEIRO	CÂMARA MUNICIPAL ESPOSENDE	200.99 €
JOSÉ LEITE PEREIRA	TORNEIRO	CÂMARA MUNICIPAL BRAGA	618.68 €
JOSÉ LOURENÇO PEDROSO PINTO GONÇALVES	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	COM COORD DESENVOLV REGIONAL CENTRO	1045.81 €
JOSÉ MANUEL CHARRUA PERDIGÃO	JARDINEIRO PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL OEIRAS	540.17 €
JOSÉ MARIA FÉLIX	PEDREIRO PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL CASCAIS	242.07 €
JOSÉ MARIA PEREIRA	FISCAL DE OBRAS	CÂMARA MUNICIPAL OEIRAS	553.72 €
JOSÉ MARIA SILVA PEREIRA	LEITOR-COBRADOR DE CONSUMOS	SERVIÇOS MUNIC ÁGUA SANEAMENTO LOURES	709.42 €
JOSÉ MATIAS COSTA RISCADO	COVEIRO	JUNTA FREGUESIA ALCABIDECHÉ	347.38 €
JOSÉ MÁXIMO FEIJÃO HORTA	OPERÁRIO/LUBRIFICADOR	CÂMARA MUNICIPAL ALPIRÇA	474.44 €
JOSÉ MOUTINHO NOGUEIRA SILVA	CARPINTEIRO DE LIMPOS PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL LISBOA	383.01 €
JOSÉ POÇAS MONDIM	PINTOR PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL VALONGO	551.82 €
JOSÉ SILVA	CANTONEIRO DE VIAS MUNICIPAIS	CÂMARA MUNICIPAL CANTANHEDE	399.32 €
JOSÉ SOUSA PINHEIRO	CANALIZADOR	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS MATOSINHOS	600.69 €
JOSÉ VENCESLAU PEREIRA	CONDUTOR MÁQ. PES. VEÍC. ESPECIAIS	CÂMARA MUNICIPAL CALDAS RAINHA	591.16 €
JOSÉ VITALIANO DIOGO VAZ	FISCAL DE OBRAS 1ª CLASSE	CÂMARA MUNICIPAL LISBOA	457.74 €
JUDITE EULÁLIA PACHECO SANTOS	JARDINEIRA PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL ÉVORA	200.99 €
LEONEL NARCISO SILVESTRE	CHEFE DE SECÇÃO	CÂMARA MUNICIPAL ALMODÔVAR	499.87 €
LINO RODRIGUES MORAIS	ELECTRICISTA PRINCIPAL	SERVIÇOS MUNIC TRANSP URBANOS COIMBRA	709.42 €
LUÍS CORREIA ESPÍRITO SANTO	FIEL DE FRIGORÍFICOS	CÂMARA MUNICIPAL CASTELO BRANCO	533.66 €
LUÍSA RITA PIEDADE FONSECA VASQUES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	CÂMARA MUNICIPAL LISBOA	209.50 €
MANUEL FERNANDES SOUSA	COVEIRO	JUNTA FREGUESIA SANDIM	394.32 €
MANUEL FRANCISCO FILIPE PEREIRA	CALCETEIRO	CÂMARA MUNICIPAL SERPA	255.81 €
MANUEL GODINHO TAGARROSO	FIEL DE ARMAZÉM	CÂMARA MUNICIPAL BEJA	397.26 €
MANUEL HENRIQUES SANTOS	VIGILANTE DA NATUREZA PRINCIPAL	COM COORD DESENVOLV REGIONAL CENTRO	900.45 €
MANUEL JESUS LEAL	OPERÁRIO QUALIFICADO PRINCIPAL	SERV MUNIC STO TIRSO ÁGUA ELECT SANEAM	356.58 €
MANUEL JOAQUIM CAPELA	OPERÁRIO PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL PORTEL	446.43 €
MANUEL JOAQUIM PIRES VAZ	SUBCHEFE 2ª CLASSE	CÂMARA MUNICIPAL LISBOA	1542.65 €
MANUEL LOUREIRO PATRÃO	PEDREIRO	CÂMARA MUNICIPAL ESPOSENDE	374.42 €
MANUEL LOURENÇO BERNARDO	ENC. SERVIÇO HIGIENE LIMPEZA	CÂMARA MUNICIPAL SINTRA	918.88 €
MANUEL MARTINS	CANTONEIRO DE LIMPEZA	CÂMARA MUNICIPAL CASTELO VIDE	209.50 €
MANUEL RASTEIRO BERNARDINO	MOTORISTA DE PESADOS	CÂMARA MUNICIPAL BARREIRO	714.00 €
MANUEL RITA PATO JÚNIOR	TRACTORISTA	CÂMARA MUNICIPAL MOURA	355.89 €

MANUEL SILVA	CANTONEIRO DE LIMPEZA	CÂMARA MUNICIPAL SILVES	579.30 €
MANUEL SILVA COSTA	CANTONEIRO	CÂMARA MUNICIPAL VILA CONDE	596.99 €
MANUEL SILVA GONÇALVES	JARDINEIRO PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL VALONGO	200.99 €
MANUEL SILVA MARQUES	OPERÁRIO QUALIFICADO PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL MATOSINHOS	755.97 €
MARIA CARMO AUGUSTA ALBINO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	CÂMARA MUNICIPAL ALJUSTREL	438.77 €
MARIA CLARA GONÇALVES PEDRO PIRES	ECÓNOMA	CÂMARA MUNICIPAL LISBOA	670.90 €
MARIA CONCEIÇÃO DOMINGUES	CANTONEIRO DE LIMPEZA	CÂMARA MUNICIPAL SETÚBAL	508.55 €
MARIA FERNANDA GOMES PEREIRA BRANDÃO	TÉCNICA PROF. ESPEC. PRINCIPAL	COM COORD DESENV REG LISBOA VALE TEJO	1045.81 €
MARIA HELENA ARRAIOS QUINTA	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	CÂMARA MUNICIPAL ALMADA	891.81 €
MARIA HELENA REIS BIZARRO	ENCARREGADA PESSOAL AUXILIAR	CÂMARA MUNICIPAL LOURES	410.14 €
MARIA ISABEL SOUSA SOARES	ASSISTENTE ADMIN. PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL LISBOA	751.31 €
MARIA LUÍSA AFONSO FELISBERTO CUNHA	SERVENTE/AUXILIAR DE LIMPEZA	COM COOR DESENVOLV REGIONAL NORTE	200.99 €
MARIA LUÍSA RODRIGUES AMARAL FONSECA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVA	JUNTA FREGUESIA BARCARENA	539.36 €
MARIA LURDES CARNEIRO SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	CÂMARA MUNICIPAL VILA NOVA FAMALICÃO	555.80 €
MARIA LUZ FIGUEIREDO CARVALHO MARQUES	ASSISTENTE ADMIN. PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL LISBOA	634.85 €
MARIA RAPOSO ESTEVÃO	SERVENTE	CÂMARA MUNICIPAL FARO	200.99 €
MARIA TERESA PEDROSA MARQUES	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	SECRETARIA-GERAL	921.68 €
MARTINHO BATISTA	CONDUTOR MÁQ. PES. VEÍC. ESPECIAIS	CÂMARA MUNICIPAL ENTRONCAMENTO	335.16 €
NORBERTO JOAQUIM LEANDRO	CABOQUEIRO	CÂMARA MUNICIPAL BEJA	398.47 €
OTÍLIA JESUS AUGUSTO	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	CÂMARA MUNICIPAL MARINHA GRANDE	857.56 €
PAULO JORGE MAIA LOPES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	CÂMARA MUNICIPAL AVEIRO	238.29 €
PEDRO COLAÇO ALMEIDA	CANTONEIRO DE VIAS MUNICIPAIS	CÂMARA MUNICIPAL RIO MAIOR	309.75 €
RENATO NUNO SILVA AZEVEDO	CHEFE DE DIVISÃO	CÂMARA MUNICIPAL MAIA	871.34 €
RUI GUILHERME BRITO OSÓRIO VALDOLEIROS	ELECTRICISTA	CÂMARA MUNICIPAL MARCO CANAVESES	709.42 €
VIRGÍLIO DORES SEQUEIRA	CONDUTOR MÁQ. PES. VEÍC. ESPECIAIS	CÂMARA MUNICIPAL BARREIRO	500.50 €
VÍTOR MANUEL SEQUEIRA PÊGO	CARPINTEIRO PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL AZAMBUJA	506.52 €
VITORINO COSTA MOTA	CANTONEIRO DE VIAS MUNICIPAIS	CÂMARA MUNICIPAL MONDIM BASTO	402.13 €
VITORINO ESPADILHA ROSA	CANTONEIRO DE LIMPEZA	JUNTA FREGUESIA PÓVOA STA IRIA	591.96 €

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E FLORESTAS

ADELINA FÁTIMA FRADE BAIÃO SANTOS MARCOS	TÉCNICA PROFISSIONAL ESPECIALISTA	DIRECÇÃO GERAL PROTECÇÃO CULTURAS	941.23 €
ANA MARIA MARQUES R. MAGALHÃES ALHO	CHEFE DE SECÇÃO	DIRECÇÃO GERAL VETERINÁRIA	713.60 €
ANA MARIA PAIVA CLEMENTE	ASSISTENTE ADMIN. PRINCIPAL	DIRECÇÃO REGIONAL AGRICULTURA ALENTEJO	494.98 €
ANTÓNIO AUGUSTO FONTOURA GUIMARÃES	TÉCNICO ESPECIALISTA PRINCIPAL	DIR REGIONAL AGRICULTURA BEIRA LITORAL	1737.85 €
ANTÓNIO CONCEIÇÃO AFONSO	TRATADOR DE ANIMAIS	SERVIÇO NACIONAL COUDÉLICO	615.80 €
ANTÓNIO JOSÉ GONÇALVES GUERREIRO	TRACTORISTA PRINCIPAL	DIRECÇÃO REGIONAL AGRICULTURA ALENTEJO	436.38 €
ARMINDO DIAS PRUDENTE	ASSESSOR PRINCIPAL	DIRECÇÃO GERAL PESCAS AQUICULTURA	2318.17 €
ARTUR EDUARDO ROSA M. FIGUEIREDO NUNES	INVESTIGADOR PRINCIPAL	INST NAC INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA E PESCAS	3462.57 €
FRANCISCA JOAQUINA ALVECA MARUJO	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	DIRECÇÃO REGIONAL AGRICULTURA ALENTEJO	736.26 €
HENRIQUE MANUEL PINTO OLIVEIRA	ELECTRICISTA	INST DESENVOLVIMENTO RURAL HIDRÁULICA	599.46 €
ISAURA SOUSA TAVARES ALMEIDA LIMA	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	DIRECÇÃO GERAL PESCAS AQUICULTURA	771.81 €
JOAQUIM TEIXEIRA	AUXILIAR AGRÍCOLA	DIR REG AGRICULTURA ENTRE DOURO MINHO	505.53 €
JOAQUINA CORREIA RODRIGUES CARVALHO REIS	AUXILIAR TÉCNICA	LAB NACIONAL INVESTIGAÇÃO VETERINÁRIA	454.21 €
JORGE MANUEL JESUS NOGUEIRA SILVESTRE	INSPECTOR SUPERIOR PRINCIPAL	INSPECÇÃO GERAL AUDITORIA GESTÃO	3358.56 €
JOSÉ JORGE RODRIGUES SILVA	TÉCNICO ESPECIALISTA	D G FISC CONTROLE QUALIDADE ALIMENTAR	1145.12 €
JOSÉ SALGUEIRO MENDES	AUXILIAR AGRÍCOLA	DIR REG AGRICULTURA BEIRA INTERIOR	583.73 €
LUCIANO LAGO PINTO CARDOSO	ASSESSOR PRINCIPAL	DIR REG AGRICULTURA ENTRE DOURO MINHO	2150.59 €
MANUEL LAMPREIA VALENTE	AUXILIAR AGRÍCOLA	DIRECÇÃO REGIONAL AGRICULTURA ALENTEJO	483.69 €
MARIA AUGUSTA MARTINS LOURENÇO GODEFROY	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	DIRECÇÃO GERAL VETERINÁRIA	941.23 €
MARIA LAURA MEIRELES F. CABRAL MATOS SILVA	INVESTIGADORA AUXILIAR	INST NAC INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA E PESCAS	3115.98 €
MARIA LUZ SANTOS MENDES TAVARES	TÉCNICA PROFISSIONAL 2ª CLASSE	INST NAC INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA E PESCAS	782.72 €
MAVÍLDIA ROMANA REIS SOUSA ALMEIDA	ASSESSORA PRINCIPAL	DIR REGIONAL AGRICULTURA BEIRA LITORAL	2150.59 €
OBÉLIA LINO ABREU ANDRÉ	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	INST NAC INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA E PESCAS	313.24 €
TERESA CONCEIÇÃO RITA TINTA FINA MARTINS	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	DIRECÇÃO REGIONAL AGRICULTURA ALENTEJO	882.58 €

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ABELCINDA CLARA CRUZ AZEVEDO LIMA SILVA	PROFESSORA	ESC BÁSICA INTEGRADA FORJÃES	2212.19 €
ADELAIDE ALMEIDA ALVES	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	ESC SECUND 3 C E B AFONSO ALBUQUERQUE	573.93 €
ADELINA ADELAIDE MATIAS COSTA PEREIRA	PROFESSORA	AGRUP VERT ESC LUC CORDEIRO-MIRANDELA	2212.19 €
AFONSO CASTRO OSÓRIO CARDOSO MAURÍCIO	PROFESSOR	ESC SECUNDÁRIA SAMPAIO	2629.89 €
ALCINA SAMPAIO SOUSA GUIMARÃES ALVES	PROFESSORA	AGRUP HORIZONTAL ESC FAFE	2212.19 €
ALDA MARQUES PEREIRA DUARTE JORGE	PROFESSORA	AGRUP ESC VERDE HORIZONTE	2212.19 €
ALFREDO JOÃO COSTA BAPTISTA	ENCARREGADO DE PESSOAL	AGRUP VERTICAL CASTELO POENTE	575.86 €
ALICE AUGUSTA MENDES F. CAMPOS MONTEIRO	PROFESSORA	AGRUP VERT ESC MONS JERÓNIMO AMARAL	2212.19 €
ALZIRA AZEVEDO TEIXEIRA GARCIA FLORÊNCIO	PROFESSORA	AGRUP ESC MONTEMOR O NOVO	2212.19 €
ALZIRA FERREIRA SILVA PINTO	PROFESSORA	ESC BÁSICA 2 3 CERCO PORTO	2457.10 €
AMARILDE CONCEIÇÃO VARGAS GUERREIRO	PROFESSORA	DIRECÇÃO REGIONAL EDUC ALENTEJO	2515.54 €
AMÉLIA CONCEIÇÃO OLIVEIRA F. MARTINS CAPELA	PROFESSORA	ESC E B 2 3 CELEIROS	2212.19 €
AMÉLIA ELISA ARMANDA BRIOSO	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	ESC B 2 3 CICLOS N 1 ELVAS	483.38 €
AMÉLIA LOBARINHAS GARRIDO OLIVEIRA	PROFESSORA	ESC BÁSICA 2 3 MANHENTE	2212.19 €
AMÉLIA MARIA SEQUEIRA	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	ESC SECUNDÁRIA STO ANDRÉ BARREIRO	332.39 €
ANA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS PIRES	PROFESSORA	AGRUP ESC CASTELÕES CEPEDA	2212.19 €
ANA LAURA FERNANDES VIANA LOPES RIBEIRO	PROFESSORA	AGRUP ESC REAL	2212.19 €

ANA LUCINDA SOUSA VALE QUEIROZ	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA BOCAGE	2515.54 €
ANA MARIA FARIA RODRIGUES LOPES	PROFESSORA	ESC E B 2 3 MANUEL FIGUEIREDO T NOVAS	2212.19 €
ANA MARIA JESUS BARROS	PROFESSORA	ESC E B 2 3 RAMALHO ORTIÇÃO	2515.54 €
ANA MARIA NUNES SANTOS OLIVEIRA LEITE	PROFESSORA	AGRUP ESC OESTE COLINA	2515.54 €
ANETE AGONIA SÁ PEREIRA SILVA	PROFESSORA	ESC E B 2 3 DR PEDRO BARBOSA	2212.19 €
ANGÉLICA MARIA PRAZERES MAURÍCIO	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	ESC SECUNDÁRIA PÚBLIA HORTÊNSIA CASTRO	486.25 €
ANGELINA RODRIGUES CARVALHO	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	ESC E B 2 3 LIJO	543.75 €
ANICETO FUNDO LOPES	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	ESC E B 2 3 AUGUSTO MORENO	579.90 €
ANTERO TEIXEIRA	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	AGRUP ESC SABROSA	650.76 €
ANTÓNIO CÂNDIDO MARQUES ALMEIDA SANTOS	PROFESSOR	ESC SECUNDÁRIA S PEDRO SUL	2515.54 €
ANTÓNIO EUSÉBIO CABRAL BAPTISTA	PROFESSOR	AGRUP VERTICAL MACEDO DE CAVALEIROS	2515.54 €
ANTÓNIO FERREIRA NUNES	PROFESSOR	ESC SECUNDÁRIA PENAFIEL	2212.19 €
ANTÓNIO LUÍS LOUREIRO SOUSA	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	AGRUP ESCOLAS ALIJÓ	940.39 €
ANTÓNIO RAÍMHO PEREIRA	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	ESC SECUNDÁRIA JOSÉ GOMES FERREIRA	200.99 €
ARMANDO TITO SILVA BARROS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	DIRECÇÃO REGIONAL EDUC CENTRO	847.29 €
ATÍLIA BEATRIZ CARVALHO NASCIMENTO	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC STA MARTA PENAGUIÃO	2515.54 €
AUGUSTA CONCEIÇÃO RIBEIRO T. MORAIS GIRÃO	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC IRENE LISBOA	2515.54 €
AUGUSTA MANUELA MOREIRA BARGÃO	PROFESSORA	DIRECÇÃO REGIONAL EDUC LISBOA	2515.54 €
BÁRBARA PEREIRA CASACA COSTA JERÓNIMO	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	AGRUP CASTRO VERDE	650.36 €
BEATRIZ DIAS RIBEIRO VIEIRA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC SÁ COUTO	2515.54 €
BENVINDA SILVA CLÁUDIO JANUÁRIO	PROFESSORA	ESC BÁS 2 C DR MANUEL OLIVEIRA PERPÉtua	2212.19 €
BERTINA JORGE NEVES MELANDA	PROFESSORA	AGRUP ESC ALHADAS	1720.59 €
CÂNDIDA MILHAZES CARVALHO	PROFESSORA	AGRUP ESC GONÇALO SAMPAIO	2212.19 €
CÂNDIDO FERNANDO CARVALHO SILVA	PROFESSOR	ESC SECUNDARIA 3 CICLO E B AMARANTE	1169.14 €
CARMINA NOGUEIRA TRINDADE ESTRADA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL GEN HUMBERTO DELGADO	2212.19 €
CAROLINA JESUS CERQUEIRA GONÇALVES	PROFESSORA	AGRUP ESC LAMAÇES	2212.19 €
CASSILDA ROSÁRIO OLIVEIRA FRONTOURA	PROFESSORA	ESC BÁSICA INTEGRADA ARRIFES	2212.19 €
CATARINA TRINDADE LEONARDO	PROFESSORA	AGRUP ESC JOÃO SANTOS	2515.54 €
CELESTE CARMO RÔLA ALGARVIO PICA	PROFESSORA	ESC SECUNDARIA 3 CICLO E B MOURA	2176.55 €
CELESTE GONÇALVES SAGRADAS P. SANTOS PIRES	PROFESSORA	AGRUP ESC ANT SENA FARIA VASCONCELOS	2212.19 €
CÉLIA BAPTISTA GIL VIEIRA ASSIS	CHEFE SERVIÇOS ADMIN. ESCOLAR	AGRUP ESCOLAS ROQUE GAMEIRO	1355.85 €
CIDÁLIA MARQUES ALMEIDA SANTOS	PROFESSORA	ESC E B 2 3 CANEDO	2212.19 €
DALILA FERNANDES MARTINS	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL AREOSA	2515.54 €
DEONILDE AQUILINO VILHENA	PROFESSORA	DIRECÇÃO REGIONAL EDUC LISBOA	2515.54 €
DOLORES VIRGÍNIA CRISÓSTOMO L. AMARAL SILVA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL DR. MARIA ALICE GOUVEIA	2212.19 €
DULCÍNIA AMÉLIA BRANCA ROCHA CARRANCHO	PROFESSORA	AGRUP ESC PINHEIRO BEPOSTA	2212.19 €
ELIANA LUCINDA DIAS PINHEIRO LIMA	COZINHEIRA	ESC SECUNDÁRIA ROCHA PEIXOTO	473.53 €
ELSA FÁTIMA RODRIGUES AMARAL	PROFESSORA	AGRUP VERT ESC ÁLV COUTINHO MAGRIÇO	2515.54 €
ELSA JESUS BARBOSA MATOS	EDUCADORA DE INFÂNCIA	DIRECÇÃO REGIONAL EDUC LISBOA	2515.54 €
ELZA JESUS MIRANDA TORRES	PROFESSORA	DIRECÇÃO REGIONAL EDUC NORTE	2515.54 €
EMA APOLÓNIA LARGUINHO BARTOLOMEU	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	AGRUP 2 BEJA - MÁRIO BEIÃO	443.97 €
EMÍDIO RODRIGUES SANTOS	GUARDA NOCTURNO PRINCIPAL	ESC E B 2 PROFESSOR PEDRO OREY CUNHA	487.79 €
EMÍLIA ALVES MARQUES OLIVEIRA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ALPENDURADA	2212.19 €
ERMELINDA MARIA MARCELINO CÂNDIDO	PROFESSORA	ESC BÁSICA 2 3 PONTÉVEL	2515.54 €
ERNESTO AFONSO COSTA	PROFESSOR	ESC SECUNDÁRIA MAIA	2398.03 €
ESMERALDA JESUS TEODOSIO FONSECA	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	ESC SEC 3 C E B SANTA MARIA OLIVAL - TOMAR	640.28 €
ESMERALDA MARIA BOTO ROCHA ANTAS	PROFESSORA	ESC BÁSICA 2 TÁBUA	2515.54 €
ESPERANÇA SAMEIRO ALVES ROCHA	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	AGRUP ESC BRAGA OESTE	869.24 €
EUDÁLIA ROSÁRIO	PROFESSORA	ESC EB 1 N4 RINCHOA J INF N 1 SERRA MINAS	2515.54 €
FANI LEITE SANTOS PINHO	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	DIRECÇÃO REGIONAL EDUC NORTE	650.76 €
FELICIDADE NEVES SOUSA	AUXILIAR TÉCNICA	ESC SECUNDÁRIA PENAFIEL	636.79 €
FELISBELA FERNANDES COUTEIRO GRÁCIO SANTOS	PROFESSORA	AGRUP ESC D JOÃO II	2212.19 €
FERNANDA ESTEVES SANTOS SEVERA	AUXILIAR ACÇÃO EDUC. PRINCIPAL	ESC SECUNDÁRIA ALMEIDA GARRETT	650.76 €
FERNANDA FÁTIMA BARBOSA TAVARES PESTANA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC TORRE MONCORVO	2212.19 €
FERNANDA PITA GONÇALVES PEREIRA	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	ESC SECUNDÁRIA FREI GONÇALO AZEVEDO	616.05 €
FERNANDA SILVA	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	AGRUP VERTICAL MINDELO	462.23 €
FERNANDO ALBERTO GÓIS JESUS	PROFESSOR	AGRUP ESCOLAS CARAPINHEIRA	2212.19 €
FERNANDO PATOILLO DUARTE SILVA	PROFESSOR	ESC SECUNDÁRIA VALE CAMBRA	2013.09 €
FERNANDO PINTO BATISTA RODRIGUES	PROFESSOR	AGRUP ESC VISO	2515.54 €
FILOMENA GONÇALVES P. RODRIGUES CRUZ	ASSISTENTE ADMIN. ESC. ESPEC.	AGRUP VERTICAL ESC S JOAO MADEIRA	1033.40 €
FLORIVAL ANTÓNIO	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	AGRUP ESC SANTIAGO CACEM	579.86 €
FRANCISCO ARAÚJO SIMÕES	PROFESSOR	ESC SECUND 3 C E B ALEXANDRE HERCULANO	2515.54 €
FRANCISCO MANUEL COUTO AZEVEDO BRANDÃO	PROFESSOR	AGRUP VERTICAL ESC SA COUTO	2515.54 €
GABRIELA ANA GONÇALVES GOMES SILVA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL AFONSO BETOTE	2212.19 €
GLÓRIA CARVALHO SOARES PINTO SANTOS	PROFESSORA	AGRUP CONDE CASTELO MELHOR	2515.54 €
GRACIOSA MARIA PEREIRA LOPES BOIÇA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC EDUCOR	2212.19 €
HELENA MARIA LOPES MARQUES MATOS	PROFESSORA	ESC E B 2 3 PAULA VICENTE	2927.03 €
HERMÍNIO MONTEIRO GONÇALVES	PROFESSOR	ESC BÁSICA INTEGRADA STA CRUZ TRAPA	2515.54 €
HORÁCIO FERNANDO CORREIA CALIXTO	TÉCNICO PROFISSIONAL ESPECIALISTA	SECRETARIA GERAL	1047.57 €
IDALINA CONCEIÇÃO NOGUEIRA OLIVEIRA SILVA	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	ESC SECUNDARIA 3 CICLO CERCO	487.60 €
IDALINA FERREIRA	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	AGRUP ESC AGRELA VALE LEÇA	504.70 €
IDALINA MAUBARA RAMALHO SANTOS	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS S JULIAO BARRA	2488.17 €
ILDA RODRIGUES SILVA COUTO	PROFESSORA	AGRUP ESC DOMINGOS CAPELA	2310.68 €
INÊS JESUS XAVIER TEIXEIRA	PROFESSORA	AGRUP VERT ESC LUC CORDEIRO - MIRANDELA	2212.19 €
IRENE ANTUNES GIL ALMEIDA FORTUNA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESCOLAS CETÓBRIGA	2515.54 €

IRENE GODINHO Q. RODRIGUES NOGUEIRA	PROFESSORA	ESC BÁSICA 2 3 PROF LINDLEY CINTRA	2515.54 €
ISABEL MARIA CARVALHO N. BENTO VINHA FONTE	PROFESSORA	AGR VERT ESC BENTO CARQUEJA O AZEMÉIS	2212.19 €
ISABEL MARIA CARVALHO SILVA CORDEIRO	PROFESSORA	ESC E B 2 3 EUGÉNIO CASTRO	2212.19 €
ISABEL MARIA COELHO M. FALCÃO PIRES DANTAS	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS PONTE BARCA	2212.19 €
ISABEL MARIA FÉLIX ESGUEIRÃO	PROFESSORA	ESC SEC DR JOÃO CARLOS CELESTINO GOMES	2212.19 €
ISABEL MARIA OLIVEIRA DIAS ROBALO	PROFESSORA	AGRUP ESC PERO COVILHA	2212.19 €
ISABEL MARIA PROENÇA TOLDA ABREU MORAIS	PROFESSORA	ESC E B 2 3 RAMALHO ORTIGÃO	2515.54 €
ISABEL MARIA RODRIGUES	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	ESC BÁS 2 3 D JOSÉ I VILA REAL STO ANTÓNIO	494.71 €
ISABEL RIBEIRO COUTO	PROFESSORA	ESC E B 2 3 EUGÉNIO SANTOS	2346.44 €
ISABEL SILVA FERREIRA MARTINS	PROFESSORA	AGRUP BENEDITA	2212.19 €
ISAURA GUERREIRO COELHO FILIPE	PROFESSORA	AGRUP VERT ESC S PEDRO MAR QUARTEIRA	2212.19 €
JOANA MARIA PESTANA F. MADUREIRA PEDROSA	PROFESSORA	ESC E B 2 3 PROF NORONHA FEIO	2333.74 €
JOÃO MANUEL SOEIRO CARVALHO	PROFESSOR	ESC SECUNDÁRIA ALVES MARTINS	2515.54 €
JOÃO PEREIRA PEDRO	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	ESC SECUNDÁRIA VILA REAL STO ANTÓNIO	1083.37 €
JOAQUIM CASTANHO CHAMBEL	ENCARREGADO PESSOAL AUXILIAR	ESC SECUNDÁRIA DR MANUEL FERNANDES	607.99 €
JOAQUIM FERNANDO SOUSA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ESC C/S DR SANTANA MAIA	695.45 €
JOAQUIM PIRES VICENTE	PROFESSOR	AGRUP ESC PEDRO ÁLV CABRAL BELMONTE	2515.54 €
JOAQUIM SILVA ALMEIDA	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	ESC SECUNDÁRIA AROUCA	566.34 €
JOAQUIM VASCONCELOS MOTA PEREIRA	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	ESC SECUND EÇA QUEIRÓS PÓVOA VARZIM	565.15 €
JORGE AUGUSTO SANTOS ABRANTES	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	AGRUP ESC LAGARES BEIRA	232.36 €
JOSÉ ALEXANDRE BRAGA PESSOA SEABRA	PROFESSOR	AGRUP VERTICAL AVER-O-MAR	558.24 €
JOSÉ AUGUSTO SANTOS FERREIRA	PROFESSOR	ESC SECUNDÁRIA CASTRO DAIRE	1024.52 €
JOSÉ JOAQUIM PEREIRA MARQUES	PROFESSOR	ESC E B 2 3 PADRE MARTINS CAPELA	2515.54 €
JOSÉ JOAQUIM RODRIGUES VILELA	ASSISTENTE ADMIN. ESCOLAR	AGRUP ESCOLAS ALLJÓ	695.45 €
JOSÉ MARIA VAZ	PROFESSOR	AGR VERT ESC LUC CORDEIRO - MIRANDELA	2515.54 €
JOSÉ PRATA GUERREIRO	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	AGRUP VERTICAL S. BARTOLOMEU MESSINES	449.55 €
JOSEFINA CLOTILDE PEREIRA BASTOS MENDES	PROFESSORA	AGRUP ESC BRAS GARCIA MASCARENHAS	2515.54 €
JÚLIA LOPES FERREIRA	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA PEDRO ALEXANDRINO	2515.54 €
LEONOR AFONSO DOMINGUES	PROFESSORA	AGRUP ESC FONTES	2515.54 €
LÍVIA MARIA NEVES CARNEIRO A. ALVES COSTA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVA	AGRUP ESCOLAS SERTÁ	664.73 €
LUCÍLIA SANTOS GOMES	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	ESC SECUNDÁRIA SE GUARDA	535.64 €
LUÍS PONTE LIMA BARRETO	PROFESSOR	ESC SECUND 3 C E B PADRE ANTÓNIO VIEIRA	2515.54 €
LUÍSA JESUS SALGUEIRO SOUSA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC EDUCOR	2212.19 €
LUÍSA MARIA ALEIXO P. MATOS CUNHA TEIXEIRA	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS VILA NOVA BARQUINHA	2515.54 €
MANUEL CARLOS MARQUES PINTO	INSPECTOR SUPERIOR	INSPECCÃO GERAL EDUCAÇÃO	3088.07 €
MANUEL GOMES BARÃO	PROFESSOR	ESC SECUNDÁRIA D MANUEL I	2515.54 €
MANUEL HORÁCIO QUITÉRIO	PROFESSOR	AGRUP VERT ESC VILA POUCA AGUIAR SUL	2515.54 €
MANUEL MIRANDA MANHENTE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ESC SECUNDÁRIA JÁCOME RATTON	816.52 €
MANUEL SALVADOR GONÇALVES VIEIRA	PROFESSOR	ESC SECUNDÁRIA HENRIQUE MEDINA	2145.82 €
MARGARIDA ÂNGELA SOARES P. BODAS MAIA SILVA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC SA COUTO	2515.54 €
MARGARIDA CIDADIA PEREIRA F. CUNHA TEIXEIRA	PROFESSORA	AGRUP ESC PENAFIEL SUL	2515.54 €
MARGARIDA MARIA CRUZ CARNEIRO ÂNGELA	PROFESSORA	AGRUP ESC JOÃO FRANCO	2515.54 €
MARGARIDA MARIA GODINHO MAURÍCIO FARIA	PROFESSORA	ESC E B 2 3 MANUEL FIGUEIREDO T NOVAS	2212.19 €
MARGARIDA SOLEDADE ALMEIDA ROCHA	PROFESSORA	AGRUP ESC LAMEGO	2515.54 €
MARIA ADÉLIA MARTINS	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	ESC BÁSICA INTEGRADA ALCOUTIM	940.39 €
MARIA ADOSINDA ALMEIDA CASTRO SILVA	PROFESSORA	AGRUP ESC CAMPIA	2212.19 €
MARIA ADRIANA PEREIRA TEIXEIRA PINTO	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL S PEDRO COVA	2212.19 €
MARIA ALBINA TRAITOLAS CARRUFA PEREIRA	PROFESSORA	ESC 1 2 3 CICLOS E B QUINTA CONDE	2515.54 €
MARIA ALDORA MONTEIRO LUZIO MARQUES	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS SANTA IRIA - TOMAR	2212.19 €
MARIA ALFREDA CORDEIRO CRUZ RIBEIRO VIANA	ASSESSORA PRINCIPAL	SECRETARIA GERAL	2513.67 €
MARIA ALFREDA OLIVEIRA F. PALHARES CUNHA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESCOLAS CELORICO BASTO	2212.19 €
MARIA ALICE ALEIXO LIMA AFONSO	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA EMÍDIO GARCIA	2515.54 €
MARIA ALICE ANDRÉ FERNANDES PEREIRA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESCOLAS SOURE	2212.19 €
MARIA ALICE COSTA BULE VALADAS	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC VALE MILHAÇOS	2515.54 €
MARIA ALICE JESUS CONCEIÇÃO	PROFESSORA	ESC E B N 1 MASSAMÁ JARD INF MASSAMÁ	2515.54 €
MARIA ALMEIDA GASPAR	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	ESC BASICA 2 3 COM CONCEIÇÃO SILVA	673.60 €
MARIA ALZIRA SILVA MAGALHÃES COELHO	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS PALMEIRA	2212.19 €
MARIA AMÉLIA AZEVEDO BARROSO COSTA BARROS	ENCARREGADA PESSOAL AUXILIAR	ESC SECUND DR ANT CARVALHO FIGUEIREDO	479.23 €
MARIA AMÉLIA F. ALVES MIRANDA TRAVANCA	PROFESSORA	AGRUP ESC S GONÇALO	2515.54 €
MARIA AMÉLIA LIMA SOARES	PROFESSORA	DIRECCÃO REGIONAL EDUC CENTRO	2212.19 €
MARIA ÂNGELA NUNES F. PESTANA MARQUES	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS VISCONDE JUROMENHA	2212.19 €
MARIA ANJOS CARDOSO SANTOS GOMES	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	DIRECCÃO REGIONAL EDUC LISBOA	509.22 €
MARIA ANJOS SANTOS MARTINS PEREIRA ROCHA	PROFESSORA	ESC BÁSICA INTEGRADA SALIR	2212.19 €
MARIA ANTONIETA JANEIRO ALVES PENA RAMOS	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA VITORINO NEMÉSTO	2515.54 €
MARIA ARLETE PINHEIRO F. H. SANTOS LOURENÇO	PROFESSORA	ESC E B 2 3 STO ANTÓNIO PAREDE	2515.54 €
MARIA ARMANDINA DUARTE SARMENTO LOPES	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC BASICA 2 3 GUEIFÃES	2515.54 €
MARIA ASCENSÃO REIS PITARMÁ SANTOS	PROFESSORA	DIRECCÃO REGIONAL EDUC LISBOA	2212.19 €
MARIA CÂNDIDA ALVES PAIVA TAVARES	AUXILIAR ADMINISTRATIVA	SECRETARIA GERAL	498.56 €
MARIA CÂNDIDA GONÇALVES PIRES MIGUEL	PROFESSORA	AGRUP VERT ESC PEDRO JACQUES MAGALHÃES	2515.54 €
MARIA CÂNDIDA LEITE SOARES	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	AGRUP VERTICAL ALPENDURADA	569.42 €
MARIA CÂNDIDA ROCHA COSTA NUNES CARVALHO	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA D SANCHO I	2515.54 €
MARIA CÂNDIDA VIANA SILVA TORRES	PROFESSORA	DIRECCÃO REGIONAL EDUC NORTE	2212.19 €
MARIA CARDOSO FERREIRA RABASQUINHO	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	AGRUP ESC PERO COVILHÃ	650.76 €
MARIA CARMINDA GARRIDO C. MATOS PEREIRA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC CEGO MAIO	2212.19 €
MARIA CARMO ANTUNES	PROFESSORA	DIRECCÃO REGIONAL EDUC LISBOA	506.10 €

MARIA CARMO LOPES ANDRADE COELHO	PROFESSORA	AGRUP ESC SEQUEIRA-GUARDA	2212.19 €
MARIA CARMO PROENÇA MADALENO PEREIRA	PROFESSORA	ESC E B 2 3 TEIXOSO	2212.19 €
MARIA CASSILDA PEREIRA MARTINS	PROFESSORA	AGRUP ESC MOREIRA CONEGOS	2212.19 €
MARIA CECÍLIA RODRIGUES SAPETA	PROFESSORA	DIRECÇÃO REGIONAL EDUC LISBOA	2515.54 €
MARIA CELESTE BRÍGIDA FIALHO ZARCO	PROFESSORA	ESC E B 2 3 D JOÃO I BAIXA BANHEIRA	2212.19 €
MARIA CÉU AMADO CASTRO	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC JULIO SAUL DIAS	2212.19 €
MARIA CÉU CACHO BARBOSA DIAS	PROFESSORA	AGRUP ESC PADRE HIMALAIA	2212.19 €
MARIA CÉU DUARTE FONSECA	PROFESSORA	AGRUP HORIZONTAL S ROMAO	2212.19 €
MARIA CÉU VIEIRA SOUSA SIMÕES	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL MARRAZES	2515.54 €
MARIA CIDÁLIA CURTO CAETANO TABORDA	PROFESSORA	AGRUP ESC ANT SENA FARIA VASCONCELOS	2515.54 €
MARIA CLARA MARTINS ISIDRO	PROFESSORA	AGRUP ESC VILA REAL SANTO ANTÓNIO	2212.19 €
MARIA CLARA RODRIGUES LAGE CRESPO	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL JOSE SARAIVA	2212.19 €
MARIA CLARA SOUSA CARRANCA	CHEFE SERVIÇOS ADMIN. ESCOLAR	ESC 1 2 3 CICLOS E B QUINTA CONDE	1033.40 €
MARIA CONCEIÇÃO ABREU BARREIRA MIRANDA	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA LINDA VELHA	1295.70 €
MARIA CONCEIÇÃO CORTE REAL SANCHO TRABULO	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA SEBASTIÃO GAMA	2515.54 €
MARIA CONCEIÇÃO F. MACHADO NOGUEIRA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC BASICA 2 3 GUEIFÃES	2515.54 €
MARIA CONCEIÇÃO GIL BELCHIOR LUÍS	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS SERTÁ	2212.19 €
MARIA CONCEIÇÃO MARTINS FERREIRA	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	AGRUP VERTICAL ESC OLIVAL	693.62 €
MARIA CONCEIÇÃO MATOS FIGUEIREDO LEÃO	PROFESSORA	DIRECÇÃO REGIONAL EDUC CENTRO	2212.19 €
MARIA CONCEIÇÃO NOGUEIRA LOPES FERREIRA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL AFONSO BETOTE	2515.54 €
MARIA CONCEIÇÃO RASTEIRO COELHO PEREIRA	PROFESSORA	ESC BASICA INTEGRADA GUALDIM PAIS	2515.54 €
MARIA CONCEIÇÃO RIBEIRINHO CARITA MORAIS	PROFESSORA	AGRUP CONDE DE OEIRAS	2515.54 €
MARIA CONCEIÇÃO RIBEIRO DUARTE GONÇALVES	PROFESSORA	DIRECÇÃO REGIONAL EDUC LISBOA	2212.19 €
MARIA CONCEIÇÃO RIBEIRO PINTO	PROFESSORA	AGRUP ESC GONÇALO PEREIRA	2212.19 €
MARIA CONCEIÇÃO S. G. DOMINGOS MARQUES	PROFESSORA	AGRUP OUREANA JARD INFÂNCIA ESC 1 CEB	2212.19 €
MARIA CRISTINA MATOS VIEIRA SALVAÇÃO	PROFESSORA	ESC E B 2 3 STO ANTÓNIO PAREDE	2515.54 €
MARIA CRISTINA VILA PIRES	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC VALE AMOREIRA	2515.54 €
MARIA DEUS AUGUSTA SILVA	PROFESSORA	ESC C/S PADRE FRANCISCO SOARES	2515.54 €
MARIA DULCE SEQUEIRA NASCIMENTO	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	ESC SECUNDÁRIA JAIME CORTESÃO	305.42 €
MARIA EDITE CARVALHO FARROCO	PROFESSORA	AGRUP ESC PENAFIEL SUL	2212.19 €
MARIA ELISA BACELAR F. ANTUNES COIMBRA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL NOGUEIRA MAIA	2352.73 €
MARIA ELISA ROCHA VENTURA	PROFESSORA	ESC C/S AMADEU GAUDÊNCIO	2263.82 €
MARIA ELISABETE SILVA GUIMARÃES	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESCOLAS MOURE	2402.34 €
MARIA EMÍLIA AMADO BORDALO VENTURA	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS POVOA SANTO ADRIAIO	2515.54 €
MARIA EMÍLIA FERNANDES BARROS SANCHES	PROFESSORA	AGRUP ESC D DINIZ	2515.54 €
MARIA EMÍLIA GUERREIRO M. C. RAMOS MARQUES	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL OURIQUE	2212.19 €
MARIA EMÍLIA LOURENÇO ALVES GALINHA	PROFESSORA	AGRUP JARD ESC BENAVENTE	2212.19 €
MARIA ESMERALDA SALAZAR MARQUES	PROFESSORA	ESC E B 1 2 3 PEDOME	2212.19 €
MARIA ESTELA FERNANDES P. R. AZEVEDO COELHO	EDUCADORA DE INFÂNCIA	AGRUP ESC AVENAL	2212.19 €
MARIA ESTER RODRIGUES COIMBRA	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	ESC E B 2 3 M VELEDA STO ANT CAVALEIROS	378.57 €
MARIA ESTER SANFINS D. NOVO FIGUEIREDO	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS JULIO BRANDAO	2515.54 €
MARIA ESTRELA C. F. CÔRTE REAL VAL COVO	PROFESSORA	ESC BÁSICA 2 3 MATILDE ROSA ARAÚJO	2186.24 €
MARIA EUGÉNIA FERREIRA BARBOSA GUIMARÃES	PROFESSORA	AGRUP ESC PONTE	2212.19 €
MARIA EUGÉNIA RAMOS SILVA GODINHO	PROFESSORA	ESC BÁSICA INTEGRADA ALVALADE SADO	2212.19 €
MARIA EULÁLIA LIMA ROCHA ALMEIDA	PROFESSORA	AGRUP ESC ENTRE ARGÁ E LIMA	2515.54 €
MARIA FÁTIMA BATOUXAS RODRIGUES	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL MACEDO DE CAVALEIROS	2212.19 €
MARIA FÁTIMA CARVALHO SILVA GOMES	PROFESSORA	AGRUP ESC REAL	2212.19 €
MARIA FÁTIMA COSTA VAZ	PROFESSORA	ESC E B 2 3 AGUSTO MORENO	2515.54 €
MARIA FÁTIMA COUTO MONTEIRO MARQUES	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESCOLAS TROFA	2515.54 €
MARIA FÁTIMA FONSECA FATELA VELOSO OLIVEIRA	PROFESSORA	DIRECÇÃO REGIONAL EDUC LISBOA	2515.54 €
MARIA FÁTIMA LOURENÇO AMARAL SANTOS CLETO	PROFESSORA	AGRUP ESC VISO	2515.54 €
MARIA FÁTIMA SANTOS MORAIS AGUIAR CARDOSO	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC CEGO MAIO	2212.19 €
MARIA FÁTIMA SILVEIRA CATANA	PROFESSORA	AGRUP ESC IDANHA NOVA	2212.19 €
MARIA FELISBELA FARINHA ANTÓNIO	PROFESSORA	ESC BÁSICA INTEGRADA CARREGADO	2212.19 €
MARIA FERNANDA ATAÍDE F. MOREIRA LOPES	PROFESSORA	ESC C/S PADRE FRANCISCO SOARES	2515.54 €
MARIA FERNANDA CAMPOS GONÇALVES	PROFESSORA	ESC E B 2 3 STO ANTÓNIO PAREDE	2515.54 €
MARIA FERNANDA G. VAZ SAMPAIO CERVEIRA	EDUCADORA DE INFÂNCIA	AGRUP VERTICAL MATOSINHOS	2212.19 €
MARIA FERNANDA GRAÇA NASCIMENTO	PROFESSORA	AGRUP ESC B 1 C DR JOAO ALVES PIMENTA	2515.54 €
MARIA FERNANDA MOREIRA COELHO	PROFESSORA	AGRUP ESC LOUSADA OESTE	2515.54 €
MARIA FERNANDA NEIVA TEIXEIRA	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	ESC E B 2 3 AGUSTO MORENO	778.39 €
MARIA FERNANDA NEVES P. F. MOTA PREGO FARIA	PROFESSORA	ESC E B 2 3 JOÃO MEIRA	2515.54 €
MARIA FERNANDA SERPA VINTÉM CRUZ MOURO	PROFESSORA	AGRUP N 2 CRISTOVAO FALCAO	2515.54 €
MARIA FERNANDA SILVA MOREIRA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL MADALENA	2515.54 €
MARIA FILOMENA FERREIRA PAULO FERREIRA	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	ESC E B 2 3 NICOLAU NASONI PORTO	941.23 €
MARIA FRANCELINA RODRIGUES REBOUÇO	AJUDANTE DE COZINHA	ESC SECUNDÁRIA PONTE LIMA	470.69 €
MARIA GEORGINA NEVES VIANA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL GONDOMAR	2212.19 €
MARIA GERTRUDES RAMOS SOUSA PAULINO	PROFESSORA	AGRUP CASTRO VERDE	2515.54 €
MARIA GLÓRIA NOVAIS ROCHA	PROFESSORA	AGRUP ESC CAVADO SUL BARCELINHOS	2515.54 €
MARIA GRAÇA ARAGÃO	PROFESSORA	AGRUP ESC VILA CAIZ	2212.19 €
MARIA GRAÇA BARREIROS	PROFESSORA	ESC BASICA INTEGRADA CASTELO NEIVA	2212.19 €
MARIA GRAÇA NARCISO SILVA MONTEIRO MATOS	PROFESSORA	ESC BAS 2 C DR MANUEL OLIVEIRA PERPETUA	2212.19 €
MARIA GRACELINA FERREIRA RUIVO	PROFESSORA	ESC E B 2 3 PROF ALBERTO NERY CAPUCHO	2212.19 €
MARIA GRACIELA PEREIRA NEVES	PROFESSORA	AGRUP ESC D DINIS LEIRIA	2515.54 €
MARIA HÉLDER BARRADAS CORREIA LUZ	PROFESSORA	ESC BÁSICA INT ENG M RAFAEL AMARO COSTA	2042.86 €
MARIA HELENA JESUS LOUREIRO SILVEIRA RAMOS	PROFESSORA	ESC E B 2 3 OLAIAS	2515.54 €

MARIA HELENA NEVES VIOLANTE SILVA	PROFESSORA	AGRUP VERT ESC VILA POUCA AGUIAR SUL	2515.54 €
MARIA HELENA PINTO MEIRELES	PROFESSORA	ESC SECUNDARIA 3 C E B AUGUSTO GOMES	2515.54 €
MARIA HELENA SANTOS BAPTISTA PIRES COSTA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC COUTO CUCUJAES	2212.19 €
MARIA HERMINIA JESUS DUARTE PINTO SILVA	PROFESSORA	ESC E B 2 3 MARCO CANAVESES	2212.19 €
MARIA HIGINA GRADE GOMES	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	ESC E B 2 3 ALGOZ	200.99 €
MARIA ISABEL BALAS SILVA LOPES SILVA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC COUTO CUCUJAES	2212.19 €
MARIA ISABEL CAEIRO ROCHA ALEIXO ROSA	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS VILA VICOSA	2212.19 €
MARIA ISABEL FARIA NOVAIS REBELO	PROFESSORA	AGRUP ESC TELHEIRAS N1	2515.54 €
MARIA ISABEL GARCIA TRIGO SOARES DA SILVA	PROFESSORA	AGRUP ESC REAL	2212.19 €
MARIA ISABEL MAJER FARIA	PROFESSORA	DIRECÇÃO REGIONAL EDUC NORTE	2515.54 €
MARIA ISABEL MONTES SELAO CASACA CASCAO	PROFESSORA	AGRUP ESC D ANTÓNIO COSTA	2212.19 €
MARIA ISABEL PINTO LIMA SILVA	PROFESSORA	DIRECÇÃO REGIONAL EDUC NORTE	2212.19 €
MARIA JESUÍNA RODRIGUES CARDOSO BARBAS	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	DIRECÇÃO REGIONAL EDUC LISBOA	608.87 €
MARIA JESUS COSTA MATIAS ESPINHO PALMA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC VALE MILHAÇOS	2212.19 €
MARIA JESUS ESTEVES SANTOS RIBEIRO	PROFESSORA	AGRUP ESC POVOA D MARTINHO	2212.19 €
MARIA JOÃO CADETE GRILO CRUZ FONSECA	PROFESSORA	AGRUP BENEDITA	2515.54 €
MARIA JOÃO NEVES BARRADAS BAPTISTA GUEDES	PROFESSORA	AGRUP ESC SANTA IRIA AZOIA	2515.54 €
MARIA JOSÉ ALMEIDA MARTINS ARAÚJO SANTOS	PROFESSORA	ESC BÁS INT 1 2 3 INSUA - PENALVA CASTELO	2212.19 €
MARIA JOSÉ BARBOSA GOMES	PROFESSORA	AGRUP VERT M PAIS RIBEIRO "RIBEIRINHA"	2515.54 €
MARIA JOSÉ F. C. M. FERREIRA RODRIGUES	PROFESSORA	AGRUP ESC FONTES	2515.54 €
MARIA JOSÉ GONÇALVES MADUREIRA	PROFESSORA	ESC E B 2 3 VINHAIS	2515.54 €
MARIA JOSÉ LEAL FERREIRA COSTA MARTINS	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA SOARES BASTO	2515.54 €
MARIA JOSÉ LOPES AZEVEDO DOMINGUES	PROFESSORA	AGRUP ESC DR FRANCISCO SANCHES	2515.54 €
MARIA JOSÉ NEVES TERROSO BACELAR FERREIRA	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA CAROLINA MICHAELIS	2515.54 €
MARIA JOSÉ OLIVEIRA MACHADO	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	ESC E B 1 N 125 LISBOA JARD INF B BOAVISTA	262.65 €
MARIA JUDITE LEAL MONTEIRO FERREIRA	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	ESC E B 2 3 ATOUGUIA BALEIA	592.01 €
MARIA JUDITE RODRIGUES MATOS	PROFESSORA	AGRUP ESC REVELHE	2515.54 €
MARIA JÚLIA HONÓRIA GASPAR DIAS	PROFESSORA	AGRUP HORIZONTAL ESC ABRANTES NORTE	2212.19 €
MARIA JULIETA NUNES PIRES TEIXEIRA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL AREA URBANA GUARDA	2212.19 €
MARIA LAURA LEMOS SILVA CAÇÃO	PROFESSORA	AGRUP ESC S SILVESTRE	2212.19 €
MARIA LÍDIA SANTANA CAMPOS RODRIGUES	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA FERNANDO LOPES GRAÇA	2402.34 €
MARIA LÚCIA OLIVEIRA SILVA FERREIRA	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS S. MAMEDE INFESTA	2515.54 €
MARIA LÚCIA RODRIGUES CARVALHO	PROFESSORA	ESC E B 2 3 CALDAS TAIPAS	2515.54 €
MARIA LUÍSA BACALHAU ONOFRE SILVA	PROFESSORA	AGRUP ESC POVOA D MARTINHO	2212.19 €
MARIA LUÍSA CASTRO RESENDE	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL GOMES TEIXEIRA	2515.54 €
MARIA LUÍSA MARQUES F. ANTUNES BARATA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ARGANIL	2515.54 €
MARIA LUÍSA MARTINS DELERUE	PROFESSORA	ESC E B 2 3 RAMALHO ORTIGÃO	2515.54 €
MARIA LUÍSA PEREIRA VILAÇA	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA DONA MARIA II BRAGA	2515.54 €
MARIA LUÍSA TAVARES ALEXANDRE LOURENÇO	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS CATUJAL	2212.19 €
MARIA LURDES COSTA OLIVEIRA CARVALHEIRA	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA DONA LUÍSA GUSMÃO	2533.22 €
MARIA LURDES MARTINHO	PROFESSORA	ESC E B 2 3 FERNÃO PÓ	2212.19 €
MARIA LUZ LOPES SOUSA CAVEIRO	PROFESSORA	ESC E B 2 MOGADOURO	2212.19 €
MARIA MADALENA SILVA MACHADO SOUSA PINTO	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESCOLAS PAREDES	2515.54 €
MARIA MANUELA ANTUNES M. LOPES NUNES	PROFESSORA	AGRUP ESC VERDERENA	2212.19 €
MARIA MANUELA CONCEIÇÃO ESTÊVÃO MARQUES	PROFESSORA	ESC BÁSICA 2 3 D JOÃO II	2515.54 €
MARIA MANUELA DRUMOND ARAÚJO ABREU	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA RAMADA	1968.41 €
MARIA MANUELA ESTÊVÃO SILVA PEREIRA	PROFESSORA	AGRUP ESC D ANTÓNIO COSTA	2515.54 €
MARIA MANUELA MONTEIRO PIMENTEL CARVALHO	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESCOLAS MOURE	2212.19 €
MARIA MANUELA PEREIRA R. G. LEMOS MARQUES	PROFESSORA	ESC C/S PADRE FRANCISCO SOARES	2289.14 €
MARIA MARGARIDA LEITE R. MARTINS SANTOS	EDUCADORA DE INFÂNCIA	ESC C/S FRANCISCO TORRINHA	2515.54 €
MARIA MARGARIDA TELES CASTRO ROCHA	PROFESSORA	AGRUP ESC AMIAL	2468.72 €
MARIA MENDES AUGUSTO GOUVEIA	PROFESSORA	AGRUP ESC SERRA GARDUNHA	2212.19 €
MARIA NATÉRCIA SILVA SANTOS SALGUEIRO MAIA	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA DR GINESTAL MACHADO	2515.54 €
MARIA ODETE MATOS LOPES COSTA FELECIANO	PROFESSORA	AGRUP HORIZONTAL ESC ABRANTES NORTE	2515.54 €
MARIA ODETE MIRANDA PINTO DIAS	PROFESSORA	ESC BÁSICA 2 3 SEIA	2212.19 €
MARIA ODETE SAMPAIO FARIA LEITÃO	PROFESSORA	DIRECÇÃO REGIONAL EDUC NORTE	2212.19 €
MARIA OFÉLIA GONÇALVES SÁ	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC FERNANDO PESSOA	2515.54 €
MARIA OFÉLIA REIS CONCEIÇÃO MOITA	PROFESSORA	ESC C/S PADRE FRANCISCO SOARES	2515.54 €
MARIA OFÉLIA REIS SILVA	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	ESC E B 2 3 DR JOAQUIM BARROS	418.14 €
MARIA OLGA MESQUITA A. BRITES QUEIRÓS	PROFESSORA	AGRUP ESC VALE PELHE	2515.54 €
MARIA ORTELINDA JESUS SOUSA SILVA	PROFESSORA	DIRECÇÃO REGIONAL EDUC CENTRO	2515.54 €
MARIA OTÍLIA ASSEIRO CORDEIRO RAPOSO	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS OLIVEIRINHA	2212.19 €
MARIA PALMIRA DUARTE PAIS CORREIA	PROFESSORA	ESC E B 2 3 CANEDO	2212.19 €
MARIA PURIFICAÇÃO GOMES MARTINS FERREIRA	PROFESSORA	ESC E B 2 3 STA MARINHA	2212.19 €
MARIA REMÉDIOS COSTA LOPES PINTO	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS TABUACO	2212.19 €
MARIA ROSA CROCA PINHEIRO	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC EDUCOR	2212.19 €
MARIA ROSA ROCHA PEREIRA CARDOSO COSTA	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS PONTE BARCA	2212.19 €
MARIA ROSÁRIO MADEIRA VICENTE NUNES	PROFESSORA	AGRUP ESC CIDADE CASTELO BRANCO	2212.19 €
MARIA ROSÁRIO SIMÕES MARTINS PAIS CAEIRO	PROFESSORA	ESC 1 2 3 CICLOS E B QUINTA CONDE	1015.68 €
MARIA SILVA BORRERO JOÃO RITO	PROFESSORA	AGRUP ESC PERO COVILHA	2212.19 €
MARIA SILVA DOMINGUES	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	AGRUP VERTICAL SÃO LOURENÇO ERMESINDE	650.76 €
MARIA SOLEDADE MARTINS RAÇÕES NOBRE	PROFESSORA	ESC E B 2 3 MIRAFLORES	2212.19 €
MARIA SUZETE BAPTISTA T. SOARES DOMINGOS	PROFESSORA	AGRUP E B 1 J I ALMEIRIM TAPADA	2212.19 €
MARIA TERESA ALMEIDA CARDOSO CANOTILHO	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL SERNANCELHE	2212.19 €
MARIA TERESA ARAÚJO AFONSO	PROFESSORA	DIRECÇÃO REGIONAL EDUC NORTE	2515.54 €

MARIA TERESA BAPTISTA MARQUES CONCEIÇÃO	PROFESSORA	ESC BÁSICA 2 3 ALEMBRANCA	2515.54 €
MARIA TERESA FERNANDES P. BASTOS MALICO	PROFESSORA	ESC E B 2 3 EUGÉNIO SANTOS	2515.54 €
MARIA TERESA FIGUEIREDO SIMÕES	PROFESSORA	AGRUP ESC PORTELA MOSCAVIDE	2212.19 €
MARIA TERESA LEITE CACHORREIRO MARQUES SÁ	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS ESMORIZ	2212.19 €
MARIA TERESA MARQUES S. GOMES DUARTE SILVA	PROFESSORA	AGR VERT ESC PEDRO JACQUES MAGALHAES	2515.54 €
MARIA TERESA MONTEIRO C. OLIVEIRA LIMA	EDUCADORA DE INFÂNCIA	AGRUP VERTICAL AFONSO BETOTE	2212.19 €
MARIA TERESA SILVA BRANCO BRITO MEIRA	PROFESSORA	DIRECÇÃO REGIONAL EDUC NORTE	2212.19 €
MARIA TERESA TORRES CRUZEIRO	PROFESSORA	AGRUP ESC OLIVEIRA FRADES	2515.54 €
MARIA UMBELINA SOARES LAMEIRAS VIDIGAL VAZ	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS SERTA	2212.19 €
MARIA VANDA ALMEIDA VAZ CARVALHO	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS ILHAVO	2402.34 €
MARIA ZULMIRA RICARDO F. VIEGAS COSTA SÊCO	PROFESSORA	ESC BASICA 2 3 COM CONCEIÇÃO SILVA	2515.54 €
MARIANA BRAZINHA PAIXÃO CATARINA	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	ESC SECUNDÁRIA AMORA	322.59 €
MARTA ABIGAIL BARROS SOARES GUIMARÃES	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL MATOSINHOS	2212.19 €
MIGUEL RIBEIRO GOMES	PROFESSOR	AGRUP VERTICAL ESCOLAS FIÃES	2515.54 €
MIQUELINA FERREIRA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC JULIO SAUL DIAS	2212.19 €
NAIR SANTOS ALMENDRA VILARES ROQUE	TÉCNICA PROFISSIONAL PRINCIPAL	ESC SECUNDÁRIA VINHAIS	910.14 €
NOÉMIA CONCEIÇÃO RAMOS CARVALHO	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL DR. MARIA ALICE GOUVEIA	2305.91 €
NORVITA BALULA PATRÍCIO MADEIRA	PROFESSORA	ESC BÁSICA 2 3 ESTOMBAR	2515.54 €
NUNO SANTOS PIRES	PROFESSOR	ESC SECUNDÁRIA ERMESINDE	2670.42 €
ODETE BEATRIZ RODRIGUES BORGES ALEIXO	PROFESSORA	DIRECÇÃO REGIONAL EDUC LISBOA	2515.54 €
OLINDA CONCEIÇÃO OLEIRO MARTINS RODRIGUES	PROFESSORA	AGRUP CONDE DE OEIRAS	2212.19 €
ORQUÍDEA SOUSA AZEVEDO	PROFESSORA	AGRUP ESC ARRIFANA ESCAPÃES	2515.54 €
ÓSCAR RUI ALVES RODRIGUES	PROFESSOR	AGR VERT ESC LUC CORDEIRO-MIRANDELA	2212.19 €
OTILDE MARIA CONCEIÇÃO MOTA BAPTISTA	PROFESSORA	ESC E B 2 3 STO ANTÓNIO PAREDE	2603.19 €
OTÍLIA MEIRINHO GOMES	PROFESSORA	AGRUP ESC MARTIM FREITAS	2399.84 €
PALMIRA DINIS MARQUES VIDEIRA	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	ESC BÁSICA 2 3 SÃO MIGUEL	605.89 €
PRAXEDES CARMO NUNES ALMEIDA ESPERANÇA	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA BOCAGE	2515.54 €
ROMANA MARIA HAYES	PROFESSORA	ESC BASICA 2 3 CICLOS RIO ARADE	2300.98 €
ROSA GONÇALVES OLIVEIRA CARVALHO	PROFESSORA	AGRUP ESC GONÇALO SAMPAIO	2515.54 €
ROSA MARIA FERNANDES VIEIRA	PROFESSORA	ESC BÁSICA 2 3 MANHENTE	2212.19 €
ROSA MARIA HEITOR C. B. ZUZARTE BALTAZAR	PROFESSORA	ESC E B 2 3 MANUEL FIGUEIREDO T NOVAS	2515.54 €
ROSA MAURÍCIA SILVEIRA PEREIRA HILÁRIO	PROFESSORA	AGRUP ESC B 1 C DR JOAO ALVES PIMENTA	2212.19 €
ROSA MENDES SENDÃO CALÇADA	PROFESSORA	AGRUP ESC ANTÓNIO FEIJÓ PONTE LIMA	2515.54 €
ROSA ROCHA BARROS	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	AGRUP ESCOLAS PONTE BARCA	391.71 €
ROSÁLIA AUGUSTA PARREIRA NORONHA	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	ESC BÁSICA INT JARD INFÂNCIA VIDIGUEIRA	347.07 €
RUTE FLORENTINA GONÇALVES GOMES SILVA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL AFONSO BETOTE	2212.19 €
SOLANGE SOUSA GUERREIRO FAÍSCA	PROFESSORA	ESC E B 1 MAE SOBERANA LOULE	2212.19 €
SUSANA NAZARÉ ALBUQUERQUE RAMOS ROCHA	PROFESSORA	AGRUP ESC CASCAIS	2515.54 €
TERESA ADELAIDE VAZ FIGUEIREDO TRINDADE	PROFESSORA	ESC E B 2 3 EUGÉNIO CASTRO	2515.54 €
TERESA JESUS RAMOS VIEIRA POUSADA	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA FERNANDO NAMORA	2515.54 €
VIRGÍNIA AUGUSTA L. GIL MOREIRA SILVA	PROFESSORA	DIRECÇÃO REGIONAL EDUC CENTRO	2212.19 €
VIRGÍNIA BEATRIZ VEIGA RODRIGUES	PROFESSORA	DIRECÇÃO REGIONAL EDUC LISBOA	2515.54 €
VÍTOR MANUEL CONCEIÇÃO PESSEGUIERO	AUXILIAR ACÇÃO EDUCATIVA	ESC ES/3 DE LOUSADA	650.76 €
ZULMIRA FERNANDA F. MARTINS GONÇALVES	PROFESSORA	DIRECÇÃO REGIONAL EDUC NORTE	2212.19 €

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

ANA MARIA ALVES VIANA RODRIGUES	ASSESSORA PRINCIPAL	SERVIÇOS SOCIAIS UNIVERSIDADE MINHO	2318.17 €
CELMO MARQUES ALMEIDA	MOTORISTA PRINCIPAL	FAC CIÊNCIAS TECNOLOGIA UNIV COIMBRA	692.66 €
CLARINDA SOUSA CARNEIRO	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	FACULDADE MEDICINA UNIVERSIDADE PORTO	649.80 €
FILIPE JOSÉ MENDES JUANICO	PROFESSOR AUXILIAR CONVIVADO	FAC CIÊNCIAS TECNOLOGIA UNIV COIMBRA	1385.40 €
GRACIETE SILVA NUNES QUADRADO	TELEFONISTA	UNIVERSIDADE NOVA LISBOA	698.27 €
IRENE MORNÁ DÓRIA	TÉCNICA ESPECIALISTA	FACULDADE MEDICINA UNIVERSIDADE PORTO	1592.92 €
JOÃO FRANCISCO MARTINS CORREIA	PROFESSOR CATEDRÁTICO	FAC CIÊNCIAS MÉDICAS UNIV NOVA LISBOA	3553.69 €
JOSÉ GUILHERME XAVIER BASTO	INVESTIGADOR AUXILIAR	UNIVERSIDADE COIMBRA	2175.20 €
JOSÉ REIS BENTO	ASSISTENTE DO 2.º TRIÉNIO	INST POLITÉCNICO LISBOA	1911.81 €
LEONILDO NUNES MURTA	OBSERVADOR ESPECIALISTA	INST METEOROLOGIA	1263.01 €
MARIA CLARA VICENTE ALMEIDA CARVALHO SOUSA	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	FAC CIÊNCIAS MÉDICAS UNIV NOVA LISBOA	741.61 €
MARIA JOSÉ SOUSA ARAÚJO SILVA	AUXILIAR DE APOIO E VIGILÂNCIA	ESC SUPERIOR ENFERMAGEM S JOÃO	518.32 €
MARIA LUCÍLIA ESPÍRITO SANTO L. P. FERREIRA	PROFESSORA CATEDRÁTICA	FAC MED VETERINÁRIA UNIV TÉCNICA LISBOA	4128.44 €
MARIA OTÍLIA MORGADO ALELUIA	AUXILIAR ADMINISTRATIVA	FAC CIÊNCIAS TECNOL UNIV NOVA LISBOA	390.45 €
MARIA RITA FERREIRA HORTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVA	INST SUP CIÊNCIAS TRABALHO EMPRESA	453.15 €
MARIA SUSANA NEWTON ALMEIDA SANTOS	PROFESSORA CATEDRÁTICA	FAC CIÊNCIAS TECNOLOGIA UNIV COIMBRA	4394.80 €
MARIA TERESA SANTOS ESTEVES VILELA	COZINHEIRA	SERV ACÇÃO SOCIAL UNIV TÉCNICA LISBOA	753.55 €
MÁRIO ALBERTO SANTOS RODRIGUES	CANALIZADOR	SERVIÇOS ACÇÃO SOCIAL UNIV COIMBRA	729.06 €
MARTINE DRENEAU REBELO CARVALHO	LEITORA	FACULDADE LETRAS UNIVERSIDADE PORTO	1960.45 €
NUNO RODRIGO MARTINS PORTAS	PROFESSOR CATEDRÁTICO	FACULDADE ARQUITECTURA UNIV PORTO	4656.11 €
VÍTOR MANUEL SILVA DIAS	ENCARREGADO	SERVIÇOS ACÇÃO SOCIAL UNIV COIMBRA	948.33 €

MINISTÉRIO DA SAÚDE

ADÃO SIOGA TAVARES	ENCARREGADO	HOSPITAL NOSSA SRA ROSÁRIO SA	823.92 €
ADELAIDE CONCEIÇÃO PINTO	ENCARREGADA DE SECTOR	HOSPITAL DISTRIITAL BRAGANÇA SA	594.79 €
ALBERTINA CARMO LIBERAL METZNER SERRA	ASSISTENTE HOSPITALAR	HOSPITAL STA MARIA	4263.34 €
ALBERTO SILVA JORGE	CAPELÃO COORDENADOR	HOSPITAL DR JOSÉ MARIA GRANDE	1226.58 €

AMÉLIA PINHEIRO TEIXEIRA	AUXILIAR ACÇÃO MÉDICA PRINCIPAL	HOSPITAL S GONÇALO SA	540.34 €
ANA FERREIRA DINIS	OPERADORA DE LAVANDARIA	HOSPITAL CONDE S BENTO STO TIRSO	510.67 €
ANA MAGALHÃES SILVA TAVARES	AUXILIAR DE ACÇÃO MÉDICA	HOSPITAL GERAL STO ANTÓNIO SA	257.78 €
ANA MARIA FILIPE PEREIRA SILVA ENCARNAÇÃO	ENFERMEIRA GRADUADA	ARS ALENTEJO SUB REGIÃO SAÚDE BEJA	2483.43 €
ANGELINO LUÍS MOREIRA GONÇALVES SOUSA	ASSISTENTE GRAD. HOSP. PEDIATRIA	ARS LISBOA VALE TEJO SUB REGIÃO SETÚBAL	2307.66 €
ANTÓNIO ALVES SILVA	AUXILIAR ACÇÃO MÉDICA PRINCIPAL	CENTRO HOSPITALAR VILA NOVA GAIA	808.53 €
ANTÓNIO AUGUSTO MARQUES SILVA PAÚL	VOGAL EXECUTIVO CONSELHO ADMIN.	HOSPITAL CENTRAL ESP CRIANÇAS MARIA PIA	2627.11 €
ANTÓNIO CÂNDIDO SALVAÇÃO BRANCO	TÉCNICO PROFISSIONAL PRINCIPAL	DEP MODERNIZAÇÃO RECURSOS HUMANOS	736.26 €
ANTÓNIO LUÍS FERREIRA DUARTE PEDRO	ASSISTENTE GRADUADO	I P ONCOLOGIA F GENTIL CENT REG LISBOA SA	2603.99 €
ANTÓNIO MANUEL AMORIM MONTEIRO	ASSISTENTE GRADUADO	HOSPITAL DR JOSÉ MARIA GRANDE	2865.04 €
ANTÓNIO MANUEL PANTOJA ROJÃO	ASSISTENTE GRAD. MED. INTERNA	CENTRO HOSPITALAR LISBOA (ZONA CENTRAL)	4293.45 €
ANTÓNIO VÍTOR FLORA BENTO	ASSISTENTE GRADUADO PSQUIATRIA	HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA	2284.43 €
AUGUSTO SANTOS PAIS	ASSISTENTE GRADUADO CLÍNICA GERAL	ARS NORTE SUB REGIÃO SAÚDE PORTO	4243.88 €
AUGUSTO SILVA CAVACO SARAIVA	CHEFE DE SERVIÇO MEDICINA INTERNA	CENTRO HOSPITALAR MÉDIO TEJO S A	4263.34 €
BEATRIZ SIMÕES SANTOS COSTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVA	ARS LISBOA VALE TEJO SUB REGIÃO LISBOA	623.91 €
CARLOS ALBERTO GROSSO ROQUE	AUXILIAR ACÇÃO MÉDICA PRINCIPAL	HOSPITAL S BERNARDO SA	444.88 €
CARLOS ANTÓNIO CASTRO VASCONCELOS	ASSISTENTE GRAD. ANESTESIOLOGIA	CENTRO HOSPITALAR CASCAIS	4171.68 €
CECÍLIA ALICE PIEDADE BARRA	ENFERMEIRA GRADUADA	HOSPITAL DISTRITAL SANTARÉM SA	1377.17 €
COMBA SILVA TEIXEIRA	AUXILIAR ACÇÃO MÉDICA PRINCIPAL	CENTRO HOSPITALAR VILA NOVA GAIA	610.89 €
DEOLINDA JESUS AZEVEDO VIEIRA CRUZ	ENFERMEIRA GRADUADA	UNIDADE LOCAL SAÚDE DE MATOSINHOS, SA	950.06 €
ELVIRA ROSA MACEDO PESQUEIRA	AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO	I P ONCOLOGIA F GENTIL CENT REG LISBOA SA	650.76 €
EMÍDIA MARIA ALHINHA CAMACHO ROCHA	OPERADORA DE LAVANDARIA	ARS ALENTEJO SUB REGIÃO SAÚDE BEJA	548.27 €
EMÍLIO ISIDRO IMPERATORI RUIZ	DIRECTOR DE SERVIÇOS	DIRECÇÃO GERAL SAÚDE	4609.01 €
ERNESTINA CAROLINA FONSECA	ENFERMEIRA GRADUADA	HOSPITAL GERAL STO ANTÓNIO SA	1812.73 €
ERNESTO MARTINS FERREIRA	CLÍNICO GERAL	ARS NORTE SUB REGIÃO SAÚDE PORTO	834.07 €
EUGÉNIA GLÓRIA JESUS PINTO	AUXILIAR ACÇÃO MÉDICA PRINCIPAL	HOSPITAL GERAL STO ANTÓNIO SA	666.66 €
FAUSTO JORGE CANOVA MAGALHÃES XAVIER	ASSISTENTE GRADUADO	CENTRO HOSPITALAR TORRES VEDRAS	2170.26 €
FERNANDA DUARTE GASPAR GUERRA	AUXILIAR ACÇÃO MÉDICA PRINCIPAL	HOSPITAL DISTRITAL FARO	426.28 €
FERNANDO JOSÉ MARTINS CORREIA CAMPOS	CHEFE DE SERVIÇO	HOSPITAL GERAL STO ANTÓNIO SA	2539.84 €
GEORGINA CÉU FERNANDES RÊGO	AUXILIAR ACÇÃO MÉDICA PRINCIPAL	HOSPITAL GERAL STO ANTÓNIO SA	419.04 €
GERTRUDES FILIPA GALUCHO C. SAMPAIO FILIPE	ENFERMEIRA ESPECIALISTA	HOSPITAL NOSSA SRA ROSÁRIO SA	2068.11 €
GISELA OLIVEIRA BENTO	TELEFONISTA	CENTRO HOSPITALAR LISBOA (ZONA CENTRAL)	209.50 €
GRACINDA CARIDADE PEREIRA	AUXILIAR ACÇÃO MÉDICA PRINCIPAL	CENTRO HOSPITALAR CASCAIS	709.42 €
GUILHERMINA AMARAL FOLGADO PEDREIRA	AUXILIAR DE ACÇÃO MÉDICA	HOSPITAL NOSSA SRA ROSÁRIO SA	372.48 €
HELENA GONÇALVES NUNES	AUXILIAR ACÇÃO MÉDICA PRINCIPAL	I P ONCOLOGIA F GENTIL CENT REG NORTE SA	603.76 €
HENRIQUE OLIVEIRA EUGÉNIO	ENCARREGADO	HOSPITAL STA MARIA	936.79 €
HENRIQUETA VIEIRA TEIXEIRA CARDOSO	AUXILIAR DE APOIO E VIGILÂNCIA	CENTRO PSIQUIÁTRICO RECUPERAÇÃO ARNES	200.99 €
HERMÍNIA GONÇALINHO RIBEIRO	ENFERMEIRA	ARS NORTE SUB REGIÃO SAÚDE VILA REAL	923.56 €
HERNÂNI EDUARDO COSTA PINHARANDA	ASSISTENTE GRADUADO	CENTRO HOSPITALAR LISBOA (ZONA CENTRAL)	2160.43 €
HILÁRIO VIEIRA SÃO JOÃO	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	HOSPITAL STA MARIA	842.86 €
ILDA RUA FACEIRA	ENFERMEIRA GRADUADA	HOSPITAL SRA OLIVEIRA SA	1601.60 €
ISAURA CONCEIÇÃO RODRIGUES MAGALHÃES	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	ARS NORTE SUB REGIÃO SAÚDE VILA REAL	751.91 €
JOAQUIM PALMEIRO RIBEIRO	CHEFE DE SERVIÇO MEDICINA INTERNA	HOSPITAL CURRY CABRAL	4194.20 €
JORGE CONCEIÇÃO RIBEIRO PINTO	CHEFE DE SERVIÇO	CENTRO HOSPITALAR COIMBRA	4022.64 €
JOSÉ ÂNGELO ARAÚJO SOARES	CHEFE DE SERVIÇO HOSPITALAR	I P ONCOLOGIA F GENTIL CENT REG NORTE SA	2276.02 €
JOSÉ AUGUSTO FERNANDES JÚNIOR	ASSESSOR SUPERIOR DE SAÚDE	HOSPITAL INFANTE D PEDRO AVEIRO SA	2169.43 €
JOSÉ JOÃO GOMES PARENTE PATROCÍNIO	CHEFE DE SERVIÇO DE RADIOLOGIA	I P ONCOLOGIA F GENTIL C REG COIMBRA SA	4493.79 €
JOSÉ MANUEL EUSÉBIO ROCHA	ASSISTENTE GRADUADO	ARS ALGARVE SUB REGIÃO SAÚDE FARO	3879.41 €
JOSEFA MARIA VALVERDE TROUXA	ENFERMEIRA ESPECIALISTA	HOSPITAL JÚLIO MATOS	2842.49 €
LAURA CONCEIÇÃO NOGUEIRA	ENFERMEIRA ESPECIALISTA	HOSPITAL DISTRITAL MACEDO CAVALEIROS	1820.01 €
LAURINDA MARIA ZAMBUJINHO FRETES	AUXILIAR DE APOIO E VIGILÂNCIA	ARS LISBOA VALE TEJO SUB REGIÃO LISBOA	426.40 €
LÚCIA MARIA DIAS CRUZ MAGALHÃES	AUXILIAR ACÇÃO MÉDICA PRINCIPAL	HOSPITAL S JOÃO DEUS SA	577.98 €
LUZ CARMO GARCIA COSTA ALMEIDA	ENFERMEIRA GRADUADA	ARS NORTE SUB REGIÃO SAÚDE VILA REAL	1812.73 €
MANUEL GOMES SANSANA	ENFERMEIRO CHEFE	CENTRO HOSPITALAR COIMBRA	2184.00 €
MARIA ADELINA AZENHA CONTENTE	TÉCNICA SUPERIOR PRINCIPAL	HOSPITAL ESPÍRITO STO	1815.44 €
MARIA ALICE CARMONA O. R. BAIÃO CUSTÓDIO	ASSESSORA SUPERIOR	INST NAC SAÚDE DR RICARDO JORGE LISBOA	2396.18 €
MARIA ALICE MACHADO	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	ARS NORTE SUB REGIÃO SAÚDE BRAGANÇA	904.10 €
MARIA ALICE OLIVEIRA FERREIRA	AUXILIAR ACÇÃO MÉDICA PRINCIPAL	HOSPITAIS UNIVERSIDADE COIMBRA	597.62 €
MARIA AMÁLIA CONCEIÇÃO BRAZ LEANDRO	OPERADORA DE LAVANDARIA	HOSPITAL MONTIJO	257.18 €
MARIA AMÉLIA COSTA FERREIRA QUINTAS	AUXILIAR ACÇÃO MÉDICA PRINCIPAL	CENTRO HOSP PÓVOA VARZIM/VILA CONDE	706.36 €
MARIA AMÉLIA SACADURA VIEIRA MONTEIRO	ENFERMEIRA GRADUADA	HOSPITAL S FRANCISCO XAVIER SA	1376.16 €
MARIA ASSUNÇÃO SOUSA SILVA CHAVEIRO	ENFERMEIRA 3ª CLASSE	HOSPITAL LITORAL ALENTEJANO	674.26 €
MARIA AUGUSTA GONÇALVES BARTOLOMEU	ENFERMEIRA GRADUADA	ARS ALGARVE SUB REGIÃO SAÚDE FARO	1845.75 €
MARIA CAROLINA SILVA ASCENSÃO	TELEFONISTA	UNIDADE LOCAL SAÚDE DE MATOSINHOS, SA	568.42 €
MARIA CLOTILDE CARDOSO COELHO	ENFERMEIRA CHEFE	HOSPITAL GERAL STO ANTÓNIO SA	2184.00 €
MARIA CONCEIÇÃO MESQUITA MACIEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVA	ARS NORTE SUB REGIÃO SAÚDE PORTO	597.70 €
MARIA CRISTINA RODRIGUES LUZ	TÉCNICA 1ª CLASSE	CENTRO HOSPITALAR VILA NOVA GAIA	864.86 €
MARIA CRUZ PATINHA VIEIRA NEVES	ENFERMEIRA GRADUADA	CENTRO HOSPITALAR CASCAIS	1354.45 €
MARIA DORES PEREIRA CUNHA	AUXILIAR DE APOIO E VIGILÂNCIA	ARS NORTE SUB REGIÃO SAÚDE PORTO	556.62 €
MARIA EMÍLIA CADECO SILVA SANTOS	ENFERMEIRA CHEFE	HOSPITAL GERAL STO ANTÓNIO SA	2184.00 €
MARIA FÁTIMA BAGANHA F. COELHO CRESPO	TÉCNICA SUPERIOR PRINCIPAL	CENTRO HOSPITALAR ALTO MINHO S A	1647.86 €
MARIA FÁTIMA SANTOS ROCHA SOARES CUNHA	ENFERMEIRA GRADUADA	HOSPITAL GERAL STO ANTÓNIO SA	1812.73 €
MARIA FÁTIMA SILVA FILIPE MARTINS CONCEIÇÃO	ENFERMEIRA GRADUADA	HOSPITAL CENTRAL ORTOPÉDICO SANT' ANA	2483.43 €
MARIA FÁTIMA SILVA P. CORREIA MOUTINHO	CHEFE DE SERVIÇO	HOSPITAL GERAL STO ANTÓNIO SA	2544.14 €
MARIA FÁTIMA SOUSA SILVA FERREIRA	AUXILIAR DE ACÇÃO MÉDICA	HOSPITAL ESPÍRITO STO	311.32 €

MARIA FILOMENA GORJÃO RODRIGUES MONTEIRO	AUXILIAR DE ACÇÃO MÉDICA	HOSPITAL DISTRITAL SANTARÉM SA	408.47 €
MARIA GRAÇA SILVA BERNARDO RODRIGUES	AUXILIAR ACÇÃO MÉDICA PRINCIPAL	HOSPITAL STA MARIA	312.76 €
MARIA HELENA FRAGA DIAS	ENFERMEIRA GRADUADA	CENTRO HOSPITALAR LISBOA (ZONA CENTRAL)	1264.86 €
MARIA HENRIQUES CRUZ	ASSISTENTE ADMINISTRATIVA	HOSPITAL ARCEBISPO JOÃO CRISÓSTOMO	571.43 €
MARIA ISABEL LINHARES HORTA	ENFERMEIRA GRADUADA	HOSPITAL DISTRITAL BRAGANÇA SA	1812.73 €
MARIA ISABEL PAIVA CORREIA SÁ	ASSISTENTE HOSPITALAR	HOSPITAL S GONÇALO SA	1621.41 €
MARIA ISABEL SILVA PORTO PINTO LAPA	ENFERMEIRA GRADUADA	HOSPITAL GERAL STO ANTÓNIO SA	1831.36 €
MARIA ISABEL VEIGA ALMEIDA SILVA	ENFERMEIRA GRADUADA	HOSPITAIS UNIVERSIDADE COIMBRA	1675.89 €
MARIA JOAQUINA VENTURA	CHEFE DE SECÇÃO	ARS LISBOA VALE TEJO SUB REGIÃO LISBOA	1033.40 €
MARIA JOSÉ PINTO CARVALHO FERREIRA	AUXILIAR ACÇÃO MÉDICA PRINCIPAL	I P ONCOLOGIA F GENTIL C REG NORTE SA	500.93 €
MARIA LAURA SILVA SANTOS TAVARES	AUXILIAR ACÇÃO MÉDICA PRINCIPAL	CENTRO HOSPITALAR VILA NOVA GAIA	592.76 €
MARIA LEONOR LEITÃO TEIXEIRA	ENFERMEIRA CHEFE	ARS NORTE SUB REGIÃO SAÚDE BRAGA	1870.35 €
MARIA LICÍNIA SILVA NEVES	ENFERMEIRA GRADUADA	CENTRO HOSPITALAR COIMBRA	1601.60 €
MARIA LUCÍLIA PEREIRA NEVES RIBEIRO	AUXILIAR ACÇÃO MÉDICA PRINCIPAL	CENTRO HOSPITALAR VILA NOVA GAIA	645.38 €
MARIA LUÍSA BRANDÃO LOPES BARBOSA	ENFERMEIRA GRADUADA	ARS NORTE SUB REGIÃO SAÚDE BRAGA	1812.73 €
MARIA LURDES ESPINHO SARAIVA CARPINTEIRO	AUXILIAR ACÇÃO MÉDICA PRINCIPAL	CENTRO HOSPITALAR COIMBRA	278.23 €
MARIA MACHO SANTA RITA SERRANO	AUXILIAR ACÇÃO MÉDICA PRINCIPAL	ARS ALENTEJO SUB REGIÃO SAÚDE BEJA	617.39 €
MARIA MADALENA PACHECO GOYRI PICHEL	ENFERMEIRA CHEFE	I P ONCOLOGIA F GENTIL CENT REG NORTE SA	2942.41 €
MARIA MANUELA SANTOS MARTINS	ASSISTENTE HOSPITALAR GRADUADO	HOSPITAL STA MARIA	2288.01 €
MARIA MARGARIDA MOURA OLIVEIRA NEVES	CHEFE DE SERVIÇO	HOSPITAL JOAQUIM URBANO	4657.32 €
MARIA NATIVIDADE V. A. OLIVEIRA CARVALHO	TÉCNICA PRINCIPAL	HOSPITAL S MARCOS	1404.25 €
MARIA ODETE IRIA NOGUEIRA	TÉCNICA ESPEC. NEUROFISIOGRAFISTA	CENTRO HOSPITALAR LISBOA (ZONA CENTRAL)	1647.28 €
MARÍLIA CÉU ALMEIDA GARCIA	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	HOSPITAL GERAL STO ANTÓNIO SA	882.58 €
MARILISA SOARES ALMEIDA	TÉCNICA DIETISTA 1ª CLASSE	I P ONCOLOGIA F GENTIL CENT REG LISBOA SA	573.31 €
MERCEDES LURDES ALVES ASSUNÇÃO FERREIRA	ENFERMEIRA ESPECIALISTA	CENTRO HOSPITALAR COIMBRA	2103.66 €
NAZARÉ JESUS NUNES	ASSISTENTE ADMIN. PRINCIPAL	I P ONCOLOGIA F GENTIL CENT REG LISBOA SA	916.31 €
PALMIRA FONSECA SIMÕES	ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS	HOSPITAL PSIQUIÁTRICO LORVÃO	744.01 €
PIEDADE SILVA FERNANDES CORDEIRO ÂNGELO	ENFERMEIRA GRADUADA	HOSPITAL STA MARIA	2992.09 €
ROSA CÉU LUZIO PIRES	ENCARREGADA DE SECTOR	HOSPITAL DISTRITAL MIRANDELA	743.92 €
ROSA MARIA SILVA TINOCO GOMES	AUXILIAR ACÇÃO MÉDICA PRINCIPAL	CENTRO HOSPITALAR CASCAIS	679.86 €
ROSA SOARES GOMES	ENFERMEIRA GRADUADA	ARS NORTE SUB REGIÃO SAÚDE BRAGA	1753.82 €
RUI MANUEL PONCE LEÃO OLIVEIRA	CHEFE DE SERVIÇO CLÍNICA GERAL	ARS NORTE SUB REGIÃO SAÚDE PORTO	1593.42 €
SEVERINO JOSÉ COSTA CUNHA	MOTORISTA DE LIGEIOS	ARS NORTE SUB REGIÃO SAÚDE BRAGA	695.45 €
VALDEMAR BARBOSA FERREIRA	AUXILIAR DE APOIO E VIGILÂNCIA	CENTRO HOSPITALAR LISBOA (ZONA CENTRAL)	200.99 €

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL, DA FAMÍLIA E DA CRIANÇA

ADOLFO AUGUSTO AFONSO	MOTORISTA DE LIGEIOS	CRSS NORTE SERV SUB REGIÃO BRAGANÇA	692.66 €
ALDA FILOMENA GARCIA SALGUEIRO	EDUCADORA DE INFÂNCIA	CRSS CENTRO SERV SUB REGIÃO VISEU	2515.54 €
ALZIRA JESUS DOMINGOS PARENTE	TELEFONISTA	ISSS CENTRO REG SEG SOCIAL LISBOA V TEJO	636.79 €
ANTÓNIO PINTO CARVALHO	MOTORISTA TRANSPORTES COLECTIVOS	CENTRO REG SEGURANÇA SOCIAL PORTO	723.38 €
ARTUR RIBEIRO MATOS PAZ	DIRECTOR DE NÚCLEO	CRSS CENTRO SERV SUB REGIÃO VISEU	1709.02 €
DEOLINDA ROSA SILVA TEIXEIRA	EDUCADORA DE INFÂNCIA	CENTRO REG SEGURANÇA SOCIAL PORTO	2881.47 €
FERNANDO AUGUSTO BRAGA	CHEFE DE SECÇÃO	CRSS CENTRO SERV SUB REGIÃO C BRANCO	1284.77 €
GRACINDA JESUS FONSECA GONÇALVES	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	SERVIÇOS SOCIAIS	843.84 €
HERMÍNIA VIEIRA LEITÃO	SERVENTE	CRSS CENTRO SERV SUB REGIÃO VISEU	209.50 €
INÁCIO CORREIA SANTOS	TESOUREIRO	INST GESTÃO FINANCEIRA SEG SOCIAL,IP	977.54 €
JOÃO MARIA CASTANHO	COORDENADOR	INST GESTÃO FINANCEIRA SEG SOCIAL,IP	2469.05 €
JOSÉ AFONSO MOURALAK RIBEIRO CASTRO	PRESIDENTE CONSELHO DIRECTIVO	ISSS CENTRO REG SEG SOCIAL LISBOA V TEJO	3038.09 €
JOSÉ CLEMENTE GERALDES	TÉCNICO SUPERIOR 1ª CLASSE	DIRECÇÃO-GERAL SEGURANÇA SOCIAL	2831.60 €
JOSÉ JOAQUIM GUIMARÃES GOMES	ASSISTENTE ADMIN. PRINCIPAL	ISSS CENTRO REG SEG SOCIAL LISBOA V TEJO	588.35 €
JOSÉ MANUEL ROBALO INFANTE	ASSESSOR PRINCIPAL	INST GESTÃO FUNDO SOCIAL EUROPEU,IP	2602.02 €
LAURA SILVA ESTEVES	ASSISTENTE ADMIN. PRINCIPAL	CRSS NORTE SERV SUB REGIÃO BRAGA	778.45 €
LEONEL ANTÓNIO MARTINS BAPTISTA	ASSESSOR PRINCIPAL	INST GESTÃO FINANCEIRA SEG SOCIAL,IP	2682.22 €
LUCÍLIA PRATES AURÉLIO FREIRE	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	INST GESTÃO FINANCEIRA SEG SOCIAL,IP	772.26 €
MARIA ADELAIDE LOPES OLIVEIRA	SERVENTE	CRSS CENTRO SERV SUB REGIÃO AVEIRO	200.99 €
MARIA ANTÓNIA QUIRINO CHAPITA PINTO AREDE	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	ISSS CENTRO REG SEG SOCIAL LISBOA V TEJO	941.23 €
MARIA CARMÉLIA SILVA BARROS DEVESA CUNHA	PROFESSORA	CRSS NORTE SERV SUB REGIÃO BRAGA	2596.34 €
MARIA EDUARDA FERNANDES LOURENÇO RIBEIRO	PROFESSORA	CRSS NORTE SERV SUB REGIÃO BRAGA	2212.19 €
MARIA EDUARDA SANTOS CARVALHO	ASSISTENTE ADMIN. PRINCIPAL	CRSS CENTRO SERV SUB REGIÃO VISEU	476.57 €
MARIA FÁTIMA AIRES FERNANDO DINIS VALE	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	CRSS NORTE SERV SUB REGIÃO VILA REAL	832.20 €
MARIA HELENA CONCEIÇÃO P. MONTEIRO SOUSA	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	ISSS CENTRO REG SEG SOCIAL LISBOA V TEJO	998.87 €
MARIA ISABEL LOPES SANTOS DIAS FERREIRA	ASSISTENTE ADMIN. PRINCIPAL	SECRETARIA GERAL	941.23 €
MARIA ISABEL PAIVA	ASSISTENTE ADMIN. PRINCIPAL	INST GESTÃO FINANCEIRA SEG SOCIAL,IP	751.31 €
MARIA LUÍSA CARMO INÁCIO GUEIFÃO OLIVEIRA	ASSESSORA PRINCIPAL	CENTRO REG SEGURANÇA SOCIAL SETÚBAL	2083.76 €
MARIA LUÍSA PASSINHAS ABÍLIO	AUXILIAR ADMINISTRATIVA	CENTRO REG SEGURANÇA SOCIAL ÉVORA	336.32 €
MARIA LURDES FERREIRA RESENDE	SERVENTE	CRSS CENTRO SERV SUB REGIÃO AVEIRO	200.99 €
MARIA ROSÁRIO ESTEVES MENDES VAZ	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	ISSS CENTRO REG SEG SOCIAL LISBOA V TEJO	814.16 €
MARIA ROSÁRIO SILVA RAMALHO LOUREIRO	AJUDANTE DE ENFERMARIA	CRSS CENTRO SERV SUB REGIÃO LEIRIA	650.76 €
MARIA TERESA SILVA DELGADO SANTOS FERREIRA	CHEFE DE SECÇÃO	ISSS CENTRO REG SEG SOCIAL LISBOA V TEJO	1228.91 €
MARIA VIRGÍNIA LUCAS PIO	SERVENTE	CENTRO REG SEGURANÇA SOCIAL SANTARÉM	342.09 €
MÁRIO JORGE CUNHA DIAS FERREIRA	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	ISSS CENTRO NACIONAL PENSÕES	941.23 €
PRECIOSA GONÇALVES PEREIRA	AJUDANTE DE ENFERMARIA	CENTRO REG SEGURANÇA SOCIAL PORTO	811.92 €
ROSA MARIA SELADA OLIVEIRA MARTINS SANTOS	CHEFE DE EQUIPA	ISSS CENTRO NACIONAL PENSÕES	1240.07 €
TALITA AMÉLIA SILVA DIAS	DIRECTORA DE NÚCLEO	ISSS CENTRO NACIONAL PENSÕES	2624.76 €

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

JOANA MARIA BRAGA S. ALBUQUERQUE BARROSO	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	SECRETARIA-GERAL	723.72 €
JOSÉ MACHADO	TÉCNICO PROF. ESPEC. PRINCIPAL	INST ESTRADAS PORTUGAL IEP	882.58 €
SOLEDADE NUNES MATA LEITÃO ALMEIDA	AUXILIAR ADMINISTRATIVA	LABORATÓRIO NACIONAL ENGENHARIA CIVIL	597.70 €

MINISTÉRIO DA CULTURA

CIPRIANO MARCIANO PIRES	OPERÁRIO PRINCIPAL/FOTOCOPISTA	BIBLIOTECA NACIONAL	709.42 €
LAURA FÁTIMA ALVES REIS	TÉCNICA SUPERIOR	ARQUIVOS NACIONAIS TORRE TOMBO	1703.71 €
MARIA FERNANDA C. DOMINGUES POLICARPO	AUXILIAR ADMINISTRATIVA	BIBLIOTECA NACIONAL	677.87 €
MARIA MELO SILVA	ASSISTENTE ADMIN. PRINCIPAL	SECRETARIA-GERAL	651.66 €

MINISTÉRIO DO TURISMO

EDUARDO CONCEIÇÃO CALDEIRA	TÉCNICO SUPERIOR 1ª CLASSE	DIRECÇÃO-GERAL TURISMO	1413.18 €
----------------------------	----------------------------	------------------------	-----------

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ALDA MARIA SILVA OLIVEIRA MEDEIROS	PROFESSORA	SECRETARIA REGIONAL EDUC CULTURA	2212.19 €
ANTÓNIO MACHADO ALVES	PROFESSOR	ESC BÁSICA INTEGRADA GRACIOSA	2419.81 €
EDUARDA MARIA DIAS AGOSTINHO	PROFESSORA	ESC BÁSICA INTEGRADA CAPELAS	2212.19 €
ESTRELA FÁTIMA GOUVEIA VITÓRIA LUCAS	PROFESSORA	ESC BÁSICA INTEGRADA RIBEIRA GRANDE	2212.19 €
FÁTIMA MARIA SILVA GONÇALVES	PROFESSORA	ESC BÁSICA INTEGRADA BISCOTTOS	2515.54 €
FÁTIMA MARIA SOUSA G. JARDIM MENESES SOUSA	PROFESSORA	ÁREA ESCOLAR PONTA DELGADA	2592.98 €
IMELDA MARIA ALMEIDA LEONARDO TOSTE	PROFESSORA	ÁREA ESCOLAR SÃO CARLOS	2212.19 €
IRENE MARIA PINHEIRO JESUS MONIZ SOUSA	PROFESSORA	ESC BÁSICA INTEGRADA PRAIA VITÓRIA	2212.19 €
JOÃO MANUEL CARREIRO BAPTISTA	TÉCNICO PROF. AGRIC. ESPEC. PRINC.	SERVIÇO DESENVOLV AGRÁRIO S. MIGUEL	1019.70 €
JOAQUIM CORREIA GOMES SOARES	MOTORISTA	CENTRO SAÚDE HORTA	608.52 €
JOSÉ AGUIAR VIEIRA MEDEIROS	ENCARREGADO GERAL MATADOURO	INST ALIMENTAÇÃO MERCADOS AGRÍCOLAS	921.12 €
JOSÉ ALVES CAPELOS	PILOTO II	ADM PORTOS TERCEIRA GRACIOSA-APTG,SA	2272.77 €
JOSÉ HENRIQUE HENRIQUES SIMÕES FLORES	ASSISTENTE GRADUADO C. GERAL	HOSPITAL STO ESPÍRITO ANGRA HEROÍSMO	4171.38 €
JOSÉ RAMIRO COSTA LOURENÇO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	INST GESTÃO REGIMES SEGURANÇA SOCIAL	690.83 €
MANUEL ANDRADE SILVA	AGENTE ÚNICO TRANSP. COLECTIVOS	CÂMARA MUNICIPAL HORTA	834.26 €
MANUEL EDUARDO SILVA	ENCARREGADO PESSOAL AUXILIAR	ESC BÁSICA INTEGRADA GRACIOSA	737.34 €
MANUEL ILÍDIO SILVEIRA LOPES	PEDREIRO PRINCIPAL	DTR SERVIÇOS FLORESTAIS ANGRA HEROÍSMO	734.96 €
MANUEL ROIAS FRANCO	MOTORISTA DE LIGEIOS	SECR REG HABITAÇÃO EQUIP PONTA DELGADA	732.07 €
MARIA LURDES DIAS NUNES	PROFESSORA	ESC BASICA INTEGRADA ANGRA HEROÍSMO	2748.76 €
MARIA MANUELA MELO M. CÁDIMA SOARES VEIGA	PROFESSORA	ESC BASICA INTEGRADA ANGRA HEROÍSMO	2212.19 €
MARIA NATIVIDADE MEDEIROS LUZ	PROFESSORA	ESC SG B DOMINGOS REBELO	2824.55 €
MARIA OFÉLIA CAETANO MARTINS HOMEM	PROFESSORA	SECRETARIA REGIONAL EDUC CULTURA	2919.65 €
NORBERTO COSTA ARAÚJO	RESTAURADOR BENS MUSEOLÓGICOS	DIRECCAO REGIONAL CULTURA	914.17 €
ROSA MARIA ALMEIDA RAIMUNDO LEONARDO	ENFERMEIRA GRADUADA	CENTRO SAÚDE ANGRA HEROÍSMO	1571.38 €

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ÁLVARO CASTRO	PEDREIRO PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL FUNCHAL	399.05 €
ANTÓNIO BATISTA RODRIGUES	OFICIAL DE MATANÇA	SECR REG AMBIENTE RECURSOS NATURAIS	779.24 €
ANTÓNIO FERNANDES ORNELAS	OFICIAL DE MATANÇA	SECR REG AMBIENTE RECURSOS NATURAIS	745.04 €
AURORA AUGUSTA FIGUEIREDO CARVALHO HOMEM	PROFESSORA	CÂMARA MUNICIPAL FUNCHAL	2212.19 €
FERNANDO SILVA AZEVEDO	MOTORISTA DE LIGEIOS	CÂMARA MUNICIPAL FUNCHAL	650.76 €
JOÃO AGUIAR	OFICIAL DE MATANÇA	SECR REG AMBIENTE RECURSOS NATURAIS	779.24 €
JOÃO MARTINHO OLIVEIRA FREITAS	ENCARREGADO GERAL	SECR REG AMBIENTE RECURSOS NATURAIS	970.56 €
LINO GRACIANO FREITAS MIRANDA	CARREGADOR	SECRETARIA REGIONAL TURISMO CULTURA	200.99 €
LUIS SOUSA SÉRIO	CONTROLADOR SERVIÇOS MATADOUROS	SECR REG AMBIENTE RECURSOS NATURAIS	737.82 €
MANUEL FERREIRA TOMÉ	CANTONEIRO	SEC REGIONAL EQUIPAMENTO SOCIAL TRANSP	636.79 €
MARIA CECÍLIA ASCENSÃO	CHEFE DE SECÇÃO	SECRETARIA REGIONAL EDUCAÇÃO	1033.40 €
MARIA CLARA NÓBREGA	AUXILIAR DE ACÇÃO EDUCATIVA	SECRETARIA REGIONAL EDUCAÇÃO	497.58 €
MARIA FÁTIMA SANTOS BRITO	TÉCNICA ESPEC. ANAT. P.-C. TANAT.	SERVIÇO REGIONAL DE SAÚDE, EPE	1218.32 €
MARIA GORETE FERNANDES FREITAS	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	VICE-PRESIDÊNCIA GOVERNO REGIONAL	901.50 €
MARIA GORETE PEREIRA ROQUE DE FREITAS	TÉCNICA PROFISSIONAL ESPECIALISTA	SECRETARIA REGIONAL EDUCAÇÃO	1045.81 €
MARIA MANUELA FREITAS CASTRO	AUXILIAR DE ACÇÃO EDUCATIVA	ESC BÁSICA SECUNDÁRIA GONÇALVES ZARCO	740.93 €
MARIA ZITA SOUSA GAMA CARDOSO	PROFESSORA	SECRETARIA REGIONAL EDUCAÇÃO	1648.70 €
TEODORO CAMACHO NUNES	ENCARREGADO GERAL	INST VINHO MADEIRA	1034.96 €

DOCENTES DO ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO

HELENA GEORGINA M. C. SEIXAS COUTO ROSADO	PROFESSORA	EXTERNATO CANTINHO ESCOLAR	699.80 €
LUÍSA MARIA PEREIRA FERREIRIM	PROFESSORA	PAPOILA COOPERATIVA DE ENSINO	549.14 €
MANUEL LUÍS RIBEIRO MARINHO ANTUNES	ASSISTENTE	UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA	1654.66 €
MARIA HELENA ROGADO SALVADOR PINHEIRO	PROFESSORA	COLÉGIO AMOR DE DEUS	2397.61 €
MARIA LURDES PITA SOUSA JARDIM	EDUCADORA DE INFÂNCIA	CENTRO EDUC PARA CIDADÃO DEFICIENTE CRL	1299.21 €
MARIA RAQUEL SANTOS SIMÃO	PROFESSORA	EXTERNATO APRESENTAÇÃO MARIA	962.92 €
MARTA ALZIRA BARBOSA SILVA	PROFESSORA	EXTERNATO ALMEIDA GARRETT	1967.15 €

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

MARIA TERESA ALVES LOBO MOURA SOUSA	ASSESSORA PRINCIPAL SERVIÇO SOCIAL		2075.28 €
-------------------------------------	------------------------------------	--	-----------

EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES ANÓNIMAS

ALBANO NASCIMENTO BENEDITO	ZELADOR GRAU 2	RADIODIFUSÃO PORTUGUESA SA	1020.78 €
ARMANDO ZARCOS BRÁS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GRAU 2	RADIODIFUSÃO PORTUGUESA SA	755.28 €
JOAQUIM CORREIA CABAÇO	SUBCHEFE DE SECÇÃO	IMPRESA NACIONAL CASA MOEDA SA	1293.30 €
MARIA ALICE JESUS PEIXOTO	TÉCNICA ADMINISTRATIVA GRAU 3	RADIODIFUSÃO PORTUGUESA SA	1270.26 €
MARIA JÚLIA GONÇALVES MORAIS	TÉCNICA ADMINISTRATIVA	RADIODIFUSÃO PORTUGUESA SA	1675.26 €
MARIA ODETE NEU FURTADO TELES CATARRO	TÉCNICA ADMINISTRATIVA GRAU 2	RADIODIFUSÃO PORTUGUESA SA	1269.36 €
NAUTÍLIO ELÓI FIGUEIREDO ESTÊVÃO	TÉCNICO DE MANUTENÇÃO MECÂNICA	ANA AEROPORTOS PORTUGAL SA	1363.64 €
ROSA ERMESENDA MAIA TEIXEIRA	TÉCNICA ADMINISTRATIVA GRAU 2	RADIODIFUSÃO PORTUGUESA SA	1135.98 €
VÍTOR MANUEL PEREIRA MOTA	REALIZADOR GRAU 3	RADIODIFUSÃO PORTUGUESA SA	2653.72 €

LICENÇAS ILIMITADAS OU DE LONGA DURAÇÃO

ANTÓNIO GONÇALVES RELVAS	ENFERMEIRO GRADUADO	DESDE 2004-12-01	1343.08 €
CARLOS ALBERTO CRUZ	MECÂNICO 2ª CLASSE	DESDE 2004-05-26	209.50 €

ANTIGOS SUBSCRITORES

ACÁCIO JESUS SOUSA	PRIMEIRO-CABO	DESDE 2004-11-09	200.99 €
ÁLVARO CRUZ CARVALHO	DESENHADOR 2ª CLASSE	DESDE 2004-11-23	200.99 €
ANTÓNIO LUÍS SILVA REIS SANTOS	PROFESSOR	DESDE 2004-11-16	200.99 €
ANTÓNIO PINTO RAVARA	PROFESSOR AUXILIAR	DESDE 2004-05-20	1140.04 €
ANTÓNIO SILVA MELO	PORTEIRO DE SALA 2ª CLASSE	DESDE 2004-11-01	200.99 €
CELESTE FERNANDES BRITO	MÉDICA	DESDE 2004-10-06	1030.82 €
DEOLINDA OLGA GERALDES DOMINGUES FERREIRA	PROFESSORA	DESDE 2004-09-14	386.71 €
DEOLINDA SANTOS FERREIRA	CONTÍNUA 2ª CLASSE	DESDE 2004-10-26	209.50 €
ELVIRA CONCEIÇÃO COSTA ARAÚJO FARIA	SERVENTE	DESDE 2004-11-18	238.12 €
FERNANDO SIMAS PEREIRA	PEDREIRO 1ª CLASSE	DESDE 2004-11-01	209.50 €
FRANCISCO SALVADO TORRÃO	OPERÁRIO 3ª CLASSE	DESDE 2004-01-01	200.99 €
HELENA AIRES TRINDADE SACADURA CABRAL	ESPECIALISTA	DESDE 2005-01-01	209.50 €
HELENA CONCEIÇÃO F. M. RIBEIRO MARQUES	CHEFE DE SECÇÃO	DESDE 2004-10-19	945.39 €
HENRIQUE TEIXEIRA	MESTRE FLORESTAL	DESDE 2004-05-18	598.41 €
JOÃO MANUEL CAMPOS BAPTISTA	INTERNO COMPL. CIRURGIA GERAL	DESDE 2004-08-01	1388.95 €
JOÃO PARENTE MORGADO	MARINHEIRO	DESDE 2004-05-01	200.99 €
JOAQUIM FRANCISCO DÂMASE MEDEIROS	DESENHADOR 3ª CLASSE	DESDE 2004-11-01	200.99 €
JOSÉ AUGUSTO MADEIRA	CARTEIRO	DESDE 2004-11-01	200.99 €
JOSÉ AUGUSTO SILVA CASTRO	PROFESSOR	DESDE 2004-10-28	419.07 €
JOSÉ GAMBÔA PACHECO	DACTILÓGRAFO	DESDE 2004-05-01	200.99 €
JOSÉ MARIA MARQUES FERNANDES	OPERÁRIO CLASSE 5	DESDE 2004-10-20	209.50 €
JOSÉ MARQUES PADÃO ANDRADE	ASPIRANTE	DESDE 2004-11-01	200.99 €
JOSÉ RIBEIRO ROSA	TERCEIRO-OFICIAL	DESDE 2004-12-01	200.99 €
JOSÉ SILVEIRA BARCELOS	GUARDA-FIOS 1ª CLASSE	DESDE 2004-10-01	238.12 €
MANUEL ARMINDO VITORIANO VELOSO SOARES	CONTÍNUO 2ª CLASSE	DESDE 2004-10-28	200.99 €
MANUEL CAMPOS ROSA	OFICIAL CALCETEIRO 1ª CLASSE	DESDE 2004-05-01	200.99 €
MANUEL DUARTE CARDOSO	SOLDADO	DESDE 2004-09-01	209.50 €
MANUEL EVANGELISTA SILVA CADETE	GUARDA	DESDE 2004-10-01	200.99 €
MANUEL GONÇALVES FERREIRA	ASPIRANTE	DESDE 2004-07-01	200.99 €
MANUEL PANÃO MENDES	CARTEIRO	DESDE 2004-11-16	200.99 €
MANUELA CONCEIÇÃO CORUJO D. QUADRADO RITA	DESENHADORA 2ª CLASSE	DESDE 2004-11-01	200.99 €
MARIA DINORA MARTINS PINTO TOCHA ROSALLIS	LAVADEIRA	DESDE 2004-07-01	200.99 €
MARIA DORES PEREIRA SILVA	TRIFEIRA	DESDE 2004-10-06	200.99 €
MARIA FILOMENA PAULO SILVA CARNEIRO LIMA	PROFESSORA	DESDE 2004-10-08	615.68 €
MARIA IRENE MORGADINHO BARROCA	SERVENTE 1ª CLASSE	DESDE 2004-11-09	209.50 €
MARIA JOSÉ MOURA C. CASTRO ALMEIDA ROCHA	AUXILIAR DE TURISMO 2ª CLASSE	DESDE 2004-08-01	200.99 €
MARIA MANUELA DIAS ARAÚJO PINTO	AUXILIAR PROPOSTO	DESDE 2004-09-01	209.50 €
MARIA ROSÁRIO SILVA A. PIRES GOMES MOLEIRO	ASPIRANTE	DESDE 2004-11-01	209.50 €
MÁRIO CONCEIÇÃO COLAÇO	OPERÁRIO 1ª CLASSE	DESDE 2004-10-01	200.99 €
MÁRIO MARTINS MOURÃO	PRIMEIRO-CABO	DESDE 2003-05-01	193.26 €
RODOLFO ROSÁRIO LUZ COELHO	FIEL DE CAIXA 2ª CLASSE	DESDE 2004-11-01	209.50 €
SILVINO MACÁRIO SANTOS	GUARDA 3ª CLASSE	DESDE 2004-11-24	200.99 €
VÍTOR MANUEL SILVA COSTA	TROLHA 2ª CLASSE	DESDE 2004-04-12	238.12 €
VÍTOR PINTO FERREIRA	GUARDA 2ª CLASSE	DESDE 2004-10-18	200.99 €

ANTIGOS SUBSCRITORES (N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 20-A/86, DE 13 DE FEVEREIRO)

ANTERO ALVES	ESTAGIÁRIO ADMINISTRATIVO	DESDE 2004-10-26	70.35 €
FRANCISCO ANTÓNIO ROMÃO AFONSO	SERVENTE 3ª CLASSE	DESDE 2004-11-01	197.64 €
JOSÉ PEDRO GOMES CAMACHO	GUARDA	DESDE 2004-07-01	167.49 €
MANUEL OLIVEIRA COUTO	CANTONEIRO	DESDE 2004-03-01	194.29 €
MANUEL SOUSA FERREIRA	APRENDIZ FERREIRO/SERRALHEIRO	DESDE 2004-06-11	164.14 €
MARIA ANJOS ALMEIDA	CRIAIDA	DESDE 2003-05-01	190.04 €
MARIA GRACIELA NHICAS CANDEIAS	DACTILÓGRAFA	DESDE 2004-10-19	90.45 €

SEBASTIÃO SILVA FERREIRA	ASPIRANTE	DESDE 2004-07-01	194.29 €
VENTURA SILVA RODRIGUES	PROFESSOR	DESDE 2004-10-01	167.49 €

APOSENTAÇÃO AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 134/79, DE 18 DE MAIO

ANA JESUS ALVES COSTA	JORNALEIRA	DESDE 2004-04-01	200.99 €
ANTÓNIO ALMEIDA BOIA	JORNALEIRO	DESDE 2004-12-01	200.99 €
ANTÓNIO JOAQUIM BARBOSA PIRES	JORNALEIRO	DESDE 2004-11-01	200.99 €
ARMINDO AMORIM	JORNALEIRO	DESDE 2003-12-01	193.26 €
BERNARDINO MARTINS NOBREGA	OPERÁRIO 2ª CLASSE	DESDE 2004-08-01	209.50 €
CARMINDA PEREIRA COSTA	JORNALEIRA	DESDE 2004-10-01	209.50 €
DÉCIO FERREIRA	TRABALHADOR RURAL	DESDE 2004-05-01	200.99 €
FERNANDO JESUS PEREIRA GONÇALVES	JORNALEIRO	DESDE 2004-08-01	200.99 €
FERNANDO PEREIRA LOPES RAMALHO	JORNALEIRO	DESDE 2004-12-01	200.99 €
ISIDRO MARCELINO	JORNALEIRO	DESDE 2004-08-01	209.50 €
JOSÉ AUGUSTO GONÇALVES RODRIGUES	JORNALEIRO	DESDE 2004-02-01	200.99 €
JOSÉ GUERREIRO FERNANDES	SERRALHEIRO MECÂNICO	DESDE 2004-08-01	200.99 €
JOSÉ MENDES	JORNALEIRO	DESDE 2004-09-01	200.99 €
MANUEL ALBANO	TRABALHADOR	DESDE 2004-07-01	200.99 €
MARIA LOPES	JORNALEIRA EVENTUAL	DESDE 2003-12-01	193.26 €
MARIA SÃO PEDRO PIRES MOURA	REGENTE ESCOLAR	DESDE 2004-11-01	200.99 €
RITA PRAZERES RAMOS BARATA BONE	JORNALEIRA	DESDE 2004-10-01	200.99 €

16 de Dezembro de 2004. — O Presidente do Conselho de Administração, *Carlos da Silva Costa*.

Rectificação n.º 2369/2004. — Nos números do *Diário da República*, 2.ª série, a seguir indicados devem ser consideradas as seguintes rectificações:

No n.º 229, de 28 de Setembro de 2004, a p. 14 433, a publicação referente a Mário Ceia Alexandre não deve ser considerada sob o título «Guarda Nacional Republicana» mas sim «Estado-Maior do Exército».

No n.º 281, de 30 de Novembro de 2004, a p. 17 885, onde se lê «Celeste Malheiro Valadares [...] Escola Secundária Carlos Cal Brandão,» deve ler-se «Celeste Malheiro Valadares [...] Agrupamento de Escolas Coura e Minho,».

16 de Dezembro de 2004. — O Presidente do Conselho de Administração, *Carlos da Silva Costa*.

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Despacho (extracto) n.º 27 136/2004 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Dezembro de 2004 do subdirector-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, licenciado João Martins, no uso dos poderes que lhe foram delegados pelo despacho n.º 22 765/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 262, de 8 de Novembro de 2004, e precedendo a anuência do Hospital de São Francisco Xavier:

Helena Maria dos Santos Capelo, assistente administrativa do quadro de pessoal do Hospital de São Francisco Xavier — transferida para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral com a mesma categoria, com efeitos a partir de 20 de Dezembro de 2004. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Rectificação n.º 2370/2004. — Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 11 413/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 283, de 3 de Dezembro de 2004, p. 18 071, relativo ao aviso de abertura do concurso interno de ingresso para o preenchimento de 25 lugares vagos da categoria de verificador auxiliar aduaneiro de 2.ª classe, da carreira de verificador auxiliar aduaneiro, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, sendo 20 lugares para a Alfândega do Aeroporto do Porto e os restantes cinco lugares para os demais serviços desta Direcção-Geral, sediados na Área Metropolitana do Porto, rectifica-se que onde se lê «4 — Legislação aplicável — ao presente concurso é aplicável o disposto nos Decretos-Leis n.ºs 252-A/82, de 28 de Junho, 427/89, de 7 de Dezembro, e 20/98, de 11 de Julho.» deve ler-se «4 — Legislação aplicável — ao presente concurso é aplicável o disposto nos Decretos-Leis n.ºs 252-A/82, de 28 de Junho, 427/89, de 7 de Dezembro, e 204/98, de 11 de Julho.» onde se lê «Anexo II [...] n.º 2 [...] despacho n.º 22 765/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 16 de Novembro de 2004.» deve ler-se «Anexo II [...] n.º 2 [...] despacho

n.º 23 442/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 16 de Novembro de 2004.».

6 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros

Aviso n.º 12 103/2004 (2.ª série). — Por despachos do director-geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros e da subdirectora-geral dos Impostos de 2 de Dezembro e 9 de Novembro de 2004, respectivamente:

Maria Donzília de Jesus Henriques Pereira, assistente administrativa principal, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos — transferida para idêntica categoria e carreira do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, indo ocupar lugar criado pela Portaria n.º 458/98, de 30 de Julho, e ainda não provido, considerando-se exonerada do quadro de origem a partir da data da aceitação do lugar para que foi transferida. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Dezembro de 2004. — Por delegação do Director-Geral, a Directora de Serviços, em regime de substituição, *Maria de Fátima Braz*.

Inspecção-Geral de Finanças

Aviso n.º 12 104/2004 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Dezembro de 2004 do inspector-geral de Finanças, no uso de competência própria e precedido de confirmação dos pressupostos para acesso na carreira pela Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública:

António Manuel Pinto Ferreira dos Santos, inspector de finanças superior — nomeado na categoria de inspector de finanças superior principal, da carreira de inspecção de alto nível, do quadro da Inspecção-Geral de Finanças, com efeitos reportados a 15 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Dezembro de 2004. — O Inspector-Geral, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Aviso n.º 12 105/2004 (2.ª série). — 1 — Nos termos do Regulamento do Concurso Externo de Ingresso na Categoria de Adido de Embaixada da Carreira Diplomática, aprovado pelo despacho

n.º 10 988/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 2 de Junho de 2004, e em conformidade com o disposto no aviso de abertura n.º 6970/2004, de 28 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 150, de 28 de Junho de 2004, torna-se pública a lista dos candidatos aptos e não aptos no exame psicológico de selecção.

2 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º, n.º 2, do Regulamento do Concurso, os candidatos são ordenados alfabeticamente:

Candidatos aptos:

Ágata Baudoin Santos Graça.
 Alexandra de Ávila Benarús da Silva Brum.
 Ana Catarina Mendes Moreira Braga Ana e Brito Maneira.
 Ana Filipa Ramos Alves Coimbra.
 Ana Filipa Teixeira Rodrigues Ferreira Teles.
 Ana Isabel dos Reis Martins.
 Ana Isabel Marques Xavier.
 Ana Isabel Teixeira Coelho.
 Ana Madalena Pinto Teixeira.
 Ana Maria Lindner Costa Vilar dos Santos.
 Ana Rita Azevedo San Payo de Araújo.
 Ana Rita do Nascimento Fernandes de Castro.
 Ana Sofia Pité de Lemos Amaral.
 André Filipe Flores Reguengo Pinheiro.
 André Hugo da Silva de Oliveira.
 André Oliveira Isidro.
 Ângela Maria Romão Dourado.
 António Filipe Custódio Lopes.
 António Nuno Azevedo Campos.
 Carolina Maria Barata Cordeiro.
 Célia Maria Carvalho da Rocha Ruão.
 Cláudia Barbosa de Macedo.
 Cláudia Maduro Redinha.
 Cláudia Sofia Durão Gonçalves.
 Cristiana Gracinda de Azevedo Cerdeira Lopes.
 Cristina Isabel da Costa Pinto Faustino.
 David José Henriques Abrantes Campos Dias.
 Elisabete Proença Rodrigues e Cortes Palma.
 Francisco António Pereira Jorge Cachapuz Guerra.
 Francisco José Braga Barroso Silva Rodrigues.
 Gonçalo Zagalo de Figueiredo Alves Pereira.
 Graça Maria Araújo Fonseca.
 Gustavo Florêncio Alva Rosa.
 Gustavo Jorge Gramaxo Rozeira.
 Gustavo Nuno Allen Teixeira Lopes.
 Hélder Jorge Fernandes de Sousa Silva.
 Helena Soares Silva.
 Henrique Carlos Morais Pestana Henriques.
 Henrique João de Chaby Miranda Correia Azevedo.
 Hernán Leandro Amado.
 Hugo Duarte Valentim.
 Hugo Filipe Germano Marques.
 Inês Menezes Marcão Pena dos Reis.
 Isabel da Piedade Pereira Monteiro.
 Isabel Guedes da Silva Pestana.
 Jacqueline Catarina Martins Rulloda.
 Joana Caleiras Rodrigues Fisher.
 Joana Espírito Santo de Araújo.
 Joana Filipa Carço Varão.
 Joana Margarida Maltez Beirão Falcão Navarro.
 Joana Rita Lopes de Deus Pereira.
 João André Brites de Andrade de Melo Alvim.
 João Paulo Pedrosa da Silva André.
 João Pedro Arsénio de Oliveira.
 João Pedro de Araújo Rocha Serrão Lopes.
 João Pedro de Deus Costa Martins de Carvalho.
 João Pedro Macieira Lobato Pestana Pereira.
 João Ricardo Nunes Santos Castel-Branco da Silveira.
 José Alexandre Moreira Milheiro de Oliveira.
 José Luís Nunes Porfírio.
 Laura Nascimento Duarte.
 Lavínia Leal Pereira.
 Leonel Peixeiro Rebelo.
 Luís Filipe Matança da Costa Monteiro Pontes.
 Luís Pedro Santos Maia.
 Mafalda Groba Gomes.
 Manuel de Seixas Lobão Granja Ramos.
 Manuel Filipe Costa Branco Tavares da Silva.
 Manuel Filipe Pinhão Ramalheira.
 Manuel Maria Fernandes Pereira Lopes Aleixo.
 Manuel Silveiro Gonçalves Poças.
 Márcia Pereira Rodrigues.
 Margarida Isabel Figueiredo Santos Cáceres Pires.
 Maria Alexandra Pinto Valente da Silva.

Maria Ana Banha Carvalho Pereira.
 Maria Filomena Borja de Melo.
 Maria Joana de Araújo Torres da Silva Daniel.
 Maria Joana Nunes Pinto Calição.
 Maria João Franco Coutinho.
 Maria José Pompeia Ramos dos Santos.
 Maria Leonor de Bettencourt de Santa Clara Gomes.
 Maria Madalena Xara Brasil Sasseti.
 Maria Manuel de Carvalho Marques Branco.
 Maria Margarida Arraiolos Cândido.
 Maria Miguel Sousa Galito.
 Maria Paula da Rocha Ferreira.
 Maria Raquel de Oliveira Martins.
 Marina Oliveira Borges Dias de Carvalho.
 Mário Rui Sanches Vítor de Sousa Martins.
 Marina da Silva Mourinha.
 Marta Alexandra Trigo Delgado Praça Jayes.
 Marta Sofia Verdasca de Andrade.
 Martim Pedro Júdice Maia de Loureiro.
 Miguel Corte-Real de Brito e Abreu.
 Nathalie Oliveira.
 Nuno Pereira de Magalhães.
 Nuno Rodrigues Carvalho.
 Pascoal Santos Pereira.
 Patrícia Maria dos Santos Real Cadeiras.
 Pedro Bartolomeu Santos Matos Perestrelo Pinto.
 Pedro Miguel da Costa Almeida.
 Pedro Miguel Teixeira de Sousa Marcelo Curto.
 Pedro Pio Riscado de Nabais Rapoula.
 Pedro Sanches Gomes de Albuquerque e Côte-Real.
 Pedro Severo de Almeida.
 Rafael de Almeida Rodrigues Pereira Gomes.
 Raquel Milano Morais Chantre.
 Ricardo Jorge Ribeiro Pereira.
 Rita Guerra Santos Tavares de Melo.
 Rita Isabel Monteiro Henriques.
 Rosa Lemos Tavares.
 Rosa Maria Futscher Pereira Podgorny.
 Rui Filipe Martins Vieira da Cunha.
 Sandra Cristina da Silva Moreira e Ferreira.
 Sandra Maria Vilhena Godinho.
 Sílvia Alexandra Dias Inácio.
 Sílvia Carina Ferreira Mira.
 Sofia Carlos Areias Teles.
 Sónia Cristina Chaves Franco.
 Susana Margarida Gonçalves Reis.
 Tânia Neves de Lemos Santos.
 Teresa de Santa Clara Oliveira Costa.
 Tiago Adão Alves Araújo.
 Tiago David Inácio de Jesus Abreu de Paulos.
 Tiago Silva Cabrita de Sousa.
 Tiago Torres Larsen.
 Vanda Cristina Ribeiro Baptista da Silva.
 Vera Lúcia Figueira Lourenço.
 Vítor Torres Pereira.

Candidatos não aptos:

Alfa Nair Rodrigues Campos.
 Alice da Conceição Monteiro Pita Brito da Cunha.
 Ana Guiomar de Sousa Machado da Costa Macedo.
 Ana Isabel Moreira da Cunha.
 Ana Paula de Almeida Pinto de Oliveira.
 Ana Rita Lobo Moura Taledo de Sousa.
 André São Marcos Barbado.
 António Pedro da Cunha Jorge.
 Bruno António Beato da Ascensão.
 Carlos Afonso Cavaleiro Sanches.
 Diogo Filipe Rodrigues.
 Dora Alexandra Esteves Martins.
 Francisco Xavier Santos Rodrigues da Silva.
 Franco António Simões Pascoalinho.
 Gonçalo Ferraz de Lima Sanchez da Motta.
 Hélder Luís da Silva dos Santos.
 Helena Margarida Costa Carrapiço.
 Isabel Sofia dos Santos dos Reis-Flood.
 Ivana Igneia Ferreira Semedo.
 Joana de Mascarenhas Gaivão.
 Joana Isabel de Noronha Brito Câmara.
 Joana Marques Pereira.
 Joana Rebocho Cândido Sousa Fialho.
 João Richard Fernandes da Costa.
 Jorge Manuel da Costa Freitas.
 José Manuel da Silva Correia.

José Rufino Guedes da Silva Dias.
Luís Filipe Mendes Macieira de Barros.
Lurdes Marques Silva Carneiro de Sousa.
Maria Celeste Perdigão Lourenço.
Maria da Graça Pestana Leão.
Maria Margarida Henriques de Vasconcelos.
Maria Susana Ferreira da Silva de Castro Mendes.
Maria Teresa da Conceição Almeida Marques Estaca.
Marina Sofia Silva Pires Pombo.
Marta Costa Figueira Abrantes Mendes.
Miguel da Silva Maia do Vale.
Mírza Abdul Carimo Mussa Ragú.
Nuno Filipe Cabrita Vieira Simões.
Nuno Miguel Limas Terrão.
Patrícia Alexandra Romeyro Mascarenhas Ribeiro da Silva.
Patrícia Roman-Rodrigues.
Pedro Miguel Feiteira Ferreira Braga.
Raquel Cristina Ferreira da Silva.
Sofia Maria do Carmo de Noronha Lopes.
Sónia de Melo Xavier.
Sónia João Sá e Silva.
Susana Manuela Santos Almeida.
Tito Ramos Damião Vieira Albernaz.

Candidatos excluídos por falta de comparência no exame psicológico de selecção:

António Carlos Guerreiro Diogo Montes.
Nuno Filipe Tavares Martins.

3 — A prova escrita de conhecimentos terá lugar no dia 15 de Janeiro (sábado) de 2005, nas instalações da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sitas na Alameda da Universidade, Lisboa, tendo o seu início às 10 horas e o seu termo às 13 horas.

4 — Nos termos do artigo 19.º do Regulamento, na prova escrita de conhecimentos será apresentada aos candidatos uma lista de quatro questões de cada um dos três grupos de matérias referidos no artigo 14.º, devendo os candidatos responder apenas e exclusivamente a duas questões, à sua escolha, pertencentes a grupos diferentes de matérias. O grupo de matérias que não tiver sido escolhido pelo candidato na prova escrita de conhecimentos será objecto de exame na prova oral de conhecimentos.

5 — Os candidatos considerados aptos nos termos da presente lista deverão estar presentes nas instalações da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no dia 15 de Janeiro (sábado) de 2005, às 9 horas da referida data, em ordem à sua distribuição pelas salas de prova.

6 — Para este efeito, os candidatos deverão consultar a informação afixada à entrada da Faculdade relativa aos espaços de realização da prova, e identificar a sala para onde se deverão dirigir.

7 — A distribuição dos candidatos é efectuada pela ordem alfabética do primeiro nome.

8 — A prova escrita de conhecimentos tem a duração máxima de três horas.

9 — Para a realização da prova os candidatos deverão munir-se de esferográfica ou caneta de tinta azul ou preta, com a qual deverão assinar a ficha de identificação.

10 — Os candidatos deverão apresentar aos responsáveis de sala o documento comprovativo da sua identidade — bilhete de identidade ou passaporte — e colocá-lo de forma visível sobre a mesa de prova.

11 — Não é permitida a consulta de dicionários, glossários ou outros suportes pedagógicos ou bibliográficos.

12 — Os candidatos não poderão por quaisquer meios comunicar entre si ou com qualquer outra pessoa estranha ao concurso, nem recorrer a qualquer tipo de documentação ou informação. A infracção ao anteriormente estipulado implicará a exclusão do concurso.

Durante a permanência na sala de prova os candidatos deverão desactivar os seus telemóveis e ou outros meios de comunicação de que sejam portadores, colocando-os de forma visível à sua direita.

13 — A lista dos candidatos aprovados na prova escrita de conhecimentos será objecto de publicação na 2.ª série do *Diário da República* e divulgada no endereço da Internet do MNE — www.min-nestrangeiros.pt.

14 — A referida lista indicará igualmente a data de realização das provas orais de conhecimentos, as quais decorrerão nas instalações do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Nos termos legais, as provas orais são públicas.

15 — Distribuição dos candidatos pelas salas de prova:

De Ágata Baudoin Santos Graça a Maria João Franco Coutinho — sala de estudo, piso 2;

De Maria José Pompeia Ramos dos Santos a Vítor Torres Pereira — sala 12.02, piso 2.

14 de Dezembro de 2004. — O Secretário-Geral, *Rui Quartim Santos*, embaixador.

Departamento Geral de Administração

Aviso n.º 12 106/2004 (2.ª série):

Maria Helena Prata Hipólito Fernandes, Fernanda Monteiro Ferreira, Maria Dulce Moço Galvão da Silva Catarro, Idalina Celeste Tavares Pedro Paula, Maria Celeste Peres Ricardo Nogueira, Maria do Rosário de Fátima dos Reis Borges, Ana Teresa Gonçalves Teixeira Governo Mateus, Maria de Lurdes Ferreira Capão, Maria Cristina Martins Ribeiro, Noémia de Matos Barros Matos Azinheira, António Manuel Barata Pires, José Carlos Dias Tomé, Ana Maria Sepúlveda Barreira Baião Furtado, Julieta Rodrigues Monteiro Calisto, Eduarda Coutinho de Freitas, Maria Joana de Almeida, Maria dos Santos Pereira Saavedra, Ana Cristina de Jesus Amaral Onofre, Teresa da Conceição Santos Coelho Silva, Manuela Maria Sarilho, Maria Teresa Conceição Monteiro de Paiva Ribeiro, Maria Ivone Donato Caetano, Cármen da Conceição Caiado Mendes, Maria Isabel Andrade Simões Veiga, Maria José do Amaral Santos Gomes Fonseca, Alexandra Maria da Silva dos Santos Queimado, Maria do Carmo Zeferino Silvestre, Maria do Carmo Clerigúinho Barão Delgado, Ana Maria da Conceição António de Sá, Francisco António Dias Brabo, Deolinda Maria Sampaio, Maria de Fátima Freitas Sousa Carneiro, Sérgio de Araújo Lira, Maria de Fátima Teixeira Barata, Maria de Fátima Bacelar Pires, Maria Eugénia Lopes e Maria Guiomar da Graça Pirra, assistentes administrativos principais do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal administrativo — despacho de 24 de Novembro de 2004 nomeando-os, por concurso, assistentes administrativos especialistas do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal administrativo, com efeitos à data do referido despacho.

Agostinho Manuel Rocha, assistente administrativo principal do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal administrativo, colocado na Embaixada de Portugal em Abuja — despacho de 24 de Novembro de 2004 nomeando-o assistente administrativo especialista do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com efeitos à data do referido despacho, continuando colocado na referida Embaixada.

José António Pereira Rosa, assistente administrativo principal do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal administrativo, colocado na Embaixada de Portugal em Rabat — despacho de 24 de Novembro de 2004 nomeando-o assistente administrativo especialista do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com efeitos à data do referido despacho, continuando colocado na referida Embaixada.

Marco Paulo Ferreira de Melo, assistente administrativo principal do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal administrativo, colocado na Embaixada de Portugal em Kiev — despacho de 24 de Novembro de 2004 nomeando-o assistente administrativo especialista do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com efeitos à data do referido despacho, continuando colocado na referida Embaixada.

Eduardo Luís Palma Gomes, assistente administrativo principal do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal administrativo, colocado na Embaixada de Portugal em Pequim — despacho de 24 de Novembro de 2004 nomeando-o assistente administrativo especialista do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com efeitos à data do referido despacho, continuando colocado na referida Embaixada.

Maria Modesta Santos Vital da Rocha Neves, assistente administrativa principal do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal administrativo, colocada na Embaixada de Portugal em Díli — despacho de 24 de Novembro de 2004 nomeando-a assistente administrativa especialista do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com efeitos à data do referido despacho, continuando colocada na referida Embaixada.

Ana Cristina André Martins, assistente administrativa principal do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal administrativo, colocada na Embaixada de Portugal em Camberra — despacho de 24 de Novembro de 2004 nomeando-a assistente administrativa especialista do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com efeitos à data do referido despacho, continuando colocada na referida Embaixada.

Rosa Maria Monteiro Morais Cambra, assistente administrativa principal do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal administrativo, colocada na Embaixada de Portugal em Luanda — despacho de 24 de Novembro de 2004 nomeando-a

assistente administrativa especialista do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com efeitos à data do referido despacho, continuando colocada na referida Embaixada.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Dezembro de 2004. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Portaria n.º 1346/2004 (2.ª série). — Nos termos das disposições conjugadas do artigo 158.º, n.º 2, do Código Civil, e do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, após publicação, por extracto, dos respectivos estatutos no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 272, de 25 de Novembro de 2002, e no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 230, de 29 de Setembro de 2004, ao abrigo do despacho de delegação de competências n.º 22 978/2004 (2.ª série), de 21 de Setembro de 2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 264, de 10 de Novembro de 2004.

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, reconhecer a Fundação Republicana.

9 de Dezembro de 2004. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, *António Paulo Martins Pereira Coelho*.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna

Louvor n.º 1048/2004. — Louvo a engenheira Maria Isabel Pereira Gomes Ortins de Bettencourt pela dedicação, competência e profissionalismo com que durante toda a sua carreira ao serviço do Estado e da Direcção-Geral de Viação desempenhou as suas funções, designadamente durante a sua comissão de serviço como directora do Serviço do Observatório de Segurança Rodoviária da Direcção-Geral de Viação.

No âmbito das suas atribuições estiveram incluídas responsabilidades de grande importância para a Direcção-Geral de Viação, nomeadamente a recolha e análise dos dados estatísticos referentes à sinistralidade rodoviária, a realização de estudos sobre o comportamento dos utentes da via pública e a promoção de acções de sensibilização e de informação dos cidadãos para as questões do trânsito e da segurança rodoviária, tarefas que a engenheira Isabel Ortins de Bettencourt sempre desempenhou com grande dedicação, elevado sentido de responsabilidade, zelo e profissionalismo. Realça-se a sua capacidade de trabalho e eficácia na forma como levou a cabo as funções que lhe estavam confiadas, bem como a disponibilidade que sempre manifestou no seu exercício.

Destaca-se também a sua participação na elaboração do Plano Nacional de Prevenção Rodoviária, tendo dado um importante e elevado contributo para a sua concretização.

Cabe ainda salientar que a engenheira Isabel Ortins de Bettencourt representou Portugal de forma muito prestigiosa em várias instituições comunitárias e internacionais no âmbito da segurança rodoviária, revelando-se sempre uma figura com profundo conhecimento das matérias e elevado sentido de Estado, facto, aliás, que testemunhei ser unanimemente reconhecido.

Possuidora de uma longa e brilhante carreira profissional na função pública ao serviço da Direcção-Geral de Viação, a engenheira Isabel Ortins de Bettencourt desempenhou as suas funções de forma a torná-la credora de reconhecido prestígio e respeito de quantos com ela trabalharam.

Pela sua reconhecida competência profissional, pelo elevado padrão de desempenho e pela lealdade do seu relacionamento institucional, é de inteira justiça e do meu muito agrado, na qualidade de Secretário de Estado da Administração Interna, prestar jus ao serviço prestado pela engenheira Isabel Ortins de Bettencourt, através de público louvor, e classificar o serviço público por ela prestado como relevante e muito distinto para o Estado Português.

10 de Dezembro de 2004. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *Nuno Miguel Miranda de Magalhães*.

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Aviso n.º 12 107/2004 (2.ª série). — Por despacho do 2.º comandante-geral de 29 de Novembro de 2004 (isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas), e nos termos da alínea c) do artigo 266.º do EMG NR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 265/93, de 31 de Julho, com a alteração que lhe foi dada pelo artigo 24.º do Decreto-Lei

n.º 504/99, é promovido ao posto de cabo por diuturnidade o soldado de infantaria n.º 1781246, José Manuel Alves, da brigada n.º 4, desta Guarda, contando a antiguidade e vencimentos do novo posto desde 3 de Outubro de 2004.

10 de Dezembro de 2004. — Pelo Chefe do Estado-Maior, *José Manuel da Costa Pereira*, COR INF/SubCEM.

Aviso n.º 12 108/2004 (2.ª série). — Por despacho do 2.º comandante-geral de 29 de Novembro de 2004 (isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas) e nos termos da alínea c) do artigo 266.º do EMG NR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 265/93, de 31 de Julho, com a alteração que lhe foi dada pelo artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 504/99, é promovido ao posto de cabo por diuturnidade o soldado de infantaria n.º 1826338, José Carlos Sousa Simões, da brigada n.º 2, desta Guarda, contando a antiguidade e vencimentos do novo posto desde 25 de Outubro de 2004.

10 de Dezembro de 2004. — Pelo Chefe do Estado-Maior, *José Manuel da Costa Pereira*, COR INF/SubCEM.

Rectificação n.º 2371/2004. — Por ter sido publicado com erro o despacho n.º 23 962/2004 (2.ª série) no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 273, de 20 de Novembro de 2004, rectifica-se que onde se lê «Alvarinho Manuel de Jesus Ferreira de Castro» deve ler-se «Alvarinho Manuel de Jesus Ferreira de Castro».

9 de Dezembro de 2004. — O Chefe do Estado-Maior, *Rui Alexandre Cardoso Teixeira*, major-general.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 27 137/2004 (2.ª série). — Por despacho do Secretário Regional dos Assuntos Sociais e do Ministro da Administração Interna de 25 de Junho e de 22 de Outubro de 2004, respectivamente:

Margarida Carvalho Câmara Ferreira — autorizada a transferência da assistente administrativa especialista do quadro de pessoal do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, na mesma categoria (escalão 2, índice 280), para o quadro de pessoal com funções não policiais da Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública, para desempenhar funções no Comando Equiparado da Polícia de Segurança Pública de Ponta Delgada. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Dezembro de 2004. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *João Carlos de Jesus Filipe Ribeiro*, subintendente.

Governo Civil do Distrito de Viseu

Aviso n.º 12 109/2004 (2.ª série). — Nos termos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e por despacho de 10 de Dezembro de 2004 do Secretário do Governo Civil do Distrito de Viseu, faz-se público que foi autorizada, no todo, a recuperação do vencimento de exercício perdido por falta ao serviço devidamente comprovada por atestado médico à funcionária Fernanda Rodrigues Alves, com a categoria de assistente administrativa especialista do quadro, 11 dias (de 18 a 28 de Novembro de 2004).

13 de Dezembro de 2004. — A Secretária, *Maria Fernanda Pais Correia Sampaio Sobral Amaral*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho (extracto) n.º 27 138/2004 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Dezembro de 2004 do Secretário de Estado da Administração Interna:

Licenciada Verónica Maria Haran Nogueira, especialista superior de nível 4, da carreira de apoio à investigação e fiscalização do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras — designada, em comissão de serviço, pelo período de três anos renováveis, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, para o cargo de chefe do Núcleo Regional de Vistos e Autorizações de Residência da Direcção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, nos termos do n.º 2 do artigo 68.º

do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Dezembro de 2004. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 27 139/2004 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Dezembro de 2004 do Secretário de Estado da Administração Interna:

Licenciada Sandra Maria de Sousa Trindade Oliveira, inspectora de nível 1, da carreira de investigação e fiscalização do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras — designada em comissão de serviço, pelo período de três anos renováveis, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, para o cargo de chefe do Departamento Regional de Emissão de Documentos da Direcção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, nos termos do n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro.

Nos termos do mesmo preceito legal, dou por finda a comissão de serviço da referida inspectora no cargo de chefe do Núcleo Regional de Vistos e Autorizações de Residência da Direcção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, inclusive. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Dezembro de 2004. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 27 140/2004 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonerado, a seu pedido, a licenciada Maria Antónia Pereira Leite Freitas Moura Anes, especialista superior da Polícia Judiciária, das funções de adjunta do meu Gabinete, com efeitos a 6 de Dezembro de 2004.

10 de Dezembro de 2004. — O Ministro da Justiça, *José Pedro Aguiar Branco*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 27 141/2004 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Dezembro de 2004 do subdirector-geral, no uso da delegação de competências (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 203, de 3 de Setembro de 2003):

Francisco José Casanova da Rosa Caridade, escrivão auxiliar, da 8.ª Vara Cível de Lisboa — exonerado, a seu pedido, com efeitos a partir de 10 de Dezembro de 2004.

13 de Dezembro de 2004. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 27 142/2004 (2.ª série). — Por meu despacho de 17 de Dezembro de 2004:

Nomeados, precedendo concurso, na categoria de chefe do corpo da guarda prisional, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, os seguintes subchefes:

António Gouveia Agostinho Pires, António José Oliveira Teixeira, António Manuel Cunha Martins, António Mário Farias Quadrado, Arménio Manuel Cruz Lourenço, Carlos Fernando Azeves Silva Guimarães, Fernando Manuel Cepêda, Fernando Santos Margalho, Francisco Santos Duarte, Gabriel Antunes Vaz, Joaquim Eduardo Ferreira Sousa, João Carlos Almeida Miranda Costa, Jorge Manuel Santos Penacho, José Augusto Reis Zambujeira, José Fausto Sousa, José Luís Messias Pereira, José Manuel Carapinha Gordo, José Manuel Neves Faustino, José Manuel Santos Teodoro, Manuel Bernardino Sousa, Marçal Oliveira Ribeiro Dias, Mário João Gameiro Oliveira, Mateus Gonçalves Dias, Paulo Manuel Carvalho Dias, subchefes principais, escalão 2, índice 235, no escalão 2, índice 265.

António Pinto Onofre, subchefe principal, escalão 1, índice 230, no escalão 1, índice 240.

António Vítor Marcos Sousa, subchefe principal, escalão 4, índice 250, no escalão 2, índice 265.

Augusto José Neves Pereira, subchefe, escalão 4, índice 225, no escalão 1, índice 240.

17 de Dezembro de 2004. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça

Despacho n.º 27 143/2004 (2.ª série). — 1 — Por meu despacho de 3 de Novembro de 2004, e nos termos do n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, foi determinado o início de procedimento tendente ao recrutamento de titular para o cargo de director de serviços de Organização e Sistemas de Informação da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça, criado pelo Decreto-Lei n.º 101/2001, de 29 de Março, cargo que se encontrava provido em regime de substituição por cessação da comissão de serviço do anterior titular.

2 — Tendo sido publicado o anúncio legalmente previsto na bolsa de emprego público e no jornal *Público* de 9 de Novembro de 2004, foram recebidas quatro candidaturas.

3 — Analisadas essas candidaturas, verifica-se que dois candidatos possuem currículos que evidenciam perfis nitidamente superiores aos dos outros dois e equivalentes entre si, em termos de competência técnica e de aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo. No entanto, o especialista de informática António José Rodrigues Ribeiro, do quadro de pessoal do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, tem sobre o outro candidato a vantagem de um maior e, sobretudo, mais recente conhecimento da rede informática do Ministério da Justiça e do seu funcionamento, condição de preferência nos termos do aviso oportunamente publicado. É, pois, o candidato que, tudo ponderado, apresenta o perfil mais adequado ao pretendido pela Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça.

4 — O especialista de informática António José Rodrigues Ribeiro reúne as condições de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo exigidas pelo n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, como resulta do *curriculum vitae* em anexo.

Por outro lado, ainda que o mesmo não possa ser nomeado ao abrigo do disposto nesse n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, por a sua licenciatura em universidade estrangeira não ter sido objecto de reconhecimento em Portugal, sendo especialista de informática preenche, por maioria de razão, os requisitos exigidos pelo n.º 2 do mesmo artigo para dirigir uma unidade orgânica cujas funções são essencialmente asseguradas por técnicos de informática (o quadro de pessoal da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça, aprovado pela Portaria n.º 1216/2001, de 23 de Outubro, no grupo de pessoal de informática só prevê, aliás, lugares de técnico de informática).

5 — Assim, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e 12.º, 23.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 101/2001, de 29 de Março, nomeio o especialista de informática António José Rodrigues Ribeiro, do quadro de pessoal do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, para o cargo de director de serviços de Organização e Sistemas de Informação da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça.

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, a presente nomeação é feita em comissão de serviço pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, e por urgente conveniência de serviço, a partir da data deste despacho.

13 de Dezembro de 2004. — O Inspector-Geral, *António Nadais*.

ANEXO

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — António José Rodrigues Ribeiro;
Naturalidade — Angola;
Nacionalidade — portuguesa;
Data de nascimento — 18 de Fevereiro de 1954;
Estado civil — casado (um filho).

Formação académica — licenciatura em Engenharia de Sistemas Computacionais, UNISA — University of South Africa.

Nota. — Curso não reconhecido em Portugal.

Situação profissional — especialista de informática do grau 2, nível 2, do quadro do pessoal do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça desde Novembro de 2003.

Actividade profissional:

- De Setembro de 2004 até à presente data, exerce as funções de director de serviços de Organização e Sistemas de Informação, na IGSJ, em regime de substituição;
- De Novembro de 2003 a Setembro de 2004, exerceu as funções de especialista de informática do grau 2, nível 2, no ITIJ;
- De Dezembro de 2000 a Agosto de 2002, exerceu as funções de subdirector de Tecnologias de Informação na ONI;
- De Maio de 1993 a Dezembro de 2000, exerceu as funções de director de Sistemas de Informação na Time Sharing, S. A.;
- De Janeiro de 1979 a Maio de 1993, exerceu as funções de técnico superior de informática na DGSJ;
- De Janeiro de 1974 a Maio de 1979, exerceu as funções de programador na Inspeção-Geral de Créditos e Seguros de Angola.

Conhecimentos e experiência:

- Bons conhecimentos sobre tecnologias de informação adquiridos através dos cursos frequentados e fruto da experiência de cerca de 25 anos, quer na área de desenvolvimento de aplicações quer como engenheiro de sistemas, em ambientes VM e ou MVS, em equipamentos IBM, 30XX, ES/9000 e outros;
- Larga experiência na coordenação de equipas técnicas multidisciplinares adquirida através dos projectos e actividades desenvolvidos ao longo da carreira;
- Experiência na área de gestão, na elaboração de planos de negócios e de meios, consubstanciados em orçamentos de exploração;
- Experiência de gestão de áreas de exploração de sistemas e suporte, com implementação de processos operacionais de suporte ao negócio;
- Experiência no planeamento e implementação de PCO — Plano de Continuidade Operacional, baseado em planos de Disaster Recovery adequados às necessidades de negócio da empresa.

Formação profissional — frequência de cursos nas seguintes áreas (com experiência em muitas delas):

Linguagens de programação:

COBOL/COBOL II, ASSEMBLER, PASCAL e «C»;

Sistemas operativos, ferramentas e outros:

VM/XA e VM/ESA;
MVS/OS390;
AS/400;
UNIX;
Windows NT;
DB2 e SQLDS;
UNIX;
ORACLE;
INFORMIX;
Programação de sistemas;
Metodologia NAVIGATOR (Ernst & Young);
Gestão de projectos (Ernst & Young).

MINISTÉRIO DAS CIDADES, ADMINISTRAÇÃO LOCAL, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Inspeção-Geral da Administração do Território

Aviso n.º 12 110/2004 (2.ª série). — 1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, e 64/87, de 6 de Fevereiro, na redacção do Decreto-Lei n.º 99/89, de 29 de Março, faz-se público que, por despacho do inspector-geral da Administração do Território de 9 de Dezembro de 2004, proferido nos termos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para preenchimento de quatro lugares de inspector principal do quadro da Inspeção-Geral da Administração do Território, a que se refere o anexo IV do Decreto-Lei n.º 272/91, de 7 de Agosto, conjugado com a alínea c) do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto n.º 112/2001, de 6 de Abril, e do Decreto Regulamentar n.º 5/2003, de 14 de Março.

2 — Legislação aplicável:

- a) Decreto-Lei n.º 64/87, de 6 de Fevereiro;
- b) Decreto-Lei n.º 99/89, de 29 de Março;

- c) Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
- d) Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- e) Decreto-Lei n.º 141/2001, de 24 de Abril;
- f) Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de Abril;
- g) Decreto Regulamentar n.º 5/2003 de 14 de Março.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido apenas para o preenchimento dos lugares acima referidos e cessa com o seu preenchimento.

4 — Conteúdo funcional — o previsto nos artigos 3.º, 8.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 64/87, de 6 de Fevereiro, na redacção do Decreto-Lei n.º 121-A/90, de 12 de Abril.

5 — O local de trabalho abrange todo o continente, podendo estabelecer-se, mediante despacho do inspector-geral, a residência habitual em localidade diferente da sede da Inspeção-Geral da Administração do Território, a fim de exercer a acção inspectiva, preferencialmente na área do respectivo distrito [artigo 20.º, alínea i), do Decreto-Lei n.º 64/87, de 6 de Fevereiro].

6 — Vencimento — o resultante da aplicação dos Decretos-Leis n.ºs 112/2001, de 6 de Abril, e 353-A/89, de 16 de Outubro, e Decreto Regulamentar n.º 5/2003, de 14 de Março, acrescido do suplemento de função inspectiva, nos termos do artigo 12.º do citado Decreto-Lei n.º 112/2001, e demais regalias sociais atribuídas à função pública.

7 — Requisitos de admissão ao concurso:

7.1 — Requisitos gerais — satisfazer as condições previstas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

7.2 — Requisitos especiais — reunir as condições previstas no artigo 3.º, alínea c), do Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de Abril, conjugado com o Decreto Regulamentar n.º 5/2003, de 14 de Março.

8 — Método de selecção:

8.1 — O método de selecção a utilizar é a avaliação curricular.

8.2 — Na avaliação curricular serão apreciados os seguintes factores:

- Habilitações literárias;
- Formação profissional;
- Experiência profissional;
- Classificação de serviço;

sendo considerado factor de preferência a experiência profissional em organismos da área inspectiva e na área funcional definida nos artigos 3.º, 8.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 64/87, de 6 de Fevereiro, na redacção do Decreto-Lei n.º 121-A/90, de 12 de Abril.

9 — Sistema de classificação dos candidatos — o definido nos artigos 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta da reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

10 — As respectivas listas de candidatos e de classificação final do concurso serão afixadas na sede da Inspeção-Geral, indicada no n.º 11.

11 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento em papel normalizado, dirigido ao inspector-geral da Administração do Território, Rua de Filipe Folque, 44, 1069-123 Lisboa, entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, dele devendo constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação emissor), situação militar, número fiscal, residência, código postal e telefone);
- b) Habilitações literárias;
- c) Categoria;
- d) Tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública;
- e) Tipo de vínculo (nomeação definitiva, provisória, contrato, etc.);
- f) Classificação de serviço.

12 — Os requerimentos de admissão a concurso deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, dactilografado em papel A4, donde constem os seguintes elementos: habilitações profissionais (especializações, estágios, seminários, acções de formação, etc.), experiência profissional, indicação dos serviços onde os candidatos têm exercido funções e a descrição daquelas que revelarem mais interesse para o lugar a que se candidatam e quaisquer outros elementos que os candidatos entendam apresentar por serem relevantes para a apreciação do seu mérito;

- b) Certificado de habilitações literárias;
- c) Certificado ou declarações autenticadas das habilitações profissionais;
- d) Declaração emitida pelo respectivo serviço, ou organismo, comprovando a categoria de que o candidato é titular, o vínculo à função pública e a natureza inequívoca do mesmo, tempo de serviço contado à data da publicação do presente aviso, na categoria, na carreira e na função pública, calculado nos termos do artigo 94.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- e) Declaração emitida pelo serviço ou organismo onde o concorrente preste actividade, especificando pormenorizadamente as tarefas inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo candidato, para a avaliação da identidade ou afinidade do conteúdo funcional;
- f) Fotocópias autenticadas das fichas de notação ou dos despachos de classificação de serviço dos últimos três anos;
- g) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar por serem relevantes para apreciação do seu mérito.

13 — Os candidatos que prestem serviço nesta Inspeção-Geral ficam dispensados da apresentação dos documentos relativos a elementos que já existam nos respectivos processos individuais, como se permite nos n.ºs. 5 e 6 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, devendo tal facto ser expressamente declarado no requerimento de admissão ao concurso.

14 — O disposto no n.º 12 do presente aviso não impede que o júri possa exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação descrita, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

15 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

16 — Em cumprimento da alínea *h)* do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

17 — A composição do júri será a seguinte:

Presidente — Maria do Patrocínio Baltazar da Paz Ferreira Perestrelo de Oliveira, subinspector-geral da Inspeção-Geral da Administração do Território.

Vogais efectivos:

Júlio José Marques Moreira, inspector superior principal da Inspeção-Geral da Administração do Território, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos.
Isabel Maria Loução, inspectora principal da mesma Inspeção-Geral.

Vogais suplentes:

António José de Aguiar Pedro, inspector superior principal da mesma Inspeção-Geral.
Fernando Jorge Regueira Gama, inspector superior principal da mesma Inspeção-Geral.

13 de Dezembro de 2004. — O Inspector-Geral, *Raul Melo Santos*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E FLORESTAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 27 144/2004 (2.ª série). — Considerando o despacho n.º 12 248/2004, datado de 30 de Abril, do então Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 146, de 23 de Junho de 2004, pelo qual a Direcção de Serviços de Qualificação e Associativismo e o Centro de Formação Gil Vaz passaram a funcionar junto da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura;

Considerando, igualmente, o despacho n.º 12 249/2004, datado de 28 de Maio de 2004, do então Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 146, de 23 de Junho de 2004, que fez transitar a Herdade de Gil Vaz e Carrapatal para o património imobiliário da Secretaria-Geral deste Ministério;

Considerando que o ano económico em curso e respectivos orçamentos dos organismos envolvidos não previram a alteração orgânica entretanto ocorrida:

Determino:

1 — Por motivos de ordem orçamental, até 31 de Dezembro de 2004, o Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHA)

deverá continuar a assegurar todas as despesas e receitas inerentes ao normal funcionamento da herdade de Gil Vaz e Carrapatal, da Direcção de Serviços de Qualificação e Associativismo, bem como do Centro de Formação Gil Vaz, competindo à Secretaria-Geral o desenvolvimento normal dos procedimentos administrativos.

2 — O presente despacho produz efeitos desde a data da publicação dos despachos anteriores.

1 de Outubro de 2004. — O Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas, *Carlos Henrique da Costa Neves*.

Despacho n.º 27 145/2004 (2.ª série). — Considerando a necessidade de garantir as adequadas condições de funcionamento dos serviços e organismos do Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas, em ordem a possibilitar a eficácia de resultados que lhes é exigível, ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo:

1 — Delego no director-geral das Pescas e Aquicultura, licenciado em Direito Eurico José Gonçalves Monteiro, dentro dos limites legalmente estabelecidos, competência para a prática dos seguintes actos, no âmbito das atribuições do respectivo organismo:

1.1 — Assegurar o desenvolvimento do Banco Nacional de Dados da Pesca (BNDP) e a expansão do sistema de informação das pescas nas suas diversas componentes de cobertura regional e nacional;

1.2 — Autorizar a aquisição, construção, modificação e afretamento das embarcações de pesca, bem como a aquisição ou modificação de embarcações de outras actividades para o registo como embarcações de pesca, tendo em conta as seguintes condicionantes:

- a) Garantia de uma gestão adequada do esforço de pesca, ajustando-o aos recursos efectivamente disponíveis;
- b) Progressiva redução de artes e práticas de pesca lesivas para os pesqueiros e recursos;
- c) Observância dos objectivos fixados para a capacidade da frota.

1.3 — Autorizar a aquisição ou modificação de embarcações de pesca para registo como embarcações de outro tipo, classe ou categoria;

1.4 — Fixar áreas de operação mais restritas para embarcações de pesca costeira registadas no continente;

1.5 — Autorizar embarcações de pesca costeira registadas nos portos do continente a exercerem a sua actividade fora da área definida por lei, nos termos nela permitidos;

1.6 — Atribuir quotas máximas de captura, por embarcação, grupo de embarcações ou organização de produtores, tendo em conta a condição em que se encontram os recursos;

1.7 — Autorizar a mudança de proponente ou a reafecção de subsídios já concedidos, desde que se verifiquem os respectivos pressupostos legais e não resulte aumento de encargos para o Estado;

1.8 — Autorizar o pagamento de subsídios respeitantes a projectos aprovados que deram origem à assunção de compromissos financeiros;

1.9 — Autorizar a libertação e ou substituição das garantias constituídas para assegurar a concretização de quaisquer projectos, desde que se verifiquem os pressupostos previstos nos dispositivos de aprovação dos mesmos e não resulte enfraquecida a posição credora do Estado;

1.10 — Autorizar pequenos ajustamentos de carácter técnico aos projectos aprovados, desde que os mesmos não comprometam os objectivos que presidiram à respectiva aprovação;

1.11 — Autorizar ajustamentos para menos de subsídios atribuídos, desde que os projectos correspondentes tenham sido executados em conformidade com o aprovado ou com alterações previamente autorizadas;

1.12 — Autorizar a inscrição da Direcção-Geral em organismos internacionais e o pagamento dos respectivos encargos;

1.13 — Autorizar o uso em serviço de veículo próprio;

1.14 — Autorizar viaturas do Estado a circular fora do território nacional;

1.15 — Autorizar deslocações no âmbito da União Europeia e dentro dos condicionalismos legais;

1.16 — Autorizar a concessão de abonos, antecipados ou não, de ajudas de custo e o pagamento de transportes, incluindo avião e carros de aluguer, dentro dos condicionalismos legais;

1.17 — Conceder licenças sem vencimento por um ano;

1.18 — Assinar termos de aceitação ou conferir posse ao pessoal por mim nomeado.

2 — Delego no conselho administrativo do supra-referenciado organismo os poderes para a prática dos seguintes actos:

2.1 — Autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços a que se refere a alínea *c)* do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o n.º 3 do artigo 28.º do mesmo diploma, até ao limite de € 249 398,95;

2.2 — Autorizar despesas relativas à execução de planos plurianuais legalmente aprovados, a que se refere a alínea *c)* do n.º 3 do artigo 17.º

do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o n.º 3 do artigo 28.º do mesmo diploma, até ao limite de € 997 595,79;

2.3 — Autorizar despesas com dispensa de celebração de contrato escrito, nas condições previstas no artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao limite de € 59 855,75;

2.4 — Autorizar despesas com arrendamento de imóveis nos termos do disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao limite de € 49 879,79;

2.5 — Autorizar as despesas resultantes das indemnizações a terceiros ou da recuperação de bens afectos ao serviço danificados por acidentes com intervenção de terceiros, até ao limite de € 4987,98;

2.6 — Autorizar o processamento de despesas resultantes de acidentes em serviço, até ao limite de € 4987,98.

3 — Autorizo o dirigente acima mencionado a subdelegar, no todo ou em parte, dentro dos condicionalismos legais, as competências que lhe são conferidas por este despacho.

4 — Pelo presente despacho ratifico todos os actos praticados pelo director-geral das Pescas e Aquicultura entre 17 de Julho de 2004 e a data da publicação do presente despacho.

10 de Dezembro de 2004. — O Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas, *Carlos Henrique da Costa Neves*.

Despacho n.º 27 146/2004 (2.ª série). — Pela Portaria n.º 564/90, de 19 de Julho, foi aprovado o Regulamento de Pesca no Rio Mondego, o qual prevê, no n.º 1 do artigo 7.º, a possibilidade de serem fixados anualmente, por despacho, os períodos de defeso para cada uma das espécies capturáveis.

Assim, considerando o proposto pela Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, sob parecer do Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, ouvida a Capitania do Porto da Figueira da Foz, determino o seguinte:

São fixados os seguintes períodos de defeso para o ano de 2005:

- 1) Para a pesca da lampreia — de 15 de Abril a 31 de Dezembro, inclusive;
- 2) Para a pesca do sável — de 1 de Janeiro a 15 de Março e de 1 de Junho a 31 de Dezembro, inclusive.

15 de Dezembro de 2004. — O Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas, *Carlos Henrique da Costa Neves*.

Despacho n.º 27 147/2004 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo das disposições conjugadas no n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 75/96, de 18 de Junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 166/2000, de 8 de Agosto, e no artigo 39.º do Decreto Regulamentar n.º 13/97, de 6 de Maio, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 80/2004, de 10 de Abril, nomeio, para exercerem as funções de supervisores dos agrupamentos de zonas agrárias, na área da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, os seguintes funcionários:

- a) Agrupamento de Zonas Agrárias do Alto Trás-os-Montes — engenheiro Adelino Augusto Bernardo;
- b) Agrupamento de Zonas Agrárias do Nordeste — engenheira Adelaide da Conceição Miranda Fernandes;
- c) Agrupamento de Zonas Agrárias do Douro Távora — engenheira Rosa Florinda Bastos Andrade;
- d) Agrupamento de Zonas Agrárias do Douro Superior — engenheiro Júlio Fernando Amado Félix.

2 — Revogo o despacho n.º 2492/97 (2.ª série), de 21 de Junho.

15 de Dezembro de 2004. — O Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas, *Carlos Henrique da Costa Neves*.

Despacho n.º 27 148/2004 (2.ª série). — Considerando que se torna necessário garantir uma adequada celeridade e eficácia às decisões administrativas, delego, ao abrigo dos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, no secretário-geral do Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas, licenciado Carlos Rui Viana de Carvalho, a competência para a prática dos seguintes actos, no âmbito do respectivo organismo:

- 1) Autorizar despesas eventuais de representação dos serviços até ao montante de € 2 493,99;
- 2) Autorizar o processamento de despesas resultantes de acidentes em serviço até ao limite de € 7 481,97;
- 3) Autorizar o procedimento de despesas até € 14 963,94 resultantes de danos produzidos por viaturas do Ministério;
- 4) Autorizar deslocações no âmbito da União Europeia dentro dos condicionalismos legais;
- 5) Autorizar viaturas do Estado a atravessar a fronteira;
- 6) Autorizar a definição da configuração de equipamento informático dos vários serviços do Ministério, desde que integrados no plano geral global de informática;

7) Aprovar listas de transição de pessoal, bem como os respectivos procedimentos subsequentes;

8) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário para além do número de horas previsto no n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, conjugado com a alínea d) do n.º 3 do mesmo artigo;

9) Autorizar a prestação de trabalho em dias de descanso semanal, de descanso complementar e feriados, a que se refere o n.º 1 do artigo 33.º do mesmo decreto-lei;

10) Autorizar o regime de prestação de trabalho designado por semana de quatro dias, no âmbito do Decreto-Lei n.º 325/99, de 18 de Agosto;

11) Autorizar a concessão de licenças sem vencimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio, e o regresso à actividade, bem como o regime de acumulação e o exercício de actividades privadas;

12) Assinar despachos conjuntos para aprovação de programas de provas, gerais e específicas, no âmbito do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

13) Subdelegar, em conformidade com as disposições legais, aplicáveis, no todo ou em parte, as competências que lhe são conferidas por este despacho.

Pelo presente despacho ratifico todos os actos praticados pelo secretário-geral no âmbito dos poderes ora delegados, entre a data de produção de efeitos do Decreto-Lei n.º 215-A/2004, de 3 de Setembro, e a data de publicação deste despacho.

16 de Dezembro de 2004. — O Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas, *Carlos Henrique da Costa Neves*.

Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola

Listagem n.º 221/2004. — *Lista nominativa de transição de pessoal do quadro do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA) que, por despacho de 6 de Dezembro de 2004 do vogal do conselho de administração do INGA e do IFADAP Dr. José António da Ponte Zeferino, foi reclassificado, nos termos da alínea d) do artigo 4.º e do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro:*

Nome — Glória Maria Fonseca Gomes;

Situação actual:

Grupo de pessoal — técnico-profissional;
Carreira — técnico-profissional;
Categoria — técnico profissional de 1.ª classe;
Escala — 1;
Índice — 215;

Situação para que transita:

Grupo de pessoal — técnico superior;
Carreira — consultor jurídico;
Categoria — consultor jurídico de 2.ª classe;
Escala — 1;
Índice — 400.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Dezembro de 2004. — O Director-Coordenador, *Damasceno Dias*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Direcção Regional de Educação do Centro

Agrupamento de Escolas Grão Vasco

Aviso n.º 12 111/2004 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada em todas as escolas deste Agrupamento a lista de antiguidade do pessoal docente relativa a 31 de Agosto de 2004.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação.

14 de Dezembro de 2004. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Inês Mateus Ribeiro de Campos*.

Agrupamento de Escolas da Guia

Rectificação n.º 2372/2004. — Por ter sido publicada com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 287, de 9 de Dezembro de 2004 a lista de antiguidade do pessoal docente deste Agrupamento de Escolas, rectifica-se que onde se lê «reportada a 31 de Agosto de 2003» deve ler-se «reportada a 31 de Agosto de 2004».

16 de Dezembro de 2004. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Isabel Santos Duarte Pereira*.

Agrupamento Marquês de Pombal

Aviso n.º 12 112/2004 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e do n.º 1 do artigo 132.º do Estatuto da Carreira Docente, faz-se público que se encontram afixadas no *placard* da sala de professores as listas de antiguidade do pessoal docente pertencente a este Agrupamento de Escolas, reportada a 31 de Agosto de 2004.

Nos termos do artigo 96.º do mesmo diploma, os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

15 de Dezembro de 2004. — O Presidente do Conselho Executivo, *António José Cardoso Pires da Silva*.

Direcção Regional de Educação de Lisboa

Escola Básica Integrada do Carregado

Aviso n.º 12 113/2004 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para os devidos efeitos, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da sala dos professores desta Escola a lista de antiguidade do pessoal docente reportada a 31 de Agosto de 2004.

Os professores dispõem de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República*, para reclamar ao dirigente máximo do serviço.

17 de Dezembro de 2004. — O Presidente do Conselho Executivo, *Carlos de Magalhães Barrosos*.

Agrupamento de Escolas Paulo da Gama

Aviso n.º 12 114/2004 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, conjugado com a circular n.º 30/98/DEGRE, de 3 de Novembro, torna-se público que se encontram afixadas no átrio da entrada da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos Paulo da Gama as listas de antiguidade do pessoal docente reportadas a 31 de Agosto de 2004.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso para reclamação, nos termos do artigo 96.º do referido decreto-lei.

14 de Dezembro de 2004. — O Presidente da Comissão Provisória, *Carlos Manuel Pereira Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

Inspeção-Geral da Ciência e do Ensino Superior

Despacho n.º 27 149/2004 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, de acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 20.º do referido diploma legal e observada a tramitação imposta pelo n.º 1 do primeiro dos citados preceitos, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, no cargo de director de serviços da Direcção de Serviços Técnicos da Inspeção-Geral da Ciência, Inovação e Ensino Superior, previsto no mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 149/2003, de 11 de Julho, o licenciado António Manuel Quintas Neves, inspector de finanças principal da carreira de inspeção de alto nível do quadro de pessoal da Inspeção-Geral de Finanças, cujo currículo em anexo evidencia a correspondência ao perfil pretendido para prossecução das atribuições e objectivos do serviço.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Janeiro de 2005 e por urgente conveniência de serviço.

16 de Dezembro de 2004. — A Subinspectora-Geral, em substituição do Inspector-Geral, *Maria Helena Sil de Almeida Dias Ferreira*.

ANEXO

Nome — António Manuel Quintas Neves.
Naturalidade — Pena, Lisboa.

Data de nascimento — 31 de Julho de 1969.

Formação académica — licenciatura em Economia pela Universidade Católica Portuguesa (Lisboa).

Actividade profissional na Inspeção-Geral de Finanças (IGF) — realização de auditorias financeiras, auditorias à gestão e auditorias de sistemas no âmbito de fundos comunitários (FSE e FEDER) em organismos públicos:

- 1) Inspector de finanças principal desde 3 de Setembro de 1998;
- 2) Inspector de finanças desde 13 de Dezembro de 1994;
- 3) Inspector de finanças estagiário desde 27 de Setembro de 1993.

Formação profissional — frequência de diversas acções que incidiram, essencialmente, sobre:

Auditoria — financeira, de gestão e de desempenho;

Contabilidade — pública e patrimonial;

Informática — ambiente Windows e UNIX;

Direito administrativo — empreitadas de obras públicas e aquisições de bens e serviços;

Fiscalidade.

Observatório da Ciência e do Ensino Superior

Despacho n.º 27 150/2004 (2.ª série). — 1 — Ana Paula Coelho Fernandes Severo Gravito, assistente de investigação, a exercer funções no Observatório da Ciência e do Ensino Superior (OCES), requereu, ao abrigo do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 272/88, de 3 de Agosto, e 124/99, de 20 de Abril, a equiparação a bolseiro no País, com dispensa total do exercício de funções, por um período de três meses, com início a 1 de Outubro de 2004.

2 — A dispensa solicitada tem como finalidade a dedicação a tempo inteiro à fase final de preparação da sua dissertação de doutoramento que incide sobre o tema «O ensino experimental das ciências em Portugal».

3 — Reconhecido o interesse do trabalho a realizar pela proponente, por serem atribuições do OCES contribuir para a definição e planeamento da política para a ciência e para o ensino superior, bem como, proceder a análises periódicas de desempenho dos sistemas nacionais de ciência e de ensino superior e por estarem preenchidos os demais requisitos legais aplicáveis nos termos do Decreto-Lei n.º 272/88, é autorizada a equiparação a bolseiro da requerente, com dispensa total do exercício de funções, por mais um período de três meses a contar do próximo dia 1 de Janeiro de 2005.

4 — É também autorizada a equiparação a bolseiro, com dispensa total do exercício de funções e com perda de vencimento no período compreendido entre 1 de Abril de 2005 e 1 de Abril de 2006.

9 de Dezembro de 2004. — A Directora, *Teresa de Lemos*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Centro

Sub-Região de Saúde de Aveiro

Rectificação n.º 2373/2004. — Por ter saído com inexactidão a seguir se rectifica o n.º 4 do aviso de abertura de concurso interno de ingresso para provimento de cinco lugares de assistente de clínica geral publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 292, de 15 de Dezembro de 2004.

Assim, onde se lê «4 — Requisitos de admissão ao concurso — podem candidatar-se a este concurso todos os médicos vinculados ou não à função pública que satisfaçam:» deve ler-se «4 — Requisitos de admissão ao concurso — podem candidatar-se a este concurso todos os médicos vinculados à função pública que satisfaçam:».

16 de Dezembro de 2004. — O Coordenador, *Paulo Jorge Maia*.

Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento

Deliberação n.º 1492/2004. — A firma Astrazeneca Produtos Farmacêuticos, L.^{da}, titular da autorização de introdução no mercado (AIM) do medicamento *Accolate, Comprimido Revestido 40 mg*, concedida em 5 de Março de 1998, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 2627180, 2627388, requereu ao INFARMED a renovação do mesmo, conforme ofício em anexo.

Ao abrigo da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 140.º do CPA, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar a AIM do medicamento supramencionado e anular o respectivo registo no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

2 de Dezembro de 2004. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel M. Neves Dias*, vogal — *Alexandra Bordalo*, vogal.

Deliberação n.º 1493/2004. — A firma Farmacox — Companhia Farmacêutica, L.^{da}, titular da autorização de introdução no mercado (AIM) dos medicamentos:

- Acoxin*, suspensão oral 12,5 mg/5 ml, concedida em 12 de Junho de 2001;
- Acoxin*, suspensão oral 25 mg/5 ml, concedida em 12 de Junho de 2001;
- Acoxin*, comprimido 12,5 mg, concedida em 12 de Junho de 2001;
- Acoxin*, comprimido 25 mg, concedida em 12 de Junho de 2001;
- Triox*, comprimido 25 mg, concedida em 5 de Março de 2002;
- Triox*, comprimido 50 mg, concedida em 5 de Março de 2002;

requereu ao INFARMED a revogação dos mesmos.

Ao abrigo da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar as AIM dos medicamentos supramencionados e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

2 de Dezembro de 2004. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel M. Neves Dias*, vogal — *Alexandra Bordalo*, vogal.

Deliberação n.º 1494/2004. — A firma Lilly Farma — Produtos Farmacêuticos, L.^{da}, titular da autorização de introdução no mercado (AIM) dos medicamentos:

- Cefuroxima Sódica Injectável 1,5 g*, pó para solução injectável 1500 mg, concedida em 15 de Maio de 1998, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 2644789 e 2644888;
- Cefuroxima Sódica Injectável 750 mg*, pó para solução injectável 750mg, concedida em 15 de Maio de 1998, consubstanciada na autorização com o registo n.º 2644680;
- Prozac*, comprimido dispersível 20 mg, concedida em 24 de Julho de 2003, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 4743688 e 4743787;

requereu ao INFARMED a revogação dos mesmos.

Ao abrigo da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar as AIM dos medicamentos supramencionados e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

2 de Dezembro de 2004. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel M. Neves Dias*, vogal — *Alexandra Bordalo*, vogal.

Deliberação n.º 1495/2004. — A firma Schering Lusitana, L.^{da}, titular da autorização de introdução no mercado (AIM) dos medicamentos:

- Gadovist*, solução injectável 0,5 mmol/ml, concedida em 10 de Agosto de 2000;
- Gadovist*, solução injectável 0,5 mmol/ml, concedida em 24 de Janeiro de 2001;

requereu ao INFARMED a revogação dos mesmos.

Ao abrigo da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar as AIM dos medicamentos supramencionados e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

2 de Dezembro de 2004. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel M. Neves Dias*, vogal — *Alexandra Bordalo*, vogal.

Deliberação n.º 1496/2004. — A firma Schering Oy, titular da autorização de introdução no mercado (AIM) dos medicamentos:

- Tamofen*, comprimidos 10 mg, concedida em 28 de Março de 2001, consubstanciada na autorização com o registo n.º 3542883;
- Tamofen*, comprimidos 20 mg, concedida em 28 de Março de 2001, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 3542982 e 3543097;

requereu ao INFARMED a revogação dos mesmos.

Ao abrigo da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar as AIM dos medicamentos supramencionados e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

2 de Dezembro de 2004. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel M. Neves Dias*, vogal — *Alexandra Bordalo*, vogal.

Deliberação n.º 1497/2004. — O Decreto-Lei n.º 95/2004, de 22 de Abril, regula a prescrição e a preparação de medicamentos manipulados, procurando reforçar a garantia da sua qualidade.

O artigo 7.º daquele diploma estabelece que, para efeitos de autorização, cabe ao INFARMED definir as condições exigidas aos fornecedores de matérias-primas.

Foram ouvidas as Comissões de Avaliação de Medicamentos e da Farmacopeia Portuguesa, a Ordem dos Farmacêuticos e as associações representativas das farmácias, dos distribuidores grossistas e dos farmacêuticos hospitalares.

Nestes termos e ao abrigo do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 95/2004, de 22 de Abril, o conselho de administração do INFARMED — Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento delibera o seguinte:

1 — Para efeitos da presente deliberação, entende-se por fornecedores de matérias-primas os fabricantes, importadores, reembaladores e distribuidores das mesmas.

2 — O fabrico, importação, embalagem e distribuição de matérias-primas destinadas à preparação de medicamentos manipulados em farmácias de oficina ou serviços farmacêuticos hospitalares integram-se num sistema que garanta a manutenção da qualidade das matérias-primas, durante todo o circuito.

3 — O INFARMED, para efeitos de licenciamento das entidades referidas no n.º 1, verifica o cumprimento, por parte das mesmas, das boas práticas estabelecidas para as respectivas actividades.

4 — Os fabricantes, importadores, reembaladores e distribuidores de matérias-primas estão obrigados a dispor, de forma permanente e contínua, de uma direcção técnica, conforme previsto no artigo 102.º do Decreto-Lei n.º 48 547, de 27 de Agosto de 1968, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 10/88, de 15 de Janeiro.

5 — Cada lote ou fracção de matéria-prima é acompanhado do respectivo boletim de análise, da responsabilidade dos fornecedores, que comprove o cumprimento das exigências previstas na monografia respectiva, de acordo com o regime jurídico dos medicamentos manipulados. Quando o boletim de análise não se encontrar redigido em língua portuguesa, é acompanhado da respectiva tradução oficial.

6 — A análise da matéria-prima e a elaboração do respectivo boletim de análise pode ser solicitada a laboratório idóneo reconhecido pelo INFARMED.

7 — Os fabricantes, importadores, reembaladores e distribuidores de matérias-primas obrigam-se a enviar ao destinatário uma ficha de dados de segurança, redigida em língua portuguesa, contendo as informações necessárias à protecção do homem e do ambiente, aquando da primeira entrega de uma matéria-prima classificada como perigosa, ao abrigo do disposto no artigo 3.º da Portaria n.º 732-A/96, de 11 de Dezembro.

8 — Os fabricantes, importadores, reembaladores e distribuidores de matérias-primas obrigam-se a manter permanentemente actualizada a ficha de dados de segurança, prevista no número anterior.

9 — As regras técnicas relativas à elaboração, distribuição, conteúdo e formato das fichas de segurança são as que constam do anexo X da Portaria n.º 732-A/96, de 11 de Dezembro.

10 — A autorização prevista na presente deliberação é concedida mediante requerimento do interessado, dirigido ao presidente do conselho de administração do INFARMED, que decidirá num prazo de 90 dias.

11 — A presente deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

12 — Os actuais fornecedores de matérias-primas, ainda para o efeito, devem solicitar o licenciamento previsto na presente deliberação no prazo de 90 dias a contar da sua publicação.

7 de Dezembro de 2004. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel M. Neves Dias*, vogal — *Alexandra Bordalo*, vogal.

Deliberação n.º 1498/2004. — O Decreto-Lei n.º 95/2004, de 22 de Abril, que regula a prescrição e a preparação de medicamentos manipulados, estabelece no n.º 2 do artigo 6.º que, por razões de protecção de saúde pública, o conselho de administração do INFARMED define, por deliberação, o conjunto de substâncias cuja utilização na preparação e prescrição de medicamentos manipulados não é permitida, bem como as condições dessa proibição.

O Decreto-Lei n.º 95/2004, de 22 de Abril, revogou o regime jurídico anteriormente em vigor, constante dos despachos n.ºs 18/91, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 209, de 11 de Setembro de 1991, 29/95, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 252, de 31 de Outubro de 1995, 9827/97, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 247, de 24 de Outubro de 1997, 10 645/98, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 24 de Junho de 1998, 4829-A/99, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 56, de 8 de Março de 1999, e 5245-A/99, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 60, de 12 de Março de 1999.

Foram ouvidas as Comissões de Avaliação de Medicamentos e da Farmacopeia Portuguesa, a Ordem dos Farmacêuticos e as associações representativas das farmácias, dos distribuidores grossistas e dos farmacêuticos hospitalares.

A lista de substâncias ora aprovada poderá ser revista, de acordo com as propostas que venham a ser efectuadas nesse sentido pelas comissões técnicas especializadas do INFARMED.

Assim, ao abrigo do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 95/2004, de 22 de Abril, o conselho de administração do INFARMED delibera o seguinte:

1 — Na prescrição e na preparação de medicamentos manipulados não podem ser utilizados:

- a) Extractos de órgãos de animais;
- b) Substâncias activas em dosagens superiores às autorizadas para medicamentos de uso humano, quando o medicamento manipulado se destine a uso sistémico;
- c) Isoladamente ou em associação, as seguintes substâncias:

Anfepramona;
Benzefetamina;
Sec-butabarbital;
Clobenzorex;
Etilanfetamina;
Fenbutrazato;
Fencanfamina;
Fenfluramina e dexfenfluramina;
Fenproporex;
Flunitrazepam;
Fluoxetina;
Lefetamina;
Levotiroxina e seus similares terapêuticos;
Mefenorex;
Norpseudoefedrina;

- d) Outras substâncias activas contidas em medicamentos que, por razões de saúde pública, sejam objecto de suspensão ou revogação da respectiva autorização de introdução no mercado.

2 — A presente deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

7 de Dezembro de 2004. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel M. Neves Dias*, vogal — *Alexandra Bordalo*, vogal.

Deliberação n.º 1499/2004. — A firma Sociedade J. Neves, L.ª, titular da autorização de introdução no mercado (AIM) do medicamento *Reptilase*, solução injectável 1 U/1 ml, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 9983007, 8983007, 9983015 e 8983015, requereu ao INFARMED a revogação dos mesmos.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar as AIM do medicamento supramencionado e anular o respectivo registo no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

7 de Dezembro de 2004. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel M. Neves Dias*, vogal — *Alexandra Bordalo*, vogal.

Deliberação n.º 1500/2004. — A Portaria n.º 594/2004, de 2 de Junho, aprovou as boas práticas a observar na preparação de medicamentos manipulados em farmácia de oficina e hospitalar.

O capítulo II, n.º 2.4, do respectivo anexo estabelece que, para as operações de preparação, acondicionamento e controlo, deverá existir o equipamento adequado, podendo o conselho de administração do INFARMED, por deliberação, estabelecer listas de equipamentos de existência obrigatória.

Para além deste equipamento, tendo em conta a importância da comunicação do organismo de tutela com as farmácias, quando estão em causa razões de saúde pública, considera-se que estes estabelecimentos devem dispor de aparelho de telecópia ou outro meio de transmissão electrónica de dados que permita a recepção expedita de alertas de segurança e de qualidade enviados pelo INFARMED.

Foram ouvidas as Comissões de Avaliação de Medicamentos e da Farmacopeia Portuguesa, a Ordem dos Farmacêuticos e as associações representativas das farmácias, dos distribuidores grossistas e dos farmacêuticos hospitalares.

Nestes termos e ao abrigo do capítulo II, n.º 2.4, do anexo à Portaria n.º 594/2004, de 2 de Junho, o conselho de administração do INFARMED delibera o seguinte:

1 — É aprovada a lista de equipamento mínimo de existência obrigatória para as operações de preparação, acondicionamento e controlo de medicamentos manipulados, que consta do anexo à presente deliberação e dela faz parte integrante.

2 — Nos termos n.º 2.º da Portaria n.º 594/2004, de 2 de Junho, a lista de equipamento mínimo de existência obrigatória aprovada e publicada em anexo à presente deliberação substitui a lista de material de laboratório a que se refere o n.º 7, alínea e), das normas regulamentares anexas ao protocolo entre a Direcção-Geral de Cuidados de Saúde Primários e a Direcção-Geral de Assuntos Farmacêuticos, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 164, de 19 de Julho de 1991.

3 — A presente deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

7 de Dezembro de 2004. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel M. Neves Dias*, vogal — *Alexandra Bordalo*, vogal.

ANEXO

Equipamento mínimo obrigatório

1 — Equipamento de laboratório:

Alcoómetro;
Almofarizes de vidro e de porcelana;
Balança de precisão sensível ao miligrama;
Banho de água termostatzado;
Cápsulas de porcelana;
Copos de várias capacidades;
Espátulas metálicas e não metálicas;
Funis de vidro;
Matrasses de várias capacidades;
Papel de filtro;
Papel indicador pH universal;
Pedra para a preparação de pomadas;
Pipetas graduadas de várias capacidades;
Provetas graduadas de várias capacidades;
Tamises FVII, com abertura de malha 180 µm e 355 µm (com fundo e tampa);
Termómetro (escala mínima até 100°C);
Vidros de relógio.

2 — Equipamento de comunicação — aparelho de telecópia ou outro meio de transmissão electrónica de dados que permita a recepção expedita de alertas de segurança e de qualidade enviados pelo INFARMED.

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL, DA FAMÍLIA E DA CRIANÇA

Instituto da Segurança Social, I. P.

Rectificação n.º 2374/2004. — Devidamente homologada por despacho de 7 de Dezembro de 2004 do Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança, nos termos do disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 112/2004, a seguir se publica rectificação às listas nominativas do pessoal que foi transferido do quadro do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., para o Instituto da Segurança Social, I. P., conforme publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 234, de 4 de Outubro de 2004, despacho n.º 20 504/2004 (2.ª série), conforme a seguir se indica:

No quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Centro, grupo de pessoal administrativo, retirar Rodrigo Manuel Rodrigues da Silva, assistente administrativo especialista, mantendo-se assim o funcionário no quadro do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., e aditar Jorge Manuel Gaspar Casaleiro, assistente administrativo principal.

A presente rectificação produz efeitos a 1 de Janeiro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia.)

17 de Dezembro de 2004. — A Vogal do Conselho Directivo, *Madalena Oliveira e Silva*.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Beja

Despacho n.º 27 151/2004 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Dezembro de 2004 da vogal para a área dos recursos humanos do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., proferido por delegação:

Maria Graça Loução Ramos Silva, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Alentejo — nomeada definitivamente na categoria de técnico superior de 2.ª classe de serviço social, da carreira técnica superior de serviço social, do mesmo quadro de pessoal, precedendo o exercício de funções em comissão de serviço extraordinária, pelo período legalmente considerado, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, ficando exonerada do lugar de origem a partir da data de aceitação da nova categoria. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Dezembro de 2004. — A Directora, *Maria Emília Freire*.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa

Despacho n.º 27 152/2004 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Novembro de 2004 da vogal do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., proferido por delegação:

José Saúl Barroso Letras, técnico superior principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo — nomeado assessor da mesma carreira, com efeitos reportados a 19 de Dezembro de 1999, no mesmo quadro de pessoal, para o lugar criado pela portaria n.º 305/2003, (2.ª série), de 12 de Dezembro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 57, de 8 de Março de 2003, a extinguir quando vagar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Dezembro de 2004. — Pela Directora da Unidade de Recursos Humanos, *Assinatura ilegível*.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social
de Viana do Castelo

Aviso n.º 12 115/2004 (2.ª série). — Por despacho da vogal do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., de 6 de Dezembro de 2004, proferido por delegação:

Maria de Lurdes Rebelo Araújo Santos, servente/auxiliar de limpeza do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Norte — nomeada definitivamente, por reclassificação, ao abrigo do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, auxiliar administrativa, ficando exonerada do cargo anterior a partir da

data da aceitação de nomeação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Dezembro de 2004. — O Director-Adjunto, *Abílio Sousa e Silva*.

Aviso n.º 12 116/2004 (2.ª série). — Por despachos do secretário-geral-adjunto do Ministério da Educação de 3 de Novembro de 2004 e da vogal do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., de 29 de Novembro de 2004:

Teresa Maria Monteiro Gomes, assistente administrativa especialista do quadro único de pessoal dos Serviços Centrais e Regionais e dos Serviços Tutelados do Ministério da Educação — autorizada a transferência para o quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Norte, a afectar ao Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Viana do Castelo. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Dezembro de 2004. — O Director-Adjunto, *Abílio Sousa e Silva*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 27 153/2004 (2.ª série). — O Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações é um serviço central executivo de planeamento e programação com funções de estudo, concepção, análise da estratégia de desenvolvimento nas áreas de intervenção do Ministério, nomeadamente no que concerne ao apoio técnico-económico ao exercício da tutela governamental e à política de investimento e respectivo financiamento.

Nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 311/2000, de 2 de Dezembro, é dirigido por um director, coadjuvado por dois subdirectores, cargos de direcção superior de 1.º e de 2.º graus, respectivamente.

Encontrando-se um lugar de subdirector vago, importa, deste modo, efectuar a respectiva nomeação.

Nestes termos, e ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 311/2000, de 2 de Dezembro, bem como nas disposições constantes do n.º 3 do artigo 2.º, do artigo 18.º e do n.º 3 do artigo 19.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, determino o seguinte:

1 — É nomeado o licenciado João Paulo Mota da Costa Lopes para exercer, em comissão de serviço, o cargo de subdirector do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 9 de Dezembro de 2004.

Currículo profissional de João Paulo Mota da Costa Lopes

Formação académica e profissional:

Licenciatura em Engenharia de Produção Industrial pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa;

Pós-graduação em e-Business no IDEFE pelo Instituto Superior de Economia e Gestão;

Curso de Driving Government Performance In Portugal da Kennedy School of Government da Universidade de Harvard; Realizou as seguintes cadeiras, ao abrigo do Programa ERASMUS: Social Relations; Process Investigation and Reliability; Quality Engineering, na Universidade de Strathclyde (UK); Participante, como orador, em diversos seminários, conferências e *workshops* sobre temas relacionados com a sociedade da informação.

Categorias profissionais e síntese da actividade profissional desenvolvida:

Coordenador da Iniciativa e-U — Campus Virtual da UMIC (Unidade de Missão Inovação e Conhecimento) na dependência da Presidência do Conselho de Ministros desde Janeiro de 2003, com as seguintes funções:

Análise de candidaturas e de projectos de candidatura ao Programa e-U (UMIC/POSI) com a consequente elaboração de pareceres;

Gestão de parceiros da Iniciativa e-U; Implementação e dinamização de actividades relacionadas com a Iniciativa e-U;

O Projecto e-U Campus Virtuais está integrado no pilar de actuação Novas Capacidades que faz parte do Plano da Acção para a Sociedade da Informação.

Gestor de mercado e parcerias na OniTelecom (Direcção de Marketing e Reporting) de Outubro de 2002 a Dezembro 2003, com as seguintes funções:

- Gerir e realizar objectivos de vendas no mercado empresarial;
- Responsável das parcerias existentes com fornecedores e fabricantes;
- Elaborar, coordenar e implementar as actividades processuais com todos os departamentos;
- Planeamento de projectos transversais a toda a OniTelecom;
- Responsável pelos serviços informativos da OniTelecom;

Gestor do Projecto de Áudio-Texto (TeleVotação, . . .);
Gestão da actividade dos gestores de produto;

Gestor de parcerias e equipamentos na OniTelecom (Direcção de Marketing) de Março a Outubro de 2002, com as seguintes funções:

- Responsável da gestão de produto na vertente de equipamentos de terceiras partes;
- Responsável das parcerias existentes com fornecedores e fabricantes;
- Elaborar, controlar e avaliar a implementação do plano de *marketing* anual para cada uma das categorias a seu cargo, a nível de objectivos quantitativos, qualitativos e de *marketing mix*: distribuição, produto, preço, comunicação;
- Responsável pela prospecção e identificação de gamas de produtos exclusivos que satisfaçam as necessidades do mercado, a elaboração do seu plano de *marketing*, bem como o respectivo lançamento e acompanhamento do ciclo de vida;

Gestor de parcerias e equipamentos na OniSolutions (Direcção de Marketing e Suporte Comercial) desde Fevereiro de 2001 a Março de 2002;

Coordenador logístico (HP Services) da Hewlett Packard Portugal de Agosto de 1998 a Janeiro de 2001;

Assistente de *marketing* e comunicação do Departamento de Teste e Medida da Hewlett Packard Portugal de Janeiro a Agosto de 1998;

Estágio profissional na Portucel Industrial, na função de assessoria à direcção de manutenção, de Abril a Setembro de 1997.

Trabalhos publicados:

- Mota Lopes, J., et al., *Estudos e Perspectivas em Gestão Universitária*, Florianópolis, Insular, 2004, vol. 1., p. 214;
- Mota Lopes, J., et al., «O desafio dos novos, 'Campus', . . . na era da colaboração adaptativa virtual. Resultado do caso português» in Conferência eLES'04 — e-Learning no Ensino Superior. Universidade de Aveiro, 2004.

26 de Novembro de 2004. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *António Luís Guerra Nunes Mexia*.

Despacho n.º 27 154/2004 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e nos artigos 35.º a 37.º do Código do Procedimento Administrativo, delegeo no chefe de projecto da Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes do QCA III, Dr. Duarte Paulo de Abreu Ladeira, as seguintes competências.

1 — No âmbito da gestão geral e orçamental e da realização de despesas:

- a) Praticar todos os actos necessários à regular e plena execução da Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes;
- b) Verificar a conformidade dos pedidos de pagamento apresentados pelos executores dos projectos e efectuar os pagamentos aos beneficiários finais;
- c) Gerir os meios financeiros e equipamento necessário à estrutura de apoio técnico, nos limites fixados na lei;
- d) Autorizar as deslocações em serviço, em território nacional e no estrangeiro, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e ajudas de custo, antecipadas ou não;
- e) Autorizar as despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 99 759,58;
- f) Decidir sobre o procedimento a adoptar, até ao limite fixado na alínea anterior, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

- g) Autorizar as despesas provenientes de alterações, variantes, revisões de preços e contratos adicionais à locação e aquisição de bens e serviços, até ao montante referido nas alíneas anteriores.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 13 de Novembro de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados, no âmbito da presente delegação de competências.

9 de Dezembro de 2004. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *António Luís Guerra Nunes Mexia*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Instituto Português de Conservação e Restauro

Despacho (extracto) n.º 27 155/2004 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Dezembro da directora do Instituto Português de Conservação e Restauro, ao abrigo do n.º 1.6 do despacho de delegação de competências do Ministro da Cultura, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 265, de 11 de Novembro de 2004:

Pedro de Orey Cancela de Abreu, técnico superior de 2.ª classe — autorizado a entrar de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005.

15 de Dezembro de 2004. — O Director do Departamento de Gestão, *Luís Filipe Coelho*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território

Despacho (extracto) n.º 27 156/2004 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território de 24 de Novembro de 2004:

Aristides Augusto Gonçalves Leitão, técnico especialista principal do Instituto da Conservação da Natureza — nomeado, em comissão de serviço, secretário executivo do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, pelo período de três anos, com efeitos à data da nomeação.

15 de Dezembro de 2004. — O Chefe do Gabinete, *Miguel Goulão*.

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Contrato n.º 1731/2004. — *Contrato-programa n.º 4/2001 — processo ATJ-001/M1/01 — medida n.º 1 do Despacho Normativo n.º 45-A/2000, de 21 de Dezembro — 2.ª adenda — arranjo dos espaços exteriores às muralhas entre as Portas do Raimundo e as Portas de Avis.* — Em 15 de Outubro de 2004, entre o Estado, representado pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) e pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRALT), e a Câmara Municipal de Évora é outorgada a presente adenda ao contrato-programa de cooperação técnica e financeira, celebrado entre as partes em 19 de Novembro de 2001, alterado mediante adenda outorgada em 10 de Fevereiro de 2003, de acordo com o regime previsto no Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, e nos termos do Despacho Normativo n.º 45-A/2000, de 21 de Dezembro, no âmbito da sua medida n.º 1, integrado no contexto do Programa Polis, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, de 15 de Maio, a qual tem por fundamento a reformulação da candidatura apresentada pela Câmara Municipal de Évora, conforme consta da informação n.º 70/2004, de 30 de Julho, do gabinete coordenador do Programa Polis, sobre a qual recaiu despacho de autorização do Ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional de 15 de Setembro de 2004.

Nestes termos, as partes acordam o seguinte:

Cláusula 1.ª

Objecto

Constitui objecto da presente adenda a elaboração do projecto e execução dos arranjos dos espaços exteriores e a remodelação do colector entre a Porta do Raimundo e a Porta de Alconchel, em primeira fase, e na segunda fase a elaboração do projecto e execução dos arranjos dos espaços exteriores entre a Porta de Alconchel e a Porta de Avis, cujo investimento elegível é de € 4 987 978, mantendo-se a comparticipação do Estado. Exclui-se do objecto a construção do parque urbano de Évora.

Cláusula 2.ª

Prazo

Mantém-se o prazo fixado no contrato-programa, com a redacção que lhe foi dada pela 1.ª adenda outorgada entre as partes em 10 de Fevereiro de 2003.

Cláusula 3.ª

Disposições aplicáveis

Aplicam-se à presente adenda todas as demais disposições do contrato-programa.

15 de Outubro de 2004. — Pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, (*Assinatura ilegível.*) — Pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, (*Assinatura ilegível.*) — Pela Câmara Municipal de Évora, (*Assinatura ilegível.*)

Instituto da Água

Despacho n.º 27 157/2004 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto da Água de 30 de Novembro de 2004:

José Manuel Carrilho Soares, Paulo Buisson Lyon de Castro, Sandra Isabel Cortinhal Parreira da Silva Duarte, Helena Maria Laneiro de Oliveira, Lígia Manuela dos Santos Duarte Gomes, Ivone Helena Valente Borralho, técnicos superiores de 2.ª classe, da carreira técnica superior, do quadro privativo da ex-Direcção-Geral dos Recursos Naturais — nomeados, precedendo concurso, na categoria de técnico superior de 1.ª classe, do mesmo quadro, com efeitos à data do despacho.

15 de Dezembro de 2004. — O Presidente, *Orlando Borges*.

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Despacho n.º 27 158/2004 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor da Universidade dos Açores de 25 de Novembro de 2004:

Maria Margarida Vieira Ferraz Pinheiro — autorizada a renovação do contrato de trabalho a termo certo na categoria de técnica profissional de laboratório de 2.ª classe, por seis meses, cuja despesa tem cabimento nas verbas do projecto «Projecto LAI», com efeitos desde 1 de Novembro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Dezembro de 2004. — O Director dos Serviços Administrativos, *Francisco José Massa Flor Franco*.

Reitoria

Despacho n.º 27 159/2004 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro, o júri das provas de doutoramento no ramo de Matemática, especialidade de Álgebra, requeridas pela licenciada Maria Madalena Marcos Carlos Teixeira da Silva terá a seguinte constituição:

Presidente — Reitor da Universidade dos Açores.
Vogais:

Doutora Maria de Fátima Aires Pereira Marinho Saraiva, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Doutor António Manuel Bettencourt Machado Pires, professor catedrático do Departamento de Línguas e Literaturas Modernas da Universidade dos Açores.

Doutor Fernando Jorge Vieira Pimentel, professor catedrático do Departamento de Línguas e Literaturas Modernas da Universidade dos Açores.

Doutora Rosa Maria Baptista Goulart, professora catedrática do Departamento de Línguas e Literaturas Modernas da Universidade dos Açores.

Doutor António Manuel dos Santos Ferreira, professor auxiliar da Universidade de Aveiro.

Doutor José António Magalhães Gomes, professor-adjunto da Escola Superior de Educação do Porto.

10 de Dezembro de 2004. — O Vice-Reitor, *José Luís Brandão da Luz*.

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extracto) n.º 1732/2004. — Por despacho de 16 de Setembro de 2004 do reitor da Universidade do Algarve:

Licenciada Isabel Maria Bita Gomes — autorizado o contrato administrativo de provimento como leitora, em regime de exclusividade, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 16 de Setembro de 2004, pelo período de um ano, renovado por contratos com a duração de três anos, renováveis por iguais períodos, auferindo a remuneração mensal líquida correspondente ao índice 140.

4 de Novembro de 2004. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Despacho (extracto) n.º 27 160/2004 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 10 de Dezembro de 2004:

Doutor António dos Santos Pereira, professor associado do quadro de pessoal docente desta Universidade — nomeado definitivamente na mesma categoria, com efeitos a partir de 10 de Novembro de 2004. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

Relatório final relativo à nomeação definitiva do Prof. Doutor António dos Santos Pereira como professor associado da UBI

A comissão coordenadora do conselho científico da UBI, na sua reunião ordinária de 9 de Dezembro de 2004, tendo presente o parecer elaborado e subscrito pelos Profs. Doutores João Malaca Casteleiro, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e António Carreto Fidalgo, professor catedrático da Universidade da Beira Interior, sobre o relatório apresentado pelo Prof. Doutor António dos Santos Pereira, nos termos do artigo 25.º do ECDU, deliberou, por unanimidade, propor a sua nomeação definitiva como professor associado.

10 de Dezembro de 2004. — O Presidente do Conselho Científico, *Manuel José dos Santos Silva*.

14 de Dezembro de 2004. — O Administrador, *José Esteves Correia Pinheiro*.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Serviços Administrativos

Despacho (extracto) n.º 27 161/2004 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 23 de Outubro de 2004:

Doutora Maria Teresa Amado Pinto Correia, professora auxiliar desta Universidade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 1 a 6 de Dezembro de 2004.

13 de Dezembro de 2004. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Despacho (extracto) n.º 27 162/2004 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 28 de Outubro de 2004:

Concedida equiparação a bolseiro fora do País:

Ao Doutor Jacinto António Setúbal Vidigal da Silva, professor associado desta Universidade — no período de 13 a 20 de Dezembro de 2004.

Ao Doutor António Manuel de Oliveira Coelho Murilhas, professor auxiliar desta Universidade — no período de 13 a 17 de Dezembro de 2004.

13 de Dezembro de 2004. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Despacho (extracto) n.º 27 163/2004 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 6 de Novembro de 2004:

Doutor Paulo Alexandre da Cunha e Sá de Sousa, professor auxiliar convidado a 50 % desta Universidade — concedida equiparação a bolsheiro fora do País no período de 12 a 18 de Dezembro de 2004.

13 de Dezembro de 2004. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Despacho (extracto) n.º 27 164/2004 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 12 de Novembro de 2004:

Doutor Miguel Ângelo Pignatelli de Avillez Nunes Pereira, professor auxiliar desta Universidade — concedida equiparação a bolsheiro fora do País no período de 2 de Dezembro de 2004 a 16 de Setembro de 2005.

13 de Dezembro de 2004. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Despacho (extracto) n.º 27 165/2004 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 15 de Novembro de 2004:

Doutor Rui Manuel Soares Dias, professor associado desta Universidade — concedida equiparação a bolsheiro fora do País no período de 14 a 24 de Novembro de 2004.

13 de Dezembro de 2004. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Despacho (extracto) n.º 27 166/2004 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 16 de Novembro de 2004:

Doutora Olga Maria Santos de Magalhães, professora auxiliar desta Universidade — concedida equiparação a bolsheiro fora do País no período de 25 a 28 de Novembro de 2004.

13 de Dezembro de 2004. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Despacho (extracto) n.º 27 167/2004 (2.ª série). — Por despachos do reitor da Universidade de Évora de 17 de Novembro de 2004:

Concedida equiparação a bolsheiro fora do País:

Ao Doutor Carlos Alberto Falcão Marques, professor catedrático desta Universidade — no período de 10 a 12 de Novembro de 2004.

Ao Doutor Rui Manuel Estanco Junqueira Lopes, professor catedrático desta Universidade — no período de 23 a 26 de Novembro de 2004.

Ao Doutor José Luís Tirapicos Nunes, professor associado desta Universidade — no período de 15 a 20 de Novembro de 2004.

À Doutora Maria Raquel David Pereira Ventura Lucas, professora associada desta Universidade — nos períodos de 9 a 12 de Novembro e de 8 a 12 de Dezembro de 2004.

Ao Doutor Amadeu António Gomes Borges de Freitas, professor auxiliar desta Universidade — no período de 15 a 20 de Novembro de 2004.

Ao mestre Miguel Rocha de Sousa, assistente desta Universidade — no período de 5 a 13 de Dezembro de 2004.

Ao mestre Rui Miguel Carracha Charneca, assistente desta Universidade — no período de 15 a 20 de Novembro de 2004.

13 de Dezembro de 2004. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Despacho (extracto) n.º 27 168/2004 (2.ª série). — Por despachos do reitor da Universidade de Évora de 22 de Novembro de 2004:

Concedida equiparação a bolsheiro fora do País:

Ao Doutor Imme Pieter Van Den Berg, professor associado desta Universidade — no período de 9 a 14 de Dezembro de 2004.

Ao Doutor Manuel Galvão de Melo e Mota, professor auxiliar desta Universidade — no período de 2 a 5 de Dezembro de 2004.

Ao mestre Hélder Carola Espiguiinha Cortes, assistente desta Universidade — no período de 6 a 9 de Novembro de 2004.

Ao mestre António Paulo Duque da Fonseca, assistente convidado desta Universidade — nos períodos de 24 a 30 de Outubro e de 15 a 16 e de 18 a 19 de Novembro de 2004.

13 de Dezembro de 2004. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Despacho (extracto) n.º 27 169/2004 (2.ª série). — Por despachos do reitor da Universidade de Évora de 24 de Novembro de 2004, foi concedida equiparação a bolsheiro fora do País:

Ao Doutor José Luís Pires Ramos, professor associado desta Universidade — no período de 17 a 22 de Novembro de 2004.

À Doutora Laurinda Faria dos Santos Abreu, professora auxiliar desta Universidade — no período de 25 a 28 de Novembro de 2004.

13 de Dezembro de 2004. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Despacho (extracto) n.º 27 170/2004 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 29 de Novembro de 2004:

Mestra Patrícia Sofia Martins Moita, assistente desta Universidade — concedida equiparação a bolsheiro fora do País nos dias 25 e 26 de Novembro de 2004.

13 de Dezembro de 2004. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Despacho (extracto) n.º 27 171/2004 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 3 de Dezembro de 2004:

Doutor Ricardo Paulo Serralheiro, professor catedrático desta Universidade — concedida equiparação a bolsheiro fora do País no período de 8 a 12 de Dezembro de 2004.

13 de Dezembro de 2004. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Despacho (extracto) n.º 27 172/2004 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 23 de Outubro de 2004:

Doutor Soumodip Sarkar, professor associado desta Universidade — concedida equiparação a bolsheiro fora do País no período de 8 de Janeiro a 2 de Fevereiro de 2005.

14 de Dezembro de 2004. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Despacho (extracto) n.º 27 173/2004 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 28 de Outubro de 2004:

Mestre Andreia Teixeira Marques Dionísio Basílio, assistente desta Universidade — concedida equiparação a bolsheiro fora do País no período de 13 a 20 de Dezembro de 2004.

14 de Dezembro de 2004. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Despacho (extracto) n.º 27 174/2004 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 12 de Novembro de 2004:

Licenciado José Carlos Brandão Tiago de Oliveira, assistente desta Universidade — concedida equiparação a bolsheiro fora do País no período de 1 de Janeiro a 28 de Março de 2005.

14 de Dezembro de 2004. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Despacho (extracto) n.º 27 175/2004 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 16 de Novembro de 2004:

Mestre Maria Manuela Lopes Cristóvão, assistente desta Universidade — concedida equiparação a bolsheiro fora do País no período de 23 a 28 de Novembro de 2004.

14 de Dezembro de 2004. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Despacho (extracto) n.º 27 176/2004 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 22 de Novembro de 2004:

Doutor Imme Pieter Van Den Berg, professor associado desta Universidade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 3 a 19 de Janeiro de 2005.

14 de Dezembro de 2004. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Despacho (extracto) n.º 27 177/2004 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 23 de Novembro de 2004:

Doutor Luís Carlos Gazarini, professor associado desta Universidade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 3 a 15 de Janeiro de 2005.

14 de Dezembro de 2004. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Despacho (extracto) n.º 27 178/2004 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 3 de Dezembro de 2004:

Licenciado João Luís Martins Torres Vaz Freire, técnico principal da carreira de engenheiro técnico agrário desta Universidade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 29 de Novembro a 2 de Dezembro de 2004.

14 de Dezembro de 2004. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Ciências

Aviso n.º 12 117/2004 (2.ª série). — *Concurso externo de ingresso para a carreira técnico-profissional, área de gestão, manutenção e organização.* — 1 — Nos termos do disposto nos artigos 28.º e 32.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho do vice-reitor da Universidade de Lisboa de 22 de Outubro de 2004, proferido por delegação, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir do dia imediato ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para admissão de três técnicos profissionais, tendo em vista o preenchimento de três lugares vagos de técnico profissional da área funcional de gestão, manutenção e organização, do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, constante do mapa anexo ao despacho n.º 2010/2002 (2.ª série), de 25 de Janeiro, com a alteração feita pelo despacho n.º 20 747/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 8 de Outubro de 2004, e tendo em conta o despacho n.º 13 234/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 157, de 6 de Julho de 2004, que atribuiu 19 vagas de descongelamento de pessoal não docente à Faculdade de Ciências. A publicação do presente aviso foi precedida de consulta à Direcção-Geral da Administração Pública, em cumprimento do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, que informou, através do ofício n.º 7697, de 10 de Novembro de 2004, não existir pessoal na situação de disponibilidade ou inactividade com o perfil adequado aos lugares a prover.

1.1 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

2 — Quota para candidatos com deficiência — nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, no presente concurso, em que o número de lugares a preencher é igual ou superior a 3 e inferior a 10, é garantida a reserva de 1 lugar para candidatos com deficiência.

3 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelas disposições legais constantes dos Decretos-Leis n.ºs 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 248/85, de 15 de Julho, com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, 204/98, de 11 de Julho, e 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, do despacho n.º 13 381/99, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 14 de Setembro de 1999, e do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

4 — Prazo de validade — o presente concurso visa exclusivamente o provimento dos lugares indicados, caducando com o seu preenchimento.

5 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se em Lisboa, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Campo Grande, 1749-016 Lisboa.

6 — Conteúdo funcional — compete, genericamente, ao técnico profissional da área funcional de gestão, manutenção e organização o desempenho de funções de natureza executiva, de aplicação técnica com base no conhecimento ou adaptação de métodos e processos enquadrados em directivas bem definidas, exigindo conhecimentos técnicos, teóricos e práticos, obtidos através de um curso técnico-profissional.

7 — Remuneração e condições de trabalho — a remuneração mensal é a correspondente ao índice e escalão a que, nos termos da aplicação do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 353-A/89 e 404-A/98, alterado pela Lei n.º 44/99, o funcionário tenha direito, sendo as condições trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração pública central.

8 — Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso:

8.1 — Requisitos gerais — podem candidatar-se ao presente concurso os indivíduos, vinculados ou não à função pública, que satisfaçam, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, os requisitos constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, a saber:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- Ter 18 anos completos;
- Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

8.2 — Requisitos especiais — estar habilitado com adequado curso tecnológico, curso das escolas profissionais, curso que confira certificado de qualificação profissional de nível III, definido pela Decisão n.º 85/368/CEE, do Conselho das Comunidades Europeias, de 16 de Julho, ou currículo equiparado, de acordo com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, alterado pela Lei n.º 44/99.

9 — Métodos de selecção a utilizar — nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, os métodos de selecção são os seguintes:

- 1.ª fase — prova de conhecimentos gerais, com carácter eliminatório;
- 2.ª fase — avaliação curricular, com carácter eliminatório;
- 3.ª fase — entrevista profissional de selecção, sem carácter eliminatório.

10 — O programa da prova de conhecimentos gerais encontra-se publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 14 de Julho de 1999 (despacho n.º 13 381/99) e incidirá sobre os temas constantes do anexo II do presente aviso. Durante a prova não é permitida a consulta de legislação ou bibliografia.

10.1 — A prova de conhecimentos gerais realizar-se-á em data, hora e local a divulgar oportunamente, nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, revestirá a forma escrita, terá a duração máxima de uma hora e trinta minutos e será classificada de 0 a 20 valores, sendo eliminados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

10.2 — A avaliação curricular, que visa avaliar as aptidões profissionais do candidato na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, será feita de acordo com as regras definidas no n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, e será expressa na escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que neste método de selecção obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

10.3 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpersoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, sendo igualmente ponderados na escala de 0 a 20 valores os seguintes factores:

- Sentido crítico;
- Motivação;
- Expressão e fluência verbais;
- Qualidade e experiência profissional.

11 — A classificação final dos candidatos será expressa através da média das classificações parcelares decorrentes dos vários métodos de selecção aplicáveis e será expressa na escala de 0 a 20 valores.

12 — Os critérios de apreciação e ponderação a utilizar nos diversos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98.

13 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, em papel de formato A4, dirigido ao presidente do júri do concurso, podendo ser entregue pessoalmente na Faculdade de Ciências, Núcleo de Expediente e Arquivo, Campo Grande, edifício C-5, piso 0, 1749-016 Lisboa, ou remetido pelo correio, até ao termo do prazo fixado, para a mesma morada, nos termos do modelo definido no anexo I do presente aviso.

13.1 — O requerimento de admissão deve ser acompanhado dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, com indicação das tarefas desenvolvidas pelos candidatos ao longo da sua actividade e respectivos tempos de permanência;
- Certificado de habilitações literárias;
- Certificados comprovativos das acções de formação frequentadas, com indicação da duração de cada curso, estágio ou seminário;
- Declaração, passada pelo serviço ou organismo onde o candidato exerce funções, especificando o conjunto de tarefas e responsabilidades, bem como a categoria que detém, a natureza do vínculo e o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública no caso de ser agente ou funcionário;
- Fotocópia do bilhete de identidade;
- Documentos comprovativos dos requisitos gerais de admissão ao concurso, referidos nas alíneas a), b), d), e) e f) do n.º 8.1 deste aviso, os quais podem ser dispensados de imediato desde que o candidato declare no respectivo requerimento e sob compromisso de honra a situação precisa em que se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

13.2 — Assiste ao júri a faculdade de solicitar a qualquer candidato, ou aos serviços a que pertence, em caso de dúvida sobre a situação descrita, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

13.3 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei penal, de acordo com o disposto no artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 204/98.

13.4 — Não será admitida a junção de documentos que pudessem ter sido apresentados dentro do prazo previsto para a entrega das candidaturas, conforme o disposto no n.º 4 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98.

14 — Publicitação das listas de candidatos — a publicitação das listas dos candidatos e de classificação final, bem como as convocatórias para a realização dos métodos de selecção, obedecerão ao disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, nomeadamente ao disposto nos seus artigos 34.º, 35.º e 40.º

15 — A legislação recomendada encontra-se publicada no anexo II do presente aviso.

16 — Constituição do júri:

Presidente — Prof. Doutor António Correia dos Santos, vogal do conselho directivo.

Vogais efectivos:

- José Fernandes Videira Lousa, serviços técnicos de apoio.
- Henrique Manuel Mateus de Jesus, técnico profissional especialista.

Vogais suplentes:

- Licenciada Amélia Maria Barradas Barroso, técnica superior de 1.ª classe.
- Licenciada Guida Maria de Oliveira Carvalheiro da Silva Prata, técnica superior de 2.ª classe (estagiária).

O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

16 de Novembro de 2004. — O Presidente do Conselho Directivo, Nuno Guimarães.

ANEXO I

Minuta do requerimento

Ex.º Sr. Presidente do júri do concurso externo de ingresso, Prof. Doutor António Correia dos Santos, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa:

Nome: ...

Filiação: ...

Estado civil: ...

Nacionalidade: ...

Naturalidade: ...

Data de nascimento: ...

Bilhete de identidade n.º ..., emitido pelo ..., em ... de ... de ...

Residência e código postal: ...

Telefone fixo: ...; móvel: ...

Habilitações literárias: ...

Contribuinte fiscal n.º ...

Quaisquer outros elementos que os(as) candidatos(as) considerem susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal: ...

requer a V. Ex.ª se digne admiti-lo(a) ao concurso externo de ingresso na carreira ... (indicar carreira), na categoria de ... (indicar categoria), conforme aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º ..., de ... de ... de ... (aviso n.º ...).

Lisboa, ... (data).

Pede deferimento.

... (assinatura).

Para efeitos de apresentação da sua candidatura, deve declarar, sob compromisso de honra, que possui, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, os requisitos gerais para provimento em funções públicas, a qual dispensa a apresentação imediata da sua posse, com excepção das habilitações literárias.

Os candidatos com deficiência, de acordo com o disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, devem ainda declarar, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, sendo dispensada a apresentação imediata de documento comprovativo, bem como mencionar todos os elementos necessários ao cumprimento do disposto no artigo 7.º do mesmo diploma (adequação do processo de selecção, nas suas diferentes vertentes, às capacidades de comunicação/expressão).

Quaisquer outras preferências legais deverão aqui ser indicadas.

ANEXO II

Prova de conhecimentos gerais

1 — Direitos e deveres da função pública e deontologia profissional, nomeadamente:

1.1 — Constituição da República Portuguesa (parte III);

1.2 — Regime de férias faltas e licenças;

1.3 — Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública;

1.4 — Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública;

1.5 — Deontologia do serviço público.

2 — Estatutos da Universidade de Lisboa:

2.1 — Autonomia das universidades;

2.2 — Autonomia administrativa e financeira;

2.3 — Estatutos da Faculdade de Ciências.

Legislação

Lei Constitucional n.º 1/2004, de 24 de Julho.

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio.

Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio.

Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro.

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro.

«Carta ética — Dez princípios éticos da Administração Pública», do Secretariado para a Modernização Administrativa, in www.fc.ul.pt (FCUL — Apresentação — Informação legal — Carta Ética).

Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto.

Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho.

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, pela Lei n.º 19/92, de 13 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 175/98, de 2 de Julho, 218/98, de 17 de Julho, e Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho.

Decretos-Leis n.ºs 259/98, de 18 de Agosto, 324/99, de 18 de Agosto, e 325/99, de 18 de Agosto.

Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro.

Decreto-Lei n.º 252/97, de 26 de Setembro.

Despacho Normativo n.º 144/92, de 18 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 189, de 18 de Agosto de 1992 (Estatutos da Universidade de Lisboa).

Estatutos da Faculdade de Ciências, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 155, de 9 de Julho de 1991, in www.fc.ul.pt (FCUL — Apresentação — Informação legal — Estatutos da FCUL).

Aviso n.º 12 118/2004 (2.ª série). — *Concurso externo de ingresso para a carreira de operário qualificado, área funcional de manutenção — jardineiro.* — 1 — Nos termos do disposto nos artigos 28.º e 32.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho do vice-reitor da Universidade de Lisboa de 22 de Outubro de 2004, proferido por delegação, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir do dia imediato ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para admissão de dois operários qualificados, tendo em vista o preenchimento de dois lugares vagos de operário qualificado, área funcional de manutenção — jardineiro, do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa constante do mapa anexo ao despacho n.º 2010/2002 (2.ª série), de 25 de Janeiro, com a alteração feita pelo despacho n.º 20 747/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 8 de Outubro de 2004, e por despacho de 7 de Dezembro de 2004, e tendo em conta o despacho n.º 13 234/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 157, de 6 de Julho de 2004, que atribuiu 19 vagas de descongelamento de pessoal não docente à Faculdade de Ciências. A publicação do presente aviso foi precedida de consulta à Direcção-Geral da Administração Pública, em cumprimento do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, que informou, em resposta por via electrónica de 17 de Dezembro de 2004, não existir pessoal na situação de disponibilidade ou inactividade com o perfil adequado aos lugares a prover.

1.1 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

2 — Quota para candidatos com deficiência — nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, nos concursos em que o número de lugares a preencher seja até dois, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

3 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelas disposições legais constantes nos Decretos-Leis n.ºs 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 248/85, de 15 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, Portaria n.º 807/99, de 21 de Setembro, e despacho conjunto n.º 105/2004 (2.ª série), de 27 de Fevereiro.

4 — Prazo de validade — o presente concurso visa exclusivamente o provimento dos lugares indicados, caducando com o seu preenchimento.

5 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se em Lisboa, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Campo Grande, 1749-016 Lisboa.

6 — Conteúdo funcional — compete, genericamente, ao operário qualificado o exercício de funções de natureza executiva de carácter manual ou mecânico com graus de complexidade variáveis, enquadradas em instruções gerais bem definidas, exigindo formação completa num ofício ou profissão.

7 — Remuneração e condições de trabalho — a remuneração mensal é a correspondente ao índice e escalão a que, nos termos da aplicação do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 353-A/89 e 404-A/98, alterado pela Lei n.º 44/99, o funcionário tenha direito, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração pública central.

8 — Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso:

8.1 — Requisitos gerais — podem candidatar-se ao presente concurso os indivíduos, vinculados ou não à função pública, que satisfaçam, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, os requisitos constantes no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, a saber:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

8.2 — Requisitos especiais — estar habilitado com a escolaridade obrigatória e possuir formação adequada ao conteúdo funcional do lugar a prover ou experiência profissional adequada de duração não inferior a dois anos, de acordo com o disposto no artigo 12.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 404-A/98.

9 — Métodos de selecção a utilizar — nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, os métodos de selecção são os seguintes:

- a) 1.ª fase — prova prática de conhecimentos, com carácter eliminatório;
- b) 2.ª fase — avaliação curricular, com carácter eliminatório;
- c) 3.ª fase — entrevista profissional de selecção, sem carácter eliminatório.

10.1 — A prova prática de conhecimentos realizar-se-á de acordo com o programa definido no despacho conjunto n.º 105/2004 (2.ª série), de 27 de Fevereiro, em data, hora e local a divulgar oportunamente, nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, revestirá a forma oral, terá a duração máxima de uma hora e trinta minutos cada e será classificada de 0 a 20 valores, sendo eliminados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

10.2 — A avaliação curricular, que visa avaliar as aptidões profissionais do candidato na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, será feita de acordo com as regras definidas no n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98 e será expressa na escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que neste método de selecção obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

10.3 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, sendo igualmente ponderados na escala de 0 a 20 valores os seguintes factores:

- a) Sentido crítico;
- b) Motivação;
- c) Expressão e fluência verbais;
- d) Qualidade e experiência profissional.

11 — A classificação final dos candidatos será expressa através da média das classificações parcelares decorrentes dos vários métodos de selecção aplicáveis e será expressa na escala de 0 a 20 valores.

12 — Os critérios de apreciação e ponderação a utilizar nos diversos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas, conforme previsto na alínea *g*) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98.

13 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, em papel de formato A4, dirigido ao presidente do júri do concurso, podendo ser entregue pessoalmente na Faculdade de Ciências, Núcleo de Expediente e Arquivo, Campo Grande, Edifício C-5, piso 0, 1749-016 Lisboa, ou remetido pelo correio, até ao termo do prazo fixado, para a mesma morada, nos termos do modelo definido no anexo I do presente aviso.

13.1 — O requerimento de admissão deve ser acompanhado dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, com indicação das tarefas desenvolvidas pelos candidatos ao longo da sua actividade e respectivos tempos de permanência;
- b) Certificado de habilitações literárias;
- c) Certificados comprovativos das acções de formação frequentadas, com indicação da duração de cada curso, estágio ou seminário;
- d) Declaração passada pelo serviço ou organismo onde o candidato exerce funções especificando o conjunto de tarefas e responsabilidades, bem como a categoria que detém, a natureza do vínculo e o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública no caso de ser agente ou funcionário;
- e) Fotocópia do bilhete de identidade;
- f) Documentos comprovativos dos requisitos gerais de admissão ao concurso referidos nas alíneas *a*), *b*), *d*), *e*) e *f*) do n.º 8.1 deste aviso, os quais podem ser dispensados de imediato desde que o candidato declare no respectivo requerimento e sob compromisso de honra a situação precisa em que se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

13.2 — Assiste ao júri a faculdade de solicitar a qualquer candidato, ou aos serviços a que pertence, em caso de dúvida sobre a situação descrita, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

13.3 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei penal, de acordo com o disposto no artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 204/98.

13.4 — Não será admitida a junção de documentos que pudessem ter sido apresentados dentro do prazo previsto para a entrega das candidaturas, conforme o disposto no n.º 4 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98.

14 — Publicitação das listas de candidatos — a publicitação das listas dos candidatos e de classificação final bem como as convocatórias para a realização dos métodos de selecção obedecerão ao disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, nomeadamente ao disposto nos seus artigos 34.º, 35.º e 40.º

15 — A legislação recomendada encontra-se publicada no anexo II do presente aviso.

16 — Constituição do júri:

Presidente — Prof. Doutor António Correia dos Santos, vogal do conselho directivo.

Vogais e efectivos:

- 1.º José Fernandes Videira Lousa, serviços técnicos de apoio.
- 2.º Henrique Manuel Mateus de Jesus, técnico profissional especialista.

Vogais suplentes:

- 1.º Licenciada Amélia Maria Barradas Barroso, técnica superior de 1.ª classe.
- 2.º Licenciada Guida Maria de Oliveira Carvalheiro da Silva Prata, técnica superior de 2.ª classe (estagiária).

O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

16 de Dezembro de 2004. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno Guimarães*.

ANEXO I

Minuta do requerimento

Ex.^{mo} Sr. Presidente do Júri do Concurso Externo de Ingresso, Prof. Doutor António Correia dos Santos, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa:

Nome: ...

Filiação: ...

Estado civil: ...

Nacionalidade: ...

Naturalidade: ...

Data de nascimento: ...

Bilhete de identidade n.º ..., emitido pelo ..., em ... de ... de ...

Residência e código postal: ...

Telefone fixo n.º ...; móvel n.º ...

Habilitações literárias: ...

Contribuinte fiscal n.º ...

Quaisquer outros elementos que os(as) candidatos(as) considerem susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal: ...

requer a V. Ex.^a se digne admiti-lo(a) ao concurso externo de ingresso na carreira de ... (indicar carreira), na categoria de ... (indicar categoria), com a referência ... (indicar a referência), conforme aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º ..., de ... de ... de ... (aviso n.º ...)

Lisboa, ... (data)

Pede deferimento.

... (assinatura)

Para efeitos de apresentação da sua candidatura, deve declarar, sob compromisso de honra, que possui, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, os requisitos gerais para provimento em funções públicas, a qual dispensa a apresentação imediata da sua posse, com excepção das habilitações literárias.

Os candidatos com deficiência, de acordo com o disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, devem ainda declarar, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, sendo dispensada a apresentação imediata de documento comprovativo, bem como mencionar todos os elementos necessários ao cumprimento do disposto no artigo 7.º do mesmo diploma (adequação do processo de selecção, nas suas diferentes vertentes, às capacidades de comunicação/expressão).

Quaisquer outras preferências legais deverão aqui ser indicadas.

UNIVERSIDADE DO MINHO

Despacho (extracto) n.º 27 179/2004 (2.ª série). — Por despachos de 1 de Outubro de 2004 do reitor da Universidade do Minho:

Mestre Fernando Eduardo Batista Conde Monteiro — celebrado contrato administrativo de provimento como assistente convidado a 100 %, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 155, escalão 3, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Mestre Pedro Miguel Félix Alípio — celebrado contrato administrativo de provimento como assistente convidado a 100 %, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 140, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, considerando rescindido o contrato como monitor a partir daquela data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 27 180/2004 (2.ª série). — Por despachos de 1 de Setembro de 2004 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciado Rui Pedro da Rocha Bastos — celebrado contrato administrativo de provimento como monitor, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 2 de Setembro de 2004, com direito ao vencimento mensal correspondente a 40 % do índice 100, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Licenciado Nuno Ricardo Barbosa Martins — celebrado contrato administrativo de provimento como monitor, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir da data do despacho autorizador, com direito ao vencimento mensal correspondente a 40 % do índice 100, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Instituto de Higiene e Medicina Tropical

Despacho (extracto) n.º 27 181/2004 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 4 de Dezembro de 2004:

Mestre Maria de Fátima Lorbão de Figueiredo — autorizado o contrato administrativo de provimento como assistente convidada, a tempo parcial (20 %), por um ano, renovável por sucessivos períodos de três anos, com efeitos a 1 de Novembro de 2004.

14 de Dezembro de 2004. — A Secretária Executiva, *Maria José de Freitas*.

UNIVERSIDADE DO PORTO

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 27 182/2004 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Dezembro de 2004 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Doutor Pedro Pina Avelino — nomeado definitivamente professor auxiliar além do quadro da Faculdade de Ciências desta Universidade, com efeitos a partir de 21 de Outubro de 2004. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 21.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

Com base no parecer circunstanciado e fundamentado dos professores catedráticos Eduardo Jorge Seabra Lage, da Faculdade de Ciências do Porto, e Alfredo Barbosa Henriques, do Instituto Superior

Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, sobre o relatório de actividade do Doutor Pedro Pina Avelino referente ao último quinquénio, o conselho científico considera que a actividade científica e pedagógica desenvolvida naquele período satisfaz os requisitos do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, pelo que propõe a sua nomeação definitiva como professor auxiliar.

21 de Outubro de 2004. — O Presidente do Conselho Científico, *Baltazar Manuel Romão de Castro*.

13 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 27 183/2004 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Agosto de 2004 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Doutora Maria Helena Sousa Soares de Oliveira Braga — contratada por conveniência urgente de serviço como professora auxiliar convidada além do quadro do Departamento de Física da Faculdade de Engenharia desta Universidade, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2004 e pelo período de um ano. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

A comissão coordenadora do conselho científico da FEUP, tendo apreciado o parecer subscrito pelo professor catedrático Doutor Abílio Augusto Tinoco Cavalheiro e pelos professores auxiliares Doutores Jaime Enrique Villate Matiz e Paulo Manuel de Araújo Sá, deliberou propor a contratação da Doutora Maria Helena Sousa Soares de Oliveira Braga como professora auxiliar convidada, 100%, do Departamento de Física desta Universidade.

A Doutora Maria Helena Sousa Soares de Oliveira Braga apresenta aptidões comprovadas pelos professores atrás citados de que o Departamento muito pode beneficiar.

29 de Julho de 2004. — O Presidente do Conselho Científico, *Carlos A. V. Costa*.

13 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 27 184/2004 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Julho de 2004 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Ana Paula Morgado Pereira — contratada, em regime de contrato de trabalho a termo certo, por conveniência urgente de serviço, para exercer funções equiparadas a assistente administrativo principal do Instituto de Recursos e Iniciativas Comuns, para exercer funções no curso de Jornalismo e Ciências da Comunicação da Faculdade de Letras desta Universidade, com efeitos a partir de 21 de Julho de 2004 e pelo período de um ano, eventualmente renovável por igual período. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

13 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 27 185/2004 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Outubro de 2004 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Célia da Conceição Pereira dos Santos Ferreira Pinheiro da Mota — contratada, em regime de contrato de trabalho a termo certo, por conveniência de serviço, para exercer funções equiparadas às de técnico superior de 2.ª classe da Reitoria e Serviços Centrais desta Universidade, com efeitos a partir de 25 de Outubro de 2004 e pelo período de um ano, renovável até ao limite de três anos. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

13 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 27 186/2004 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Novembro de 2004 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Iva Carla Nogueira de Carvalho — contratada em regime de contrato de trabalho a termo certo para exercer funções equiparadas a técnico superior de 2.ª classe da Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações da Reitoria e Serviços

Centrais desta Universidade, com efeitos a partir de 2 de Dezembro de 2004, e pelo período de um ano, eventualmente renovável por iguais períodos até ao limite de três anos. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

13 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 27 187/2004 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Setembro de 2004 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Doutora Teresa Margarida Correia de Poço Mata — contratada em regime de contrato de trabalho a termo certo e por conveniência urgente de serviço para exercer funções equiparadas a investigador auxiliar no Instituto de Recursos e Iniciativas Comuns desta Universidade, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2004. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

13 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 27 188/2004 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Novembro de 2004 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Susana Cecília Brito Gomes Guerreiro — contratada por conveniência urgente de serviço como monitora além do quadro da Faculdade de Medicina Dentária desta Universidade, com efeitos a partir de 3 de Novembro de 2004. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

13 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 27 189/2004 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Maio de 2004 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Martin Ulrich de Sampaio Pimentel — contratado por conveniência urgente de serviço como assistente convidado, além do quadro, do Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia desta Universidade, com efeitos a partir de 4 de Maio de 2004 e pelo período de um ano. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

13 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 27 190/2004 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Setembro de 2004 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Doutor Hélder José Marques Pinheiro, assistente estagiário, além do quadro da Faculdade de Farmácia desta Universidade — contratado por conveniência urgente de serviço como assistente, além do quadro da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 29 de Julho de 2004, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

13 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho n.º 27 191/2004 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Dezembro de 2004 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Maria João Sampaio Sousa — renovado o contrato de trabalho a termo certo como técnica superior de 2.ª classe da Faculdade de Ciências desta Universidade, com efeitos a partir de 4 de Dezembro de 2004 e pelo período de um ano. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

13 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 27 192/2004 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Dezembro de 2004 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Anabela de Menezes e Silva Braga, chefe de secção da Faculdade de Arquitectura desta Universidade — nomeada definitivamente chefe de secção da Faculdade de Economia da mesma Universidade, com efeitos a partir da data da aceitação, considerando-se exonerada

do lugar anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

13 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Rectificação n.º 2375/2004. — Para os devidos efeitos se rectifica que, na publicação n.º 23 481/2004 inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 269, de 16 de Novembro de 2004, a p. 16 978, relativa ao Doutor José Augusto Rodrigues dos Santos, onde se lê «com efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República*» deve ler-se «com efeitos a partir de 26 de Outubro de 2004».

13 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Rectificação n.º 2376/2004. — Para os devidos efeitos se rectifica que, na publicação n.º 25 359/2004, inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 287, de 9 de Dezembro de 2004, a p. 18 435, relativa à licenciada Elsa Maria da Costa Ferreira, onde se lê «técnico superior de 2.ª classe da Faculdade de Economia» deve ler-se «técnico superior de 2.ª classe da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação».

13 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Rectificação n.º 2377/2004. — Para os devidos efeitos se rectifica que, na publicação n.º 24 777/2004 inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 281, de 30 de Novembro de 2004, a p. 17 947, relativa ao Doutor José Carlos Neves da Cunha Areias, onde se lê «professor associado da Faculdade de Medicina» deve ler-se «professor associado convidado, além do quadro, com 30% do vencimento» e onde se lê «9.º grupo (Medicina)» deve ler-se «9.º grupo (Pediatria)».

13 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Faculdade de Arquitectura

Rectificação n.º 2378/2004. — Torna-se público que na rectificação n.º 2159/2004, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 276, de 24 de Novembro de 2004, a que se refere a abertura de concurso interno de acesso misto para assistente administrativo especialista da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, por lapso, não foi indicado novo prazo de candidatura.

É prorrogado pelo prazo de 10 dias a contar da data da publicação da presente rectificação, sendo aceites as candidaturas já apresentadas.

15 de Dezembro de 2004. — O Presidente do Conselho Directivo, *Domingos Tavares*.

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Faculdade de Motricidade Humana

Despacho n.º 27 193/2004 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa de 7 de Dezembro de 2004, preferido por delegação de competências, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 260, de 5 de Novembro de 2004:

Mestre Vítor Manuel Lourenço Cruz — autorizada a prorrogação do contrato como assistente além do quadro desta Faculdade, a partir de 5 de Janeiro de 2005 até à realização das provas de doutoramento. (Não carece de anotação do Tribunal de Contas.)

9 de Dezembro de 2004. — O Secretário, *João Mendes Jacinto*.

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 27 194/2004 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Dezembro de 2004 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, foram designados os seguintes professores para fazerem parte do júri do concurso documental para professor associado na área científica das Ciências Agrárias no grupo de disciplinas de Microbiologia em Ciência Animal, conforme edital publi-

cado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 19 de Fevereiro de 2004:

Presidente — Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Vogais:

Doutora Maria Arlete Mendes Faia, professora catedrática da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Doutor José Manuel Lage Campelo Calheiros, professor catedrático da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior.

Doutor Jorge de Almeida Rodrigues, professor associado com agregação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Doutor António Augusto Freitas da Fonseca, professor associado com agregação da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

Doutor Artur Armando de Moura Marinho, professor associado da Universidade de Évora.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

14 de Dezembro de 2004. — Pelo Reitor, (*Assinatura ilegível*.)

Despacho (extracto) n.º 27 195/2004 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Dezembro de 2004 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, foi autorizada a nomeação definitiva no quadro desta Universidade de Luís Filipe Amaro Gens como técnico profissional de 1.ª classe (desenhador), com efeitos a partir da data de aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Dezembro de 2004. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 27 196/2004 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Dezembro de 2004 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro:

Sílvio de Barros Duarte, Glória Maria de la Soledad Rodrigues Galvan, Maria José Oliveira Paiva Rodrigues, Maria de Lourdes Teodoro Marinho Sousa, Manuela Mourão de Carvalho, Elisabete da Conceição Guedes Felizardo, Fernando Jorge Pereira Morais, Adelaide Maria Frutuoso Ferreira Ribeiro, Avelino Augusto Guerra Fernandes, Maria Sofia de Jesus Guedes Pereira, Isabel Maria Fernandes Ferreira Pires, Etelvina Faceira Miranda Lopes, Ana Maria Alves da Cunha, Maria de Lurdes dos Santos Grácio Vieira, Maria Clara Botelho Fernandes, Idalina da Conceição Vieira Mesquita Abobeira, Maria Adelaide Gomes Ferreira, Maria José Rodrigues Dinis da Cruz, Otilia Maria Fonseca da Rocha Silva, Maria Isabel Rebelo Peixoto Gomes, Paulo Luís Rodrigues Veloso Gonçalves, Teresa de Jesus da Silva Lopes Almeida, Maria de Lurdes Granja Pereira, Maria de Lurdes Miranda Santos Moreira, Maria de Lurdes Duro Salgueiro Fernandes, Dulce Maria Campos Teixeira Baptista, Ana Isabel Ferreira do Nascimento Reis, Fernanda Maria Moura Moreira, Maria Manuel Garcia Rocha, Maria da Graça Lourenço Dinis Santos, Maria da Graça Coutinho Almeida Barreto, Francisco José Soares Nogueira Aguiar, Olívia de Jesus João, António Euclides de Moura Rodrigues, Maria Salete Gomes Costa da Cunha, Maria da Natividade Monteiro Ramalho Martins, Ana Paula Bernardo da Fonte, Maria Arminda Miranda dos Santos, Maria de la Salete Capela dos Santos Pavão, Maria Manuela Sampaio Campos Ferreira Pontes, Ana Paula Abreu Barradas Tojal da Silva, Ângela Maria da Silva Queirós Teixeira, José Carlos Gonçalves Valério Pinto, Ana Paula Ribeiro Machado de Castro Pereira, Paulo Alexandre Pelotas Teixeira, Carla Maria Mesquita Penelas Barros, Adélia Monteiro da Costa Fraga, Maria Adelaide Tomás do Souto, Laura Maria da Costa Rodrigues Rainho, Nuno Filipe Teixeira Vilela, Ana Carla Matos Moreira, Maria da Assunção Moura de Carvalho, Octávio Augusto Martins, Cristina Maria Carvalho da Glória Saraiva, Sílvia Maria Fernandes de Carvalho, Cristina Maria Santos Geirotto, Maria Teresa Castanheira Portelinha Xavier, Maria Helena da Costa Ribeiro, Ana Luísa Gouveia Mangas dos Reis Pereira, Maria Eduarda Lordelo Fonseca Mota Marques e Ana Isabel Lopes da Silva Matos — autorizadas as nomeações definitivas como assistentes administrativos especialistas do quadro desta Universidade com efeitos a partir da data de aceitação.

14 de Dezembro de 2004. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Aviso n.º 12 119/2004 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de 22 de Novembro de 2004, foram designados os seguintes professores para integrarem o júri das provas de agregação em Sociologia II (grupo X) requeridas pelo Doutor Fernando Manuel Farelo Lopes:

Presidente — Presidente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Doutor João de Freitas Ferreira de Almeida.

Vogais:

Doutor Manuel Villaverde Cabral, investigador-coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Doutor António Manuel Alinho Covas, professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve.

Doutor Augusto Ernesto Santos Silva, professor associado com agregação da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Doutora Maria Jesuína Bernardo Carrilho, professora catedrática do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Doutor Juan Pedro Mozzicafreddo, professor catedrático do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Doutora Isabel Maria Pimentel Carvalho Guerra, professora catedrática do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

10 de Dezembro de 2004. — O Presidente, *João de Freitas Ferreira de Almeida*.

Aviso n.º 12 120/2004 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de 5 de Novembro de 2004, foram designados os seguintes professores para integrarem o júri da equivalência ao grau de doutor em Gestão (Contabilidade) requerida pela mestra Ana Fialho Silva:

Presidente — Presidente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Doutor João de Freitas Ferreira de Almeida.

Vogais:

Doutora Lúcia Maria Portela Lima Rodrigues, professora associada da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.

Doutor Victor Domingos Seabra Franco, professor associado com agregação do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Doutora Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Moraes, professora auxiliar do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

10 de Dezembro de 2004. — O Presidente, *João de Freitas Ferreira de Almeida*.

Rectificação n.º 2379/2004. — Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 9890/2004 (2.ª série) no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 251, de 25 de Outubro de 2004, rectifica-se que onde se lê «Álvaro Augusto da Rosa, professor auxiliar convidado — autorizada a equiparação a bolseiro no País, pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2004» deve ler-se «Álvaro Augusto da Rosa, professor auxiliar convidado — autorizada a equiparação a bolseiro no País, pelo período de seis meses, com início em 1 de Outubro de 2004».

2 de Dezembro de 2004. — O Presidente, *João de Freitas Ferreira de Almeida*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DA SAÚDE DE LISBOA

Escola Superior de Enfermagem
de Maria Fernanda Resende

Aviso n.º 12 121/2004 (2.ª série). — 1 — Por despachos de 19 de Julho de 2004 e de 26 de Novembro do mesmo ano, ambos exarados pela presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende, faz-se público que, nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso,

concurso interno geral de ingresso para o provimento de uma vaga na categoria de operário da carreira de pessoal altamente qualificado — impressor de artes gráficas do quadro de pessoal da Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende, aprovado pela Portaria n.º 472/99, de 29 de Junho.

2 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Requisitos gerais e especiais de admissão a concurso — nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os candidatos devem reunir os seguintes requisitos, até ao termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas:

3.1 — Requisitos gerais — os previstos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

3.2 — Requisitos especiais:

3.2.1 — Os referidos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 518/99, de 10 de Dezembro;

3.2.2 — Possuir vínculo à função pública.

4 — Remuneração e condições de trabalho — a remuneração é a resultante da aplicação do disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 518/99, de 10 de Dezembro.

5 — Conteúdo funcional — exercício de funções de natureza executiva de elevada complexidade, enquadradas em directivas gerais superiormente fixadas, que, para além de requererem uma especialização na profissão, apelam ao domínio de alguns fundamentos de ordem tecnológica, nomeadamente tecnologia de materiais.

6 — Área funcional — artes gráficas.

7 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se na Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende, Avenida do Brasil, 53, pavilhões 12 ou 16, 1700-063 Lisboa.

8 — Prazo de validade — o concurso é válido para a vaga indicada, esgotando-se com o seu preenchimento.

9 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Decreto-Lei n.º 518/99, de 10 de Dezembro;

Código do Procedimento Administrativo.

10 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar serão:

Prova prática;

Avaliação curricular.

10.1 — A prova prática e a avaliação curricular terão carácter eliminatório, sendo valorizadas de 0 a 20 valores. Serão excluídos os candidatos que nelas obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

10.2 — A prova prática terá a duração de duas horas e será valorizada de 0 a 20 valores. A sua elaboração terá por base o programa aprovado pelo despacho conjunto n.º 564/2004, de 12 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 208, de 3 de Setembro de 2004, e incidirá sobre os seguintes temas:

10.2.1 — Conhecimentos sobre a arquitectura das obras a imprimir, tendo em conta a sua finalidade e as orientações recebidas;

10.2.2 — Estudar, maquetizar, desenhar e realizar a arte final da obra a imprimir e submeter à apreciação superior;

10.2.3 — Seleccionar os processos e materiais a utilizar dentro das técnicas de impressão;

10.2.4 — Criar e esboçar ilustrações para capas, quadros, gráficos, livros, brochuras ou outras publicações, para pôr em evidência o seu conteúdo;

10.2.5 — Efectuar a montagem dos elementos gráficos por forma a salvaguardar os aspectos de carácter estético e funcional;

10.2.6 — Rever as provas e efectuar as necessárias correcções;

10.2.7 — Velar pela aquisição e gestão dos materiais necessários ao funcionamento do sector.

10.3 — Na avaliação curricular serão ponderados os seguintes factores:

Habilitação académica de base;

Formação profissional;

Experiência profissional.

11 — A classificação final resultará da média aritmética obtida nos dois tempos de avaliação, de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{2PP + AC}{3}$$

em que:

CF = classificação final;

PP = prova prática;

AC = avaliação curricular.

12 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

13 — Apresentação de candidaturas:

13.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, em papel normalizado, dirigido à presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende, Avenida do Brasil, 53-B, 1700-063 Lisboa, e entregues nos serviços administrativos da Escola durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ser enviado pelo correio, sob registo e com aviso de recepção.

14 — Do requerimento de admissão deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e número de telefone);
- Habilitações literárias;
- Habilitações profissionais;
- Categoria profissional, com indicação do estabelecimento ou serviço ao qual se encontra vinculado;
- Experiência profissional, com indicação das funções desempenhadas;
- Declaração, sob compromisso de honra, de que reúne os requisitos gerais de admissão a concurso e de provimento em funções públicas previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- Identificação do concurso mediante referência ao número e à data do *Diário da República* onde se encontra publicado o respectivo aviso de abertura;
- Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar e que sejam relevantes para a apreciação do seu mérito profissional;
- Menção dos documentos que acompanham o requerimento.

15 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação, sob pena de exclusão, conforme o estabelecido no n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

- Declaração, passada e autenticada pelo serviço, da qual constem, de maneira inequívoca, a habilitação académica de base, a categoria detida e, ainda, a antiguidade na actual categoria e na função pública até à data da publicação deste aviso;
- Declaração autenticada do serviço, especificando as tarefas e responsabilidades inerentes ao lugar que ocupa;
- Documentos comprovativos das habilitações profissionais;
- Curriculum vitae* actualizado, devidamente datado e assinado pelo candidato — três exemplares;
- Outros documentos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito.

16 — Assiste ao júri a faculdade de exigir dos candidatos a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas, bem como de solicitar aos serviços a que os candidatos pertencem os elementos considerados necessários, designadamente os seus processos individuais, de harmonia com o disposto no artigo 14.º, n.ºs 3 e 4, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

17 — A apresentação ou entrega de documento falso implica, para além dos efeitos de exclusão ou de não provimento, a participação à entidade competente para procedimento disciplinar e penal, conforme os casos — artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

18 — A relação de candidatos e a lista de classificação final serão publicadas nos termos conjugados do n.º 2 do artigo 33.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 34.º, bem como nos termos dos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 38.º, e dos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho. As afixações que se efectuarem constarão no *placard* da secção de pessoal existente no corredor do 1.º andar junto à sala destinada a estes serviços, no edifício da Escola, na Avenida do Brasil, 53-B, 1700-063 Lisboa.

19 — O júri terá a seguinte constituição:

Presidente — Natália Gaspar Rôlo Ladeira, chefe de repartição na Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende.

Vogais efectivos:

- 1.º Maria Angélica Páscoa Custódio Casimiro, chefe de secção na Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende.

2.º Armando Manuel Barbosa de Araújo, operário principal da carreira de pessoal altamente qualificado — impressor de artes gráficas do Instituto de Meteorologia.

Vogais suplentes:

- 1.º Maria Irene de Jesus Oliveira, assistente administrativa principal na Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende.
- 2.º Ana Maria Alves Salema, assistente administrativa principal na Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende.

20 — O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

9 de Dezembro de 2004. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Manuela Geraldês Gândara Janeiro Salvado*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

Escola Superior de Educação

Aviso n.º 12 122/2004 (2.ª série):

António Sérgio Santos da Silva — autorizada a renovação do contrato, após deliberação aprovada em reunião do conselho científico de 20 de Outubro de 2004, nos termos do despacho n.º 20 729/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 237, de 8 de Outubro de 2004, conjugado com a Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, e com a alínea *h*) do artigo 17.º do Despacho Normativo n.º 35/95, de 20 de Julho, e ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, como equiparado a assistente do 2.º triénio, em regime de pessoal especialmente contratado, a tempo completo (100 %), com exclusividade, para o exercício de funções docentes na Escola Superior de Educação, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2004, pelo biénio de 2004-2006. (Isento de visto prévio do Tribunal de Contas.)

25 de Novembro de 2004. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

Aviso n.º 12 123/2004 (2.ª série):

Daniela Marisa Estima Balonas — autorizada a renovação do contrato, após deliberação aprovada em reunião do conselho científico de 20 de Outubro de 2004, nos termos do despacho n.º 20 729/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 237, de 8 de Outubro de 2004, conjugado com a Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, e com a alínea *h*) do artigo 17.º do Despacho Normativo n.º 35/95, de 20 de Julho, e ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de pessoal especialmente contratado, a tempo completo (100 %), com exclusividade, para o exercício de funções docentes na Escola Superior de Educação, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2004, pelo biénio de 2004-2006. (Isento de visto prévio do Tribunal de Contas.)

25 de Novembro de 2004. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

Aviso n.º 12 124/2004 (2.ª série):

Maria João Lopes dos Reis — autorizada a renovação do contrato, após deliberação aprovada em reunião do conselho científico de 20 de Outubro de 2004, nos termos do despacho n.º 20 729/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 237, de 8 de Outubro de 2004, conjugado com a Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, e com a alínea *h*) do artigo 17.º do Despacho Normativo n.º 35/95, de 20 de Julho, e ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, como equiparada a professora-adjunta, em regime de pessoal especialmente contratado, a tempo completo (100 %), com exclusividade, para o exercício de funções docentes na Escola Superior de Educação, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004, pelo biénio de 2004-2006. (Isento de visto prévio do Tribunal de Contas.)

25 de Novembro de 2004. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

Aviso n.º 12 125/2004 (2.ª série):

Carole Young — autorizada a renovação do contrato, após deliberação aprovada em reunião do conselho científico de 20 de Outubro

de 2004, nos termos do despacho n.º 20 729/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 237, de 8 de Outubro de 2004, conjugado com a Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, e com a alínea h) do artigo 17.º do Despacho Normativo n.º 35/95, de 20 de Julho, e ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, como equiparada a professora-adjunta assistente do 2.º triénio, em regime de pessoal especialmente contratado, a tempo completo (100 %), com exclusividade, para o exercício de funções docentes na Escola Superior de Educação, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2004, pelo biénio de 2004-2006. (Isento de visto prévio do Tribunal de Contas.)

25 de Novembro de 2004. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Aviso n.º 12 126/2004 (2.ª série):

Rui Manuel Branco Carneiro — autorizado o contrato administrativo de provimento, em regime de tempo parcial (50 %), como pessoal especialmente contratado, equiparado a assistente do 2.º triénio, com início em 1 de Novembro de 2004, por urgente conveniência de serviço, para o exercício de funções docentes na Escola Superior de Tecnologia e Gestão, nos termos do despacho n.º 20 729/2004 (2.ª série) publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 237, de 8 de Outubro de 2004, conjugado com a Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, e com a alínea h) do Despacho Normativo n.º 35/95, de 17 de Julho, e ao abrigo dos artigos 8.º, n.º 3, 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, após proposta aprovada pelo conselho científico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Novembro de 2004. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

Despacho n.º 27 197/2004 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 17.º e no n.º 2 do artigo 18.º dos Estatutos do Instituto Politécnico do Porto, homologados pelo Despacho Normativo n.º 76/95, de 19 de Novembro, no despacho n.º 20 729/2004 (2.ª série), de 8 de Outubro, e nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo:

1 — Delego na vice-presidente Maria de Fátima Lopes da Silva Ramos Morgado a competência para:

- Presidir a júris de concursos de provas públicas;
- Coordenar as acções relativas a programas e projectos no âmbito da cooperação internacional;
- Coordenar as acções relativas ao Parque de Ciência e Tecnologia e à ADITEC;
- Coordenar as acções relativas a programas nacionais no âmbito da investigação e da formação do pessoal docente;
- Coordenar as acções relativas ao sistema da qualidade;
- Autorizar a celebração de contratos de pessoal docente especialmente contratado, em regime de substituição de docentes em formação no âmbito do PRODEP;
- Autorizar a renovação de contratos de assistentes e pessoal docente especialmente contratado, em qualquer situação legalmente prevista;
- Superintender na segurança das instalações e, em geral, nos assuntos relativos à segurança, higiene e saúde no trabalho.

2 — Delego na vice-presidente Maria Irene de Melo Lourenço Fonseca Figueiredo a competência para:

- Coordenar as actividades inerentes à formação contínua;
- Coordenar as actividades de ensino à distância;
- Coordenar as acções destinadas a promover a qualidade pedagógica dos projectos de ensino, incluindo a ligação IPP-empresas no âmbito do ensino;
- Superintender no processo de avaliação do desempenho.

3 — Delego no administrador, Orlando de Freitas Barreiro Fernandes, as competências para:

- Coordenar as acções relativas à iniciativa e-U/Campus Virtual, incluindo a gestão do Projecto IPPWnet;
- Superintender na gestão administrativa e financeira, no que se refere à implementação do POC Educação;
- Superintender em todo o expediente relativo a férias e faltas do pessoal e praticar, nesta matéria, todos os actos auto-

rizatórios que, de acordo com a lei e os Estatutos, sejam da competência do presidente do Instituto;

- Autorizar o processamento de vencimentos, de comparticipações da ADSE, de prestações complementares e de outros abonos e regalias que os funcionários e agentes em exercício de funções tenham direito, nos termos da lei;
- Autorizar o processamento de remunerações por trabalho extraordinário ou em dias de descanso semanal e feriados, desde que previamente autorizada a sua prestação;
- Autorizar a recuperação do vencimento de exercício perdido;
- Qualificar como acidente em serviço os sofridos por funcionários e agentes do Instituto no exercício das respectivas funções e autorizar o processamento das respectivas despesas;
- Praticar todos os actos relativos à aposentação do pessoal do Instituto e, em geral, os relativos aos regimes de Segurança Social.

4 — Subdelego na vice-presidente Maria de Fátima Lopes da Silva Ramos Morgado a competência para:

- Autorizar, nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 272/88, de 3 de Agosto, e 282/89, de 23 de Agosto, a equiparação a bolseiro, no País e fora dele, ao pessoal docente e não docente dos respectivos estabelecimentos de ensino:

- Quando não implique a necessidade de substituição do equiparado a bolseiro;
- Quando, implicando a necessidade de substituição do equiparado a bolseiro, esta seja financiada pelo PRO-DEP;

- Autorizar, em situações excepcionais devidamente fundamentadas, relativamente às deslocações ao estrangeiro e no estrangeiro de todos quantos exerçam funções no Instituto, incluindo o próprio, que os encargos com alojamento e alimentação sejam satisfeitos contra documento comprovativo das despesas efectuadas, não podendo, em qualquer caso, o abono de ajuda de custo ser inferior a 20% do valor fixado na tabela em vigor, nos termos do disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 192/95, de 28 de Julho, bem como o alojamento em estabelecimento hoteleiro superior a 3 estrelas, sem prejuízo da atribuição de 70% de ajudas de custo diárias, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do mesmo decreto-lei.

5 — Subdelego na vice-presidente Maria Irene de Melo Lourenço Fonseca Figueiredo a competência para:

- Aprovar os programas das provas de conhecimentos específicos a que se refere o n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- Conhecer e decidir dos recursos interpostos ao abrigo do n.º 1 do artigo 39.º do Decreto Regulamentar n.º 44-B/83, de 1 de Junho, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 40/85, de 1 de Julho, que se encontrem pendentes, ou ao abrigo do artigo 29.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, desde que, em ambos os casos, não sejam os autores do acto recorrido.

6 — A presente delegação, que se entende feita sem prejuízo dos poderes de avocação e de superintendência, produz efeitos a partir da data da publicação deste despacho no *Diário da República*, considerando-se ratificados os actos entretanto praticados nas matérias agora delegadas desde a data da posse nos respectivos cargos.

7 — Nos actos praticados ao abrigo da presente delegação ou subdelegação de competências deverá constar expressamente a referência a essa condição.

15 de Dezembro de 2004. — O Presidente, *Luís J. S. Soares*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

Rectificação n.º 2380/2004. — Pelo despacho n.º 22 236/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 255, de 29 de Outubro de 2004, referente à nomeação provisória, em comissão de serviço extraordinária do mestre Amadeu Matos Gonçalves, para o Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Enfermagem, rectificase que onde se lê «Mestre Amadeu Matos Gonçalves, enfermeiro especialista do quadro de Pessoal do Hospital de São Teotónio de Viseu» deve ler-se «Mestre Amadeu Matos Gonçalves, enfermeiro especialista do quadro de pessoal do Hospital Magalhães Lemos do Porto».

13 de Dezembro de 2004. — A Vice-Presidente, *Idalina de Jesus Domingos*.

AVISO

- 1 — Abaixo se indicam os preços das assinaturas do *Diário da República* para o ano 2005 em suporte de papel, CD-ROM e Internet.
 2 — Não serão aceites pedidos de anulação de contratos de assinaturas com devolução de valores, salvo se decorrerem de situações da responsabilidade dos nossos serviços.
 3 — Cada assinante deverá indicar sempre o número de contrato de assinatura que lhe está atribuído e mencioná-lo nos contactos que tenha com a INCM.
 4 — A efectivação dos pedidos de contratos de assinaturas, bem como dos novos serviços, poderá ser feita através das nossas livrarias.
 5 — Toda a correspondência sobre contratos de assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099-002 Lisboa (fax: 213945750; e-mail: assinaturas@incm.pt).

Preços para 2005

(Em euros)

PAPEL (IVA 5%)		BUSCAS/MENSAGENS (IVA 19%) ¹		CD-ROM 1.ª série (IVA 19%)		
1.ª série	154	E-mail 50	15,50	Assinante papel ²	Não assinante papel	Assinatura CD mensal ...
2.ª série	154	E-mail 250	46,50			
3.ª série	154	E-mail 500	75	INTERNET DIÁRIO DO DIA (IVA 19%)		
1.ª e 2.ª séries	288	E-mail 1000	140	1.ª série	120	
1.ª e 3.ª séries	288	E-mail+50	26	2.ª série	120	
2.ª e 3.ª séries	288	E-mail+250	92	3.ª série	120	
1.ª, 2.ª e 3.ª séries	407	E-mail+500	145	INTERNET (IVA 19%)		
Compilação dos Sumários	52	E-mail+1000	260	Preços por série ³	Assinante papel ²	Não assinante papel
Apêndices (acórdãos)	100	ACTOS SOCIETÁRIOS (IVA 19%)		100 acessos	96	120
		100 acessos	35	250 acessos	216	270
		250 acessos	70	500 acessos	400	500
		500 acessos	120	Ilimitado individual ⁴		
		N.º de acessos ilimitados até 31-12	550			

¹ Ver condições em <http://www.incм.pt/servlets/buscas>.² Preço exclusivo por assinatura do *Diário da República* em suporte de papel.³ 3.ª série só concursos públicos.⁴ Para assinaturas colectivas (acessos simultâneos) contacte-nos através dos endereços do *Diário da República* electrónico abaixo indicados.

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUÍDO 5%)

€ 2,40



Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://www.dre.pt>
 Correio electrónico: dre@incm.pt • Linha azul: 808 200 110 • Fax: 21 394 57 50



IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

LIVRARIAS

- Loja do Cidadão (Aveiro) Rua de Orlando Oliveira, 41 e 47 — 3800-040 Aveiro
Forca Vouga
Telef. 23 440 58 49 Fax 23 440 58 64
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000-173 Coimbra
Telef. 23 985 64 00 Fax 23 985 64 16
- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250-100 Lisboa
Telef. 21 394 57 00 Fax 21 394 57 58 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050-148 Lisboa
Telef. 21 330 17 00 Fax 21 330 17 07 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099-002 Lisboa
Telef. 21 383 58 00 Fax 21 383 58 34
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000-136 Lisboa
Telef. 21 781 07 00 Fax 21 781 07 95 Metro — Saldanha
- Rua das Portas de Santo Antão, 2-2/A — 1150-268 Lisboa
Telef. 21 324 04 07/8 Fax 21 324 04 09 Metro — Rossio
- Loja do Cidadão (Lisboa) Rua de Abranches Ferrão, 10 — 1600-001 Lisboa
Telef. 21 723 13 70 Fax 21 723 13 71 Metro — Laranjeiras
- Avenida de Roma, 1 — 1000-260 Lisboa
Telef. 21 840 10 24 Fax 21 840 09 61
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050-294 Porto
Telef. 22 339 58 20 Fax 22 339 58 23
- Loja do Cidadão (Porto) Avenida de Fernão Magalhães, 1862 — 4350-158 Porto
Telef. 22 557 19 27 Fax 22 557 19 29